

NATÁLIA RINALDI

**UM ESTUDO SOBRE OS DIFERENTES VALORES MODAIS DO
VERBO 'PODER' EM ENTREVISTAS JORNALÍSTICAS DO
ESPANHOL**

São José do Rio Preto
2015

NATÁLIA RINALDI

UM ESTUDO SOBRE OS DIFERENTES VALORES MODAIS DO VERBO
'PODER' EM ENTREVISTAS JORNALÍSTICAS DO ESPANHOL

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências,
Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual
Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para
obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Análise Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini
Bastos

São José do Rio Preto
2015

Rinaldi, Natália.

Um estudo sobre os diferentes valores modais do verbo 'poder' em entrevistas jornalísticas do espanhol / Natália Rinaldi. – São José do Rio Preto, 2015

125 f. : il., tabs.

Orientador: Sandra Denise Gasparini Bastos

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística) 3. Gramática discursivo funcional. 4. Língua espanhola - Verbos. 5. Língua espanhola - Modalidade. 6. Língua espanhola – Escrita. I. Gasparini-Bastos, Sandra Denise. II. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 41

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto**

NATÁLIA RINALDI

UM ESTUDO SOBRE OS DIFERENTES VALORES MODAIS DO VERBO
'PODER' EM ENTREVISTAS JORNALÍSTICAS DO ESPANHOL

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências,
Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual
Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para
obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovado em 10 de agosto de 2015

BANCA EXAMINADORA

Titulares

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos - Orientadora
UNESP – São José do Rio Preto

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
UEM – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves
UNESP – São José do Rio Preto

Suplentes

Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglío Hattnher
UNESP – São José do Rio Preto

Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

À minha referência de professora, Sandra Denise Gasparini Bastos, que acompanha meus passos acadêmicos desde a graduação e que me orienta no caminho científico desde o Estágio Básico, ensinando-me como fazer pesquisa. Com muita atenção e sabedoria sempre me auxiliou nas etapas desta pesquisa, desde o ingresso no programa de pós-graduação até a finalização deste texto. Agradeço pela amizade, pelo carinho, pela paciência e pela confiança depositada em mim durante esses quase 6 anos, que resultou em uma excelente relação pessoal e profissional.

Aos professores Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Marize Mattos Dall’Aglia Hattner e Anna Flora Brunelli, membros da banca do Exame de Qualificação, pela leitura atenciosa deste texto e pelas contribuições, dadas em diversas ocasiões, que permitiram a melhoria deste trabalho.

Aos professores do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional da UNESP/IBILCE, pelas contribuições teóricas e opiniões a respeito da leitura dos dados.

À CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, pelo auxílio financeiro dado a esta pesquisa.

Aos meus amigos pessoais, ao meu namorado e parceiro, Guilherme, que sempre reconheceram a importância deste trabalho para a minha vida pessoal e profissional, e aos colegas de estudo, com quem muitas vezes compartilhei momentos de desespero e de alegria.

À minha família, em especial meus pais, Ana e Edmur, por serem a minha base e por me ensinarem os valores morais e pessoais que carrego comigo, os quais certamente são responsáveis pelo meu desenvolvimento e comportamento pessoal e acadêmico. Agradeço por estarem presentes em todos os momentos da minha vida, por nunca duvidarem da minha capacidade e por sempre me apoiarem a seguir em frente naquilo que almejo.

A Deus, por ser meu guia.

RESUMO

Neste trabalho, objetiva-se descrever o verbo modal *poder* em entrevistas jornalísticas do espanhol a partir dos traços discursivos, semânticos e sintáticos que o envolvem, de modo a verificar em que medida o valor epistêmico diferencia-se dos valores não epistêmicos. A classificação das modalidades adotada foi proposta por Hengeveld (2004) e serve como base para o tratamento das modalidades dentro do modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), teoria funcionalista cuja arquitetura segue uma orientação *top down*, ou seja, parte da intenção do falante para a articulação das formas linguísticas. A realização desta pesquisa, de caráter sincrônico, busca responder às seguintes perguntas: i) Que valores modais não epistêmicos o verbo *poder* pode expressar no espanhol? ii) O verbo *poder* pode ser considerado um verbo auxiliar a partir dos conceitos teóricos da Gramaticalização? iii) A construção de *poder* + infinitivo que apresenta maior grau de gramaticalização corresponde aos valores epistêmicos ou aos não epistêmicos? iv) Qual a relação entre as camadas do Nível Representacional da Gramática Discursivo-Funcional e os valores semânticos de modalidade epistêmica e de modalidades não epistêmicas expressos por *poder*? v) Qual a contribuição do contexto para a diferenciação dos valores modais epistêmicos e não epistêmicos de *poder* no espanhol? Para analisar os elementos contextuais que se distinguem na expressão da modalidade epistêmica em comparação às modalidades não epistêmicas, foram selecionados alguns parâmetros de análise, tais como a presença e os traços [humano] e [animado] do sujeito, a natureza do Estado-de-Coisas (EsCo), a pessoa gramatical do sujeito, o tempo e o modo verbal e a presença da negação anteposta ao modal. O corpus de análise utilizado é composto por 20 entrevistas jornalísticas publicadas na revista espanhola *El País*, selecionadas aleatoriamente entre os anos de 2000 e 2001 e pertencentes ao corpus organizado por Gasparini-Bastos (2004). A análise realizada permite verificar que o verbo *poder*, quando expressa modalidade epistêmica, encontra-se em um estágio maior de gramaticalização e de auxiliaridade em comparação com as modalidades não epistêmicas também expressas pelo verbo. Além disso, é possível traçar duas tendências para o modal: o verbo *poder* epistêmico ocorre mais frequentemente com orientação para o Episódio, sujeito [+humano] na 3ª pessoa específica, Estado-de-Coisas do tipo Estado e verbo no presente do indicativo. Outros traços também estão relacionados à leitura epistêmica, tais como orações sem sujeito, sujeito [-humano; -animado], sujeito de referência genérica ou indeterminada, verbo no futuro e modo subjuntivo. O verbo *poder* não epistêmico é mais frequente com orientação para o Participante, sujeito [+humano] na 1ª pessoa e 3ª pessoas específicas, Estado-de-Coisas do tipo Ação e verbo no presente do indicativo. Ocorrências de verbo no passado e de negação anteposta também estão diretamente relacionadas a uma maior frequência de *poder* com valor não epistêmico.

Palavras-chave: funcionalismo; modalidade; língua espanhola; entrevistas jornalísticas; verbo *poder*.

ABSTRACT

This work aims at describing the modal verb *poder* in Spanish journalistic interviews from the discursive, semantic and syntactic features that involve the verb, in order to verify how epistemic value differs from non-epistemic values. The modality classification adopted was proposed by Hengeveld (2004) and it is the basis for the treatment of modalities within the theoretical model of Functional Discourse Grammar (FDG), functional theory whose architecture follows a top-down operation, i.e. it starts with the speaker's intention and then works down to articulation. The accomplishment of this research, which was realized from a synchronic perspective, seeks to answer the follow questions: i) Which non-epistemic values can *poder* express in Spanish? ii) Is it possible to considerate *poder* as an auxiliary verb from the theory of Grammaticalization? iii) Does the construction of *poder* + infinitive that shows the highest level of grammaticalization correspond to epistemic values or non-epistemic values? iv) What is the relation between the layers in Representational Level and semantic values of epistemic modality and non-epistemic modalities expressed by *poder*? v) What is the contribution of the context to distinguish epistemic values from non-epistemic values expressed by *poder* in Spanish? To analyze contextual elements that distinguish from others when epistemic modality is expressed in comparison with non-epistemic modalities, some parameters were chosen, such as presence and features [human] and [animate] of the subject, type of States-of-Affair (SoA), grammatical person of the subject, as well as verbal tense and verbal mode and presence of negation before the modal verb. The corpus of this research consists of 20 journalistic interviews published in the Spanish magazine *El País*, selected randomly between the years 2000 and 2001, and it belongs to the corpus organized by Gasparini-Bastos (2004). The analysis allows verifying that the verb *poder*, when it expresses epistemic modality, is located in a higher level of grammaticalization and of auxiliary in comparison with the non-epistemic modalities, which are also expressed by the verb. Moreover, it is possible to design two tendencies for the modal: epistemic verb *poder* occurs very often as Episode-oriented, [+human] subject in 3rd specific person, State State-of-Affairs and verb in present. Other parameters are also related to the epistemic meaning, such as clauses without subject, [-human; -animated] subject, generic or indeterminate subject, verb in future and subjunctive mood. Non-epistemic verb *poder* appears quite often as Participant-oriented, [+human] subject in 1st and 3rd specific person, Action State-of-Affairs and verb in present. Sentences with the verb in past and with preceded negation are directly related to a higher frequency of the non-epistemic modal as well.

Keywords: functionalism; modality; Spanish; journalistic interviews; verb *poder*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: A MODALIDADE E A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL ..	14
1.1. A problemática da modalidade	14
1.2. O percurso de classificação das modalidades	18
1.3. As modalidades sob uma perspectiva funcionalista	25
1.4. O Funcionalismo	30
1.5. A Gramática Discursivo-Funcional	32
1.5.1. O Nível Representacional	37
1.5.2. A modalidade e o verbo auxiliar <i>poder</i> dentro da GDF	39
CAPÍTULO 2: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
2.1. A organização do <i>cópus</i>	47
2.2. Parâmetros de análise	49
2.2.1. Domínio semântico e alvo da avaliação modal	50
2.2.2. Presença de sujeito e traços semânticos do sujeito	54
2.2.3. Natureza do EsCo, dinamicidade e controle	56
2.2.4. Pessoa gramatical do sujeito	58
2.2.5. Tempo e modo verbal	62
2.2.6. Presença da negação imediatamente anteposta ao modal	67
CAPÍTULO 3: O VERBO MODAL <i>PODER</i> E A QUESTÃO DA AUXILIARIDADE .	69
3.1. Os usos do verbo <i>poder</i> e a questão dos auxiliares	69
3.2. Teste de auxiliaridade	74
3.3. Frequência <i>type</i> e <i>token</i>	90
3.4. Grau de gramaticalização de <i>poder</i>	91
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO MODAL <i>PODER</i> NO ESPANHOL	93
4.1. Formas identificadas no <i>cópus</i>	93
4.2. Os valores semânticos de <i>poder</i>	95
4.3. Relação entre domínio semântico e orientação	97

4.4. Relação entre domínio semântico, presença e traços semânticos do sujeito.....	100
4.5. Relação entre domínio semântico e natureza do EsCo	102
4.6. Relação entre domínio semântico e pessoa gramatical do sujeito	105
4.7. Relação entre domínio semântico, tempo e modo verbal	109
4.8. Relação entre domínio semântico e negação anteposta ao modal.....	112
4.9. Caracterização do modal <i>poder</i> no espanhol	113
CONCLUSÕES.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação entre alvo da avaliação e domínio semântico	29
Quadro 2. Relação entre domínio semântico e orientação da avaliação modal	42
Quadro 3. Possibilidades de ocorrência do verbo auxiliar <i>poder</i> em espanhol a partir da relação entre domínio semântico e orientação.....	43
Quadro 4. Entrevistas que integram o cópuz.....	47
Quadro 5. Atualização de critérios de auxiliaridade às modalidades expressas por <i>poder</i>	89
Quadro 6. Formas do verbo <i>poder</i> presentes no cópuz	94
Quadro 7. Tendências dos subtipos modais epistêmico e não epistêmico de <i>poder</i>	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. GDF como parte de uma teoria mais ampla de interação verbal	33
Figura 2. Esquema geral da GDF	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Frequência de uso de <i>poder</i> + infinitivo	90
Tabela 2. Domínio semântico do modal <i>poder</i>	95
Tabela 3. Relação entre domínio semântico e orientação do modal <i>poder</i>	98
Tabela 4. Relação entre domínio semântico, presença e traços semânticos do sujeito	100
Tabela 5. Relação entre domínio semântico e natureza do EsCo	103
Tabela 6. Relação entre domínio semântico e pessoa gramatical do sujeito.....	105
Tabela 7. Relação entre domínio semântico, tempo e modo verbal	109
Tabela 8. Relação entre domínio semântico e negação anteposta.....	112

INTRODUÇÃO

1. Natureza do objeto

A modalidade, estudada primeiramente pelos lógicos, recebe tratamento diferente dentro dos estudos linguísticos, em razão, principalmente, da natureza da linguagem humana. Como se sabe, as línguas naturais não obedecem aos padrões previstos pela lógica, o que impede a verificação de alguns preceitos lógicos referentes ao estudo da modalidade, tais como a classificação de um valor modal alético, que se refere a verdades globais e inquestionáveis, e também a possibilidade de haver asserções neutras, que não passam pela avaliação subjetiva do falante..

Enquanto fenômeno linguístico, a modalidade pode ser vista como o posicionamento do falante perante seu enunciado, de modo que, por meio de suas opiniões, crenças e julgamentos, expressos de diferentes maneiras, ele avalia o que está sendo proferido. Coracini (1991) advoga que a modalidade é inerente à linguagem humana e que um enunciador sempre adotará uma posição com relação ao que enuncia. Nas palavras da autora,

a modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. A isso não escapa o discurso científico (CORACINI, 1991, p. 113).

De acordo com Castilho e Moraes de Castilho (1992), embora a literatura faça uma distinção entre *modalidade* (a forma - assertiva, interrogativa ou jussiva - do conteúdo proposicional apresentado pelo falante) e *modalização* (a expressão da relação entre falante e conteúdo proposicional, na medida em que o falante avalia o teor de verdade do enunciado ou expressa seu julgamento), ambos os termos referem-se à avaliação prévia do falante em relação ao conteúdo que vai produzir. Os autores afirmam que não há necessidade de se fazer tal distinção, pois até quando se trata de modalidade enquanto forma da sentença (assertiva, interrogativa, jussiva etc.) também se pressupõe que haja uma intenção comunicativa do falante perante o seu enunciado, fazendo com que ele tome a decisão de afirmar, de interrogar, de ordenar etc. A opção por não distinguir *modalidade* e *modalização* também será seguida nesta pesquisa.

Há algumas décadas a modalidade tem sido tema de investigação de vários trabalhos, muitos deles de cunho funcionalista,¹ voltados para as manifestações da modalidade em diferentes idiomas e em diferentes tipos de *cópus*. No entanto, ainda existe muito a ser investigado quando o assunto é o processo de modalização dos enunciados, principalmente no que se refere às formas de expressão da modalidade, que pode se dar por meio de elementos lexicais (como um verbo, um substantivo, um advérbio, por exemplo), por meio de elementos gramaticais (como o modo verbal, por exemplo), e, ainda, por meio de elementos suprasegmentais, como a prosódia.

Especificamente no caso dos elementos modais de natureza lexical, Neves (2000) destaca o caráter polissêmico dos verbos modais e aponta a importância do contexto extralinguístico e intralinguístico para a leitura da modalidade, algo que também já havia sido defendido por Palmer (1979), que considera que modalidade não deve ser estudada somente a partir de um ponto de vista semântico, mas a partir da relação que envolve forma e significado, uma vez que a base semântica da modalidade também depende das marcas linguísticas presentes no enunciado.

Dentro desse campo amplo de investigação, este trabalho propõe-se analisar os diferentes valores modais expressos pelo verbo modal *poder*, na condição de verbo auxiliar, em entrevistas jornalísticas do espanhol, com destaque para o valor epistêmico em comparação aos valores não epistêmicos. O aparato teórico que dá suporte à análise é a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2008). O trabalho procura averiguar o papel do contexto na atuação do modal, entendendo-se por contexto o conjunto de traços discursivos, semânticos e sintáticos que envolvem o verbo *poder*, tais como: o tipo modal que expressa (ou domínio semântico, conforme Hengeveld (2004)), o escopo da modalidade (ou alvo da avaliação, conforme Hengeveld (2004)), a presença de sujeito na oração e seus traços semânticos, a dinamicidade e a agentividade, a caracterização do Estado-de-Coisas, a referência de pessoa do sujeito, a referência modo-temporal do verbo, a presença ou não de negação anteposta ao modal.

¹ cf. Palmer (1979, 1986); Bybee; Pagliuca (1985); Castilho; Moraes de Castilho (1992); Bybee; Perkins; Pagliuca (1994); Dall'aglio-Hattner (1995, 2008, 2009); Silva-Corvalán (1995); Klinge (1996); Neves (1996, 1997, 2000, 2006); Stotarek (1996); Olbertz (1998); Nuyts (2001, 2006); Carrascossi, (2003); Gasparini-Bastos (2004); Hengeveld, (2004); Miranda (2005); Narrog (2005, 2012); Casimiro (2007); Brunelli; Gasparini-Bastos (2008, 2011, 2012); Brunelli; Dall'aglio-Hattner (2009); Magni (2010); Comparini (2013); Olbertz; Gasparini-Bastos (2013), entre outros.

2. Justificativa do trabalho

Em trabalho anterior (RINALDI, 2012),² analisou-se o verbo modal *poder* em dados do espanhol peninsular falado, mais especificamente em amostras pertencentes ao Projeto PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*).³ Verificou-se que o verbo pode assumir valores epistêmico, facultativo e deôntico, a depender do contexto de ocorrência.

Nos dados analisados, houve predomínio da modalidade epistêmica (56,3% do total), com diferença significativa em relação aos demais valores modais identificados (32,7% para a modalidade facultativa e 11 % para a modalidade deôntica). Os resultados desse trabalho motivaram o aprofundamento das análises e a continuidade das investigações sobre o verbo em outro tipo de corpú, a fim de se analisar, entre outros aspectos, se a alta frequência da modalidade epistêmica se manteria.

Para a execução dessa tarefa, optou-se por adotar um tipo de corpú que favorecesse os contextos de exposição de ponto de vista e de manifestação de opinião, o que, consequentemente, levaria ao maior aparecimento de elementos modais, principalmente os de modalidade epistêmica. Diante da impossibilidade de conseguir mais amostras de entrevistas orais pertencentes ao Projeto PRESEEA, utilizado por ocasião no trabalho de Iniciação Científica, optou-se pela adoção de um corpú composto por entrevistas jornalísticas, dado que a relação entrevistador/entrevistado presente nessas entrevistas possibilita contextos em que o falante, principalmente o entrevistado, assume uma postura de certeza ou de dúvida frente aos seus enunciados, valores inerentes à modalidade epistêmica.

O corpú adotado para esta pesquisa é parte do corpú organizado por Gasparini-Bastos (2004)⁴ e constitui-se de 20 entrevistas jornalísticas publicadas no jornal espanhol *El País*, selecionadas aleatoriamente entre os anos de 2000 e 2001. Todo o conjunto de entrevistas contém, aproximadamente, 74.000 palavras. Na apresentação do corpú, a autora menciona o fato de só ter selecionado entrevistas produzidas por falantes nativos do espanhol, evitando, assim, a análise de entrevistas traduzidas.

² Trabalho intitulado “O verbo modal *poder* em dados do espanhol falado”, realizado em nível de Iniciação Científica no período de janeiro de 2011 a janeiro de 2012, sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini-Bastos e sob os auspícios da FAPESP.

³ Disponível em www.linguas.net/preseea.

⁴ O corpú total organizado pela autora compreende 40 entrevistas jornalísticas, sendo 20 entrevistas de língua espanhola e 20 entrevistas de língua portuguesa. Para este trabalho foram selecionadas apenas as entrevistas do espanhol.

A opção pelo estudo do espanhol justifica-se pelo fato de não haver muitos trabalhos descritivos realizados nessa língua, em especial trabalhos de cunho funcionalista que adotem o modelo de análise da Gramática Discursivo-Funcional. De modo geral, o intuito desta pesquisa é contribuir com os estudos descritivos do espanhol, com os estudos sobre modalidade e sobre o verbo modal *poder* e também com os estudos que utilizam o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional.

3. Objetivos do trabalho

O objetivo geral desta pesquisa é descrever o verbo modal *poder* em entrevistas jornalísticas do espanhol a partir dos traços discursivos, semânticos e sintáticos que o envolvem, de modo a verificar em que medida o valor modal epistêmico expresso pelo verbo se diferencia dos valores modais não epistêmicos. Com base no modelo da Gramática Discursivo-Funcional, busca-se responder às seguintes perguntas específicas norteadoras desta pesquisa:

- i. Que valores modais não epistêmicos o verbo *poder* pode expressar no espanhol?
- ii. O verbo *poder* pode ser considerado como um verbo auxiliar a partir dos conceitos teóricos da Gramaticalização?
- iii. A construção de *poder* + infinitivo que apresenta maior grau de gramaticalização corresponde aos valores epistêmicos ou aos não epistêmicos?
- iv. Qual a relação entre as camadas do Nível Representacional da Gramática Discursivo-Funcional e os valores semânticos de modalidade epistêmica e de modalidades não epistêmicas expressos por *poder*?
- v. Qual a contribuição do contexto (informações pragmáticas contidas no texto e todos os elementos gramaticais que constituem os parâmetros de análise adotados) para a diferenciação dos valores modais epistêmicos e não epistêmicos de *poder* no espanhol?

A resposta à última pergunta será dada com base na análise de todos os elementos gramaticais que constituem os parâmetros de análise adotados, a saber: domínio semântico da modalidade, alvo da avaliação modal, presença ou ausência do sujeito, traços [humano] e [animado] do sujeito, tipo de EsCo, dinamicidade e agentividade do predicado, pessoa

gramatical do sujeito, tempo e modo verbal do modal e, por fim, presença ou ausência de negação imediatamente anteposta ao modal.

4. Organização do trabalho

A dissertação é composta por 4 capítulos, que se organizam da seguinte forma: no Capítulo 1, é feita a caracterização geral da modalidade, abordando a complexidade que envolve o tema, o percurso de classificação e o modo como é tratada dentro do funcionalismo. Ainda neste capítulo teórico são apresentados os fundamentos do funcionalismo, mais especificamente da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), abordagem teórica adotada, com ênfase no Nível Representacional e no modo como a modalidade e o verbo *poder* devem ser entendidos dentro do modelo.

No Capítulo 2 são apresentados os procedimentos metodológicos adotados, como a constituição do *cópus* e os parâmetros de análise, com as hipóteses subjacentes a cada um deles.

O Capítulo 3, que envolve teoria e análise, está destinado à discussão do grau de auxiliaridade e gramaticalização do verbo *poder*, com a apresentação dos valores que o verbo pode assumir, o conceito de Gramaticalização e seus pressupostos teóricos, além da aplicação de testes para verificar o caráter mais ou menos gramatical do verbo.

No Capítulo 4, apresenta-se a análise quantitativa e qualitativa dos dados, com a descrição da relação que há entre os valores modais epistêmicos e não epistêmicos e os critérios de análise adotados.

Nas Conclusões, é apresentado um resumo dos resultados obtidos na pesquisa, juntamente com reflexões acerca da análise realizada. Por fim, apresentam-se as Referências Bibliográficas utilizadas neste trabalho.

CAPÍTULO 1

A MODALIDADE E A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Neste capítulo, serão apresentadas conceituações teóricas sobre modalidade, com o intuito de mostrar a complexidade que envolve o tema e que leva a vários desdobramentos e investigações, que vão desde a própria definição de modalidade até suas formas de expressão. Também será apresentada a abordagem teórica em que esta pesquisa se baseia.

Na seção 1.1, são expostos brevemente a história da modalidade, sua definição e também os meios pelos quais ela pode ser expressa. Na seção 1.2, apresenta-se o percurso de classificação das modalidades, desde a Lógica, com Aristóteles, até as classificações linguísticas propriamente ditas. Na seção 1.3, apresenta-se o tratamento das modalidades dentro do funcionalismo, abordagem de pesquisa adotada neste trabalho, que é descrita na seção 1.4, com foco sobre o funcionalismo de linha holandesa (Dik 1997a, 1997b) e o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional, proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008). Na seção 1.5, apresenta-se a GDF como um modelo de estrutura de linguagem tipologicamente baseado, que possui organização *top down*, isto é, parte da intenção comunicativa do falante para a elaboração do enunciado propriamente dito. Dentro dessa seção, no item 1.5.1, o foco é dado ao Nível Representacional (doravante NR), uma vez que é nesse nível que as modalidades são tratadas. Por fim, no item 1.5.2, refina-se a classificação de modalidade com a qual se trabalhará nesta pesquisa e aponta-se para o fato de que o verbo auxiliar modal *poder* é visto, nessa teoria, como um operador gramatical.

1.1. A problemática da modalidade

O tema da modalidade sempre despertou interesse dos estudiosos de uma maneira geral, incluindo lógicos e filósofos, sendo explorado também pelos linguistas interessados nos assuntos relacionados ao processo de modalização dos enunciados. Nas palavras de Neves (2006),

desde a questão fundamental pela qual se pergunta se ‘enunciar’ já implica modalizar, até a questão de saber em que grau e por que meios o falante ajusta a modalidade que marca o seu enunciado, muita matéria de investigação se oferece ao estudioso da língua (NEVES, 2006, p. 151).

Um ponto comum entre os diferentes estudos sobre modalidade é o fato de todos assumirem que há uma grande complexidade envolvendo esse tema, que não se encontra somente no fato de as línguas naturais não serem lógicas, na questão da existência de neutralidade ou não na enunciação ou na classificação das modalidades: ela está presente também na “simples” definição do termo.

De maneira genérica, Quirk et al (1985) afirmam que modalidade é o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado, refletindo, assim, o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição que ele expressa. Coracini (1991), por sua vez, defende que

a modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. A isso não escapa o discurso científico (CORACINI, 1991, p. 113).

Narrog (2012), ao tratar da modalidade, afirma que esse conceito sempre é acompanhado do conceito de subjetividade. Para o autor, além de ambos os campos serem difíceis de se compreender, já que não há consenso quando se tenta definir e classificar a modalidade e a subjetividade, eles realmente devem ser vistos como associados um ao outro, pois modalidade inclui subjetividade e subjetividade tem relação com modalidade. Embora faça esse reconhecimento, o autor defende que modalidade não deve ser vista somente como a atitude do falante diante do seu enunciado ou como subjetividade, porque, assim, não seria possível identificar uma categoria gramatical ou um conjunto de categorias.

Narrog (2012) afirma que a modalidade deve ser entendida em termos de *factualidade*, como uma categoria linguística que está relacionada ao estatuto factual da proposição. O autor aponta, ainda, que, embora haja outros termos na literatura, tais como *factividade*, *irrealis*, *realidade*, *validade* etc., o termo *factual* é o mais adequado porque está relacionado ao julgamento humano. De acordo com o autor, a *factualidade* deve ser relacionada ao conceito de realidade e validade dentro de um determinado contexto a partir de uma observação humana. Quando se trata de modalidade, o termo não faz referência à realidade fora da linguagem, mas ao julgamento de um falante a partir do seu modo de ver o mundo, de modo que a expressão de um evento é modalizada considerando seu *status* de *factualidade* a partir da opinião e do julgamento de determinado falante; assim, quando o termo *factual* associa-se ao conceito de modalidade, há declarações que são verdadeiras ([+*factual*]) ou falsas ([–*factual*]) a partir da avaliação de um indivíduo.

De acordo com Palmer (1979), o conceito de modalidade não deve ser visto somente a partir de um ponto de vista semântico, mas a partir da relação que envolve forma e significado, uma vez que a base semântica da modalidade também depende das marcas linguísticas presentes no enunciado. Em trabalho posterior, Palmer (1986) afirma que a modalidade está relacionada à opinião e à atitude do falante e volta a reforçar que a modalização ocorre dentro da sentença a partir da relação entre semântica e elementos gramaticais.

Ao discutir modalidade, Miranda (2005) destaca a ação conjunta da linguagem e a construção dinâmica do significado por meio de uma combinação de todos os elementos presentes no processo interacional. A autora, baseada em princípios da Linguística Cognitiva, defende que a modalidade não deve ser vista simplesmente como uma intenção ou um posicionamento do falante em relação ao enunciado produzido, pois assim ela se reduziria a ser uma propriedade somente do enunciado, de atos de fala isolados. Miranda (2005) considera que a modalidade deve ser entendida como gerenciadora da interação, uma vez que a linguagem é vista como constituída em conjunto com os elementos interacionais. Desse modo, o processo de modalização deveria ser tratado a partir do processo interacional e a modalidade seria uma propriedade dentro da cena comunicativa, confirmando, assim, o caráter partilhado e dinâmico da construção da significação.

Para Magni (2010), os estudos que lidam com modalidade enfrentam a dificuldade de decidir o que se deve considerar ou excluir para lidar com o tema, pois a modalidade envolve muitos aspectos como negação, tempo, natureza do evento etc. A autora aponta alguns fatores que podem servir para a delimitação do que a modalidade engloba: atitudes e opiniões do falante, subjetividade, factualidade, ato discursivo e um grupo de conceitos que envolvem possibilidade, necessidade, permissão, obrigação, habilidade e volição. No entanto, ela afirma que, entre os linguistas, o critério essencial quando se trata de modalidade está relacionado à subjetividade, uma vez que modalidade é sempre definida em termos das atitudes e opiniões do enunciador.

Desse modo, de acordo com Magni (2010), pode-se dizer que, ao se tratar de modalidade, se está diante de uma relação entre o falante e seu enunciado, ou, ainda, de uma relação entre o modo como o enunciador avalia e julga o conteúdo presente no seu enunciado. É, portanto, uma relação subjetiva, contida em todo tipo de texto, tendo em vista que este é produzido por um indivíduo que, uma vez formado por suas crenças e opiniões, filtra e faz sua avaliação, ainda que inconscientemente, do que está sendo enunciado. Para que esse

juízo seja analisado e descrito, é necessária uma investigação conjunta entre os todos os elementos (sintáticos, semânticos e pragmáticos) presentes no contexto.

Outra questão relacionada ao estudo das modalidades diz respeito à existência ou não de enunciados não modalizados. São muitos e divergentes os estudos a respeito dessa questão. A Lógica tradicional defendia a verdade total ou a falsidade total das proposições, ou seja, os lógicos defendiam que existiam proposições não modalizadas, que refletiam informações objetivas sobre as coisas.

Na Linguística, estudiosos como Koch (1993) negam essa concepção lógica, uma vez que acreditam não haver neutralidade nos enunciados, já que a argumentatividade é uma característica inerente à linguagem humana. Coracini (1991) também considera a existência de marcas modais em todos os enunciados, ainda que não estejam explícitas. Para a autora, a ausência de marcas modais, que poderia levar a uma suposta neutralidade no discurso, é algo contestável inclusive em discursos científicos, uma vez que “as modalidades constituem verdadeiras estratégias retórico-argumentativas, na medida em que pressupõem uma intencionalidade discursiva, não podendo ser isoladas do ato de fala em que estão inseridas” (CORACINI, 1991, p. 120).

Castilho e Moraes de Castilho (1992), ao estudarem os advérbios modalizadores no português, também consideram que qualquer conteúdo passa por uma qualificação de acordo com o juízo do falante e afirmam que sempre haverá uma avaliação do enunciador em relação ao conteúdo enunciado.

No âmbito desta pesquisa, será considerada *modalidade* uma categoria que envolve subjetividade e atitude do falante em relação à proposição enunciada, ou seja, uma categoria entendida na medida em que o falante assume um posicionamento perante o enunciado produzido, baseado em suas crenças e em seu conhecimento de mundo. Com relação à neutralidade dos enunciados, também se adotará o posicionamento de que não há enunciados que não passem pelo juízo de um indivíduo ou de uma comunidade, ainda que as marcas de atitude ou de comprometimento estejam implícitas. Entretanto, para que seja possível realizar a análise proposta, faz-se necessário buscar uma forma de manifestação concreta da modalidade, presente na superfície textual, o que no caso específico deste trabalho corresponde ao verbo modal *poder*, objeto desta investigação.

Além da dificuldade de se definir modalidade, há que se considerar a dificuldade de se analisar os elementos modais, porque tanto uma mesma modalidade pode ser expressa por diferentes elementos, como um mesmo modal pode expressar diferentes tipos de modalidade.

Como ilustrações do primeiro caso, observem-se as ocorrências oferecidas por Neves (1996), retiradas do português falado,⁵ para a expressão da modalidade epistêmica:

- (01) **Sabemos** que existe uma demanda muito grande atualmente das pessoas em relação aos respectivos sindicatos. (NEVES, 1996, p. 177)
- (02) **Deve** ser como na televisão, eles preparam a peça e **devem** dividir as partes para os artistas. (NEVES, 1996, p. 166)
- (03) **Provavelmente** ele deve ter falado com você. (NEVES, 1996, p. 166)
- (04) É **impossível** que ela empreste em outras condições... (NEVES, 1996, p. 167)
- (05) Eu tenho a **impressão** que eles comem coisas mais leves na hora das refeições diárias. (NEVES, 1996, p. 167)

Nota-se que em (01) o falante modaliza epistemicamente seu enunciado a partir do verbo pleno *saber*, assumindo, assim, o conhecimento sobre o que enuncia. A ocorrência (02) é modalizado epistemicamente por meio do verbo modal *dever*, utilizado pelo falante para expressar aquilo em que acredita baseado em seu conhecimento de mundo. Na ocorrência (03), o advérbio modalizador epistêmico *provavelmente* expressa um valor de dúvida/incerteza em relação ao conteúdo descrito. Na ocorrência (04), o adjetivo *impossível* expressa a modalidade epistêmica por meio do julgamento do falante com base em seu conhecimento acerca da pessoa de quem se fala. Em (05), o falante também marca sua incerteza por meio do substantivo *impressão*.

Quanto ao segundo caso, a possibilidade de um mesmo elemento modal expressar diferentes modalidades, pode ser exemplificado pelo caráter polissêmico do verbo modal *poder*, objeto desta pesquisa, conforme se verá mais adiante.

1.2. O percurso de classificação das modalidades

A modalidade é um campo que surgiu primeiramente na Lógica, com Aristóteles, e, de acordo com Neves (2006), foi no quadrado lógico criado por ele - no qual, a partir das modalidades do *possível* e do *necessário*, definem-se, por negação, os contrários respectivos,

⁵ Ocorrências extraídas do corpus do Projeto NURC.

o *impossível* e o *contingente* – que as primeiras modalidades, chamadas aristotélicas ou aléticas, foram determinadas.

A proposta do quadrado de Aristóteles sofreu várias críticas, dentre elas, a de Blanché (1969, apud Neves, 2006), que propõe uma reformulação do quadrado lógico. Na realidade, o que o autor apresenta é um hexágono, uma ampliação do quadrado lógico de Aristóteles, pois, para Blanché (1969), o sistema ideal é aquele em que as partes se relacionam por oposição e por contraste. Pode-se dizer que, a princípio, referir-se à modalização era falar em conceitos lógicos como ‘possibilidade’ e ‘necessidade’, e as modalidades eram analisadas em termos de valores de verdade.

Além da modalidade alética, os lógicos trataram também da modalidade epistêmica (relacionada ao eixo da crença) e da modalidade deôntica (relacionada ao eixo da conduta).

A modalidade alética está relacionada à verdade necessária do Estado-de-Coisas (doravante EsCo) e determina, portanto, o valor de verdade das proposições. Segundo Neves (2006), esse tipo de modalidade está relacionado ao mundo ontológico e reflete uma escala que vai do “necessário” ao “impossível” dentro de um ou de todos os mundos possíveis. Defendia-se, na Lógica, que havia proposições gerais entendidas como verdadeiras ou falsas, e que tais proposições não eram filtradas por nenhum julgamento humano, sendo simplesmente consideradas como leis universais.

O principal problema relacionado à modalidade alética consiste no fato de que, a partir do momento em que se postula que existem afirmações universais que não passam por nenhum tipo de avaliação, nega-se a existência de crenças presentes em qualquer tipo de comunidade. Em outras palavras, ainda que haja alguns enunciados considerados universais (como, por exemplo, *A Terra gira*), esses enunciados só podem ser aceitos como verdadeiros ou falsos dentro de um sistema de crenças, dentro de um conhecimento de mundo partilhado por membros de uma mesma comunidade, pois é um ponto de vista de como enxergar a realidade. Desse modo, não se pode negar a existência de um falante que, ao proferir seu enunciado, está comprometendo-se com a verdade ou com a falsidade do conteúdo dito.

Com base em Coracini (1991), pode-se afirmar que, quando um falante produz qualquer tipo de enunciado, ele assume a asserção que enuncia, isto é, se coloca dentro do enunciado cuja verdade ele deve fundar e apoiar. Dessa maneira, defende-se que essa primeira modalidade proposta pelos clássicos, ainda que considerada como central na Lógica, dificilmente é encontrada nas línguas naturais, uma vez que a possibilidade de haver uma asserção que não passe pela avaliação do falante é muito pequena. Assim, deve-se concordar

com Kiefer (1987), para quem as modalidades epistêmicas e deônticas (dentre as três estabelecidas pela Lógica) são as mais importantes para a Linguística.

A modalidade epistêmica refere-se ao eixo da crença e do conhecimento. Esse tipo de modalidade apresenta “o mundo das convicções do falante que, a partir do seu ponto de vista, avalia o enunciado como certo ou incerto” (SKOTAREK, 1996, p. 95).⁶ Para a expressão dessa modalidade, o conhecimento de mundo do falante é o ponto a partir do qual os enunciados são produzidos e as proposições avaliadas. A atitude do falante perante um enunciado modalizado epistemicamente pode variar em graus de ‘certeza’ e de ‘possibilidade’.

De acordo com Neves (1996, p. 178), “a avaliação epistêmica se situa em algum ponto do *continuum* que, a partir de um limite preciso, onde está o (absolutamente) **certo**, se estende pelos limites e indefinidos graus do **possível**”. Dall’Aglio-Hattner (1995), ao estudar a manifestação da modalidade epistêmica em enunciados presidenciais, também apontava para esse *continuum* entre a indicação de certeza e a indicação de possibilidade, mostrando que o falante, ao proferir seu enunciado, tanto no eixo do certo como no eixo do possível, se vale de modalizadores para se afastar ou se comprometer com o que está sendo dito.

Ainda a respeito da modalidade epistêmica, Lyons (1977) entende que uma enunciação modalizada epistemicamente é aquela em que o falante qualifica explicitamente seu comprometimento com a verdade da proposição. O autor faz uma subdivisão entre modalidade epistêmica objetiva (conhecimento geralmente aceito ou cientificamente comprovado) e modalidade epistêmica subjetiva (opinião do falante). Tal distinção consiste na ideia de que a modalidade epistêmica objetiva seria aquela relacionada à possibilidade de ocorrência de um evento, de modo que o valor de possibilidade não está baseado em crenças do falante, mas, sim, no que é sabido a respeito do mundo; e a modalidade epistêmica subjetiva estaria relacionada ao comprometimento direto do falante em relação à possibilidade expressa, ou seja, há uma atitude avaliativa do falante a partir do que ele sabe e acredita ser verdade.

A distinção entre modalidade epistêmica objetiva e subjetiva também é compartilhada por outros autores, entre eles Hengeveld (2004). Com base nessa distinção, o autor explica enunciados como (06):

(06) Certainly he may have forgotten (HENGEVELD, 2004, p. 1194).

⁶ No original, [la modalidad epistémica] presenta, pues, el mundo de las convicciones del remitente mismo, quien desde su punto de vista, valora la declaración como cierta o incierta (SKOTAREK, 1996, p. 95).

‘Certamente ele pode haver esquecido.’

Ocorrências do tipo apresentado em (06) são perfeitamente aceitáveis em muitas línguas, ainda que envolvam dois tipos de julgamentos. Há, aqui, dois tipos de julgamento epistêmico: uma certeza subjetiva, expressa pelo advérbio *certamente* (*certainly*), e uma possibilidade objetiva, expressa pelo verbo *poder* (*may*).

Em linhas gerais, de acordo com Palmer (1986) e Narrog (2012), deve-se entender que a modalidade epistêmica refere-se ao conhecimento de mundo de um indivíduo. Nas palavras de Palmer (1986), a modalidade epistêmica está relacionada “à expressão do grau ou à natureza do comprometimento do falante com a verdade do que diz” (PALMER, 1986, p. 121).⁷

A modalidade deôntica relaciona-se ao eixo da conduta, está situada no domínio da obrigação e da permissão e liga-se à volição e à ordem. De modo geral, Palmer (1979) defende que o campo da modalidade deôntica expressa o que é obrigatório, permitido ou proibido.

Segundo Skotarek (1996), “a modalidade deôntica refere-se ao mundo das normas, das ordens, das proibições e das autorizações” (SKOTAREK, 1996, p. 97).⁸ Em outras palavras, a modalidade deôntica é “a maneira como um ato é socialmente ou legalmente circunscrito: *É permitido fazer A e É obrigatório fazer A*” (NEVES, 2006, p. 162).

Nas palavras de Narrog (2012), a modalidade deôntica “marca uma proposição como necessária ou possível dentro de um esquema de um sistema particular de regras sociais” (NARROG, 2012, p. 8).⁹ A partir dessas regras, o falante produz seu enunciado avaliando-o em um *continuum* que vai do absolutamente **obrigatório** ao **permitido**, segundo Neves (1996) e Skotarek (1996).

Ainda a respeito da modalidade deôntica, Brunelli e Dall’Aglio-Hattner (2009) afirmam que os enunciados deonticamente modalizados podem funcionar como instrumentos à disposição do falante para impor seus desejos ao locutor, regulando, assim, seu comportamento por meio de ordens e proibições. Veja-se o exemplo apresentado pelas autoras, retirado de um *cópus* composto por livros de autoajuda:

⁷ No original, [epistemic modality is concerned] with the expression of the degree or nature of the speaker’s commitment to the truth of what he says (PALMER, 1986, p. 121).

⁸ No original, la modalidad deôntica se refiere al mundo de las normas, las órdenes, las prohibiciones y el permiso (SKOTAREK, 1996, p. 97).

⁹ No original, deontic modality marks a proposition as necessary or possible within the framework of a particular system of social rules (NARROG, 2012, p. 8).

- (07) Não tem nada de errado com o mundo em si. O caso não é mudar o Brasil nem a sociedade. Você é quem **tem de** mudar. Se você mudar, o mundo muda com você (BRUNELLI; DALL'AGLIO-HATTNER, 2009, p. 185).

A modalização deôntica expressa em (07) por meio da construção modal *ter de* demonstra que a obrigação aqui imposta exige que o interlocutor aja segundo os desejos do enunciatário.

Além dessas três modalidades tradicionalmente reconhecidas, outros tipos de modalidades são considerados por diversos autores em suas propostas de classificação modal. Neves (2006), por exemplo, ao apontar os diversos tipos de modalidade baseada em seus estudos e em de demais autores, tais como Perkins (1983, apud Neves, 2006), Palmer (1986), entre outros, lista algumas modalidades que são reconhecidas por um ou outro autor: modalidade bulomaica (ou volitiva), modalidade disposicional (ou habilitativa, ou dinâmica, ou facultativa), modalidade temporal, modalidade avaliativa, modalidade causal e modalidade probabilística.

Neste trabalho, destacam-se as modalidades volitiva e dinâmica/facultativa,¹⁰ por terem se mostrado relevantes para o estudo do verbo *poder*. De acordo com Narrog (2012), a noção de modalização a partir do valor de volição e de desejo já vinha sendo tratada por alguns autores (PALMER, 1979; HEINE, 1995), reconhecendo a volição como modalidade.

Em termos gerais, a modalidade volitiva diz respeito aos desejos e vontades do falante, ou seja, está relacionada ao que é desejável pelo enunciador, que expressa, assim, seu *querer*. Para Neves (2006), a modalidade volitiva relaciona-se à necessidade e à possibilidade dos desejos do falante, de modo que seja possível falar em possibilidade volitiva e necessidade volitiva, como mostram os exemplos levantados pela autora:

- (08) Não **pode** ser. Seria demais... Você quer dizer que o nosso Hipólito foi traduzido por Lutércio, do grego? Meu Deus! Não **pode** ser verdade. Seria a primeira tradução conhecida, de Eurípides, em latim. Coisa de fazer inveja até a Petrarca, meu querido! (NEVES, 2006, p. 160)

- (09) Desta vez o título **deve** ser nosso. (NEVES, 2006, p. 160)

De acordo com Neves (2006), o exemplo (08) trata de uma possibilidade volitiva: o verbo modal *poder* expressa uma impossibilidade que está baseada na vontade, no desejo do

¹⁰ Neste trabalho, será adotada a terminologia *facultativa* para a modalidade que se refere a capacidades e habilidades, tendo em vista que é o termo adotado pela Gramática Discursivo-Funcional, modelo teórico que embasa a presente pesquisa.

falante. Já o exemplo (09), no qual o verbo modal *dever* é o elemento modalizador, ilustra uma necessidade volitiva, uma vez que há a expressão de uma necessidade baseada também no desejo do falante.

A modalidade volitiva pode, ainda, como aponta Dall’Aglio-Hattner (2009), ocorrer em expressões formulaicas, em que o querer funciona mais como uma forma de polidez do que como um desejo real por parte do falante. Segundo a autora, os valores que se obtêm por meio dessa modalidade dependem da natureza da fonte enunciativa e do alvo do querer. Dessa forma, um fator determinante para a análise da modalidade volitiva é o grau de controle que o falante tem sobre o ouvinte ou, nas palavras da autora, “a manifestação do desejo é tanto mais nítida quanto menor for o grau de controle da fonte sobre o alvo do querer” (DALL’AGLIO-HATTNER, 2009, p. 166).

Ainda com relação à modalidade volitiva, pode-se afirmar, com base em Casimiro (2007), que estudou a manifestação da modalidade volitiva em discursos presidenciais, que a inversão do grau de controle do sujeito enunciativo sobre seu destinatário também é significativa: se o falante ocupa uma relação hierarquicamente mais alta que o seu ouvinte, a expressão de desejo pode ser compreendida como ordem. Ter-se-ia, desse modo, a modalidade volitiva adquirindo comportamento de modalidade deontica, pois o querer passa a ser interpretado como dever. No entanto, essa mudança de valor ocorre em contextos específicos. Em primeiro lugar, é preciso que se tenha o traço [+controle] do EsCo que complementa o querer; em segundo, é necessário que o agente desse EsCo esteja em uma posição hierarquicamente menos elevada que o falante; por último, o sujeito deve enunciar de um lugar de autoridade e tal autoridade deve ser reconhecida pelo agente do EsCo [+controle] (CASIMIRO, 2007).

No estudo de Casimiro (2007), essa relação torna-se evidente nos exemplos de discurso presidencial, uma vez que as três condições anteriormente citadas são preenchidas nesses casos, ou seja, em enunciados com o verbo *querer* provindos do Presidente da República, há o traço [+controle] do EsCo, há um receptor em posição inferior à do Presidente, e, por fim, há uma autoridade reconhecida. Nesse sentido, a expressão do querer, que seria de desejo, passa a ter efeito pragmático de ordem, tendo em vista o contexto já explicitado.

Também proposta por Palmer (1979), outra modalidade que se destaca dentre as demais é a modalidade dinâmica, que está relacionada aos valores de capacidade e de habilidade. Como aponta o autor, a noção de capacidade que essa modalidade pode expressar

relaciona-se à capacidade física, moral ou legal. Veja-se o seguinte exemplo retirado de Palmer (1979, p. 73):

- (10) I feel that... my destiny's very much in my control and that I can make or break my life and myself (PALMER, 1979, p. 73).

‘Eu sinto que meu destino está tão sob meu controle que eu mesmo **posso** vencer ou arruinar minha vida e eu mesmo.’

Nesse caso, o verbo modal *poder* serve como meio de expressão da modalidade dinâmica, uma vez que designa a capacidade de um indivíduo de realizar o evento descrito no enunciado.

Embora seja bastante reconhecida na literatura, a modalidade dinâmica não possui um caráter fixo dentro das classificações de modalidade, pois há alguns autores que não a consideram como uma modalidade propriamente dita. Essa discussão se dá pelo fato de que, em enunciados nos quais há expressão da modalidade dinâmica, o que se tem não é um posicionamento e atitude do falante, como se nota mais nitidamente nas outras modalidades. Assim, por não haver o traço de subjetividade, o enquadramento da modalidade dinâmica dentro da tipologia das modalidades passa a ser questionado por alguns autores, inclusive pelo próprio Palmer (1986), que, embora reconheça essa problemática, sugere a sua permanência em função da importância que tem para a compreensão do significado dos verbos modais, uma vez que essa modalidade também pode ser expressa por meio de verbos auxiliares modais.

Palmer (1979), ao analisar os verbos modais em inglês, aponta os modais *can*, que equivaleria ao modal *poder* em português e em espanhol, e *must*, que equivaleria ao modal *dever* em português e *deber* em espanhol, como elementos modalizadores que permitem diferentes leituras semânticas, servindo de meios para expressão das modalidades epistêmica, deôntica e também dinâmica.

Adotando o mesmo ponto de vista de Palmer (1986), Nuyts (2006) defende que a modalidade dinâmica, ainda sendo a “menos modal” das modalidades, tem a sua inclusão nos estudos das modalidades em virtude de ter seus valores expressos frequentemente por verbos modais polissêmicos, que são um dos principais modalizadores representativos nas línguas naturais; desse modo, é pertinente e se sustenta a presença da modalidade dinâmica dentro do domínio da modalidade. Além de defender sua manutenção entre as modalidades, Nuyts (2006) propõe uma redefinição da modalidade dinâmica e sugere que ela seja definida em

termos da propriedade do primeiro argumento do predicado, que deve ter o traço [+controle].¹¹

Também Dall’Aglio-Hattner (2008) afirma que a modalidade dinâmica merece ser incluída nos estudos sobre as modalidades não somente por essa questão dos verbos modais, mas também “por ser a expressão de uma qualificação que opera em um campo semântico específico e complementar aos campos do *dever*, do *saber* e do *querer*” (DALL’AGLIO-HATTNER, 2008, p. 146).

Considerando os subtipos modais reconhecidos, deve-se dizer que esta pesquisa não abordará a modalidade alética, por questões já expostas referentes ao fato de que esse tipo de modalidade não possui expressão nas línguas naturais. São relevantes, aqui, as outras modalidades tradicionalmente reconhecidas (modalidade epistêmica e a modalidade deôntica), além da modalidade volitiva e da modalidade dinâmica.

1.3. As modalidades sob uma perspectiva funcionalista

Do ponto de vista funcionalista da linguagem, toda explicação linguística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso; desse modo, torna-se obrigatória a explicação do fenômeno linguístico com base nas relações contraídas no discurso, isto é, a relação entre falante, ouvinte, informação pragmática pressuposta de ambos e contexto sociointeracional. Em outras palavras, de acordo com Pezatti (2004), no funcionalismo, entende-se a linguagem como instrumento de comunicação e interação social e, assim, o objeto de estudo deve ser baseado em condições reais do uso da língua.

A partir de uma visão funcionalista, segundo Magni (2010), a complexidade acerca da modalidade pode ser resolvida, pois deve-se considerar que a modalidade não é puramente semântica, nem puramente sintática, nem puramente pragmática; ao contrário, ela deve ser entendida como um conjunto desses três subdomínios. Nesse sentido, as análises funcionalistas só contribuem para o tema quando o foco estiver na relação entre as formas e as funções comunicativas.

É nesse contexto que a afirmação de Neves (1996) assemelha-se à de Koch (1993) quando defende que “a modalização só se conclui no enunciado revestido da força ilocucionária” (NEVES, 1996, p. 169). Ou seja, as modalidades podem ser consideradas como parte da atividade ilocucionária, uma vez que revelam o posicionamento do falante em relação

¹¹ Essa proposta de Nuyts (2006) parte do mesmo ponto de vista da proposta de Hengeveld (2004) adotada nesta pesquisa, que sugere uma subclassificação das modalidades a partir da parte do enunciado que é modalizada.

ao enunciado produzido. Parece indiscutível, portanto, que para se classificar as modalidades é necessário recorrer às informações contextuais, isto é, à pragmática, já que o falante, ao produzir um enunciado, manifesta suas intenções e sua atitude conforme o conhecimento de mundo que possui.

Dentro de um modelo funcionalista da linguagem, Hengeveld (2004), ao classificar as categorias modais, distingue dois parâmetros importantes para o estudo da modalidade: alvo da avaliação e domínio semântico da avaliação.

O primeiro parâmetro, **alvo da avaliação**, refere-se à parte do enunciado que é modalizada. É dentro desse parâmetro que são feitas algumas distinções entre as modalidades, as quais podem estar orientadas para o participante, para o evento ou para a proposição.

As modalidades orientadas **para o participante**¹² afetam “a parte relacional do enunciado e dizem respeito à relação entre (propriedades de) um participante em um evento e a realização potencial desse evento” (HENGEVELD, 2004, p. 1192-1193),¹³ como mostra o exemplo a seguir:

- (11) Maradona era un portento de la técnica. **Podría** jugar al fútbol perfectamente con los 44 años que tiene si estuviera en condiciones. (JAC, 2000)¹⁴

‘Maradona era extraordinário na técnica. Poderia jogar futebol perfeitamente aos 44 anos que tem agora se estivesse em condições.’¹⁵

Em (11), o verbo *poder* expressa uma modalidade orientada para o participante. Aqui há a capacidade do participante do evento (no caso, *Maradona*) de realizar a ação descrita no enunciado, descreve-se a capacidade de engajamento desse participante na relação expressa pelo predicado, o que resulta na realização ou não do evento descrito.

As modalidades orientadas **para o evento** afetam “a descrição do evento contido no enunciado, isto é, a parte descritiva de um enunciado e referem-se à avaliação objetiva da

¹² O que Hengeveld (2004) chama de modalidade orientada para o participante corresponde ao que tem sido tradicionalmente chamado de modalidade orientada para o agente (BYBEE; PAGLIUCA, 1985; PALMER, 1986; HEINE, 1995) ou ainda de modalidade orientada para o falante (BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; NARROG, 2005). Segundo Hengeveld (2004), o termo *participante* torna-se mais adequado por ser mais neutro em relação ao termo *agente*, que se refere apenas a eventos dinâmicos controlados por um sujeito.

¹³ No original, *this type of modality affects the relational part of the utterance as expressed by a predicate and concerns the relation between (properties of) a participant in an event and the potential realization of that event* (HENGEVELD, 2004, p. 1192-1193).

¹⁴ Os exemplos foram retirados do corpus desta pesquisa. O código entre parênteses corresponde às iniciais do informante e ao ano de publicação da entrevista.

¹⁵ Todas as ocorrências retiradas do corpus desta pesquisa serão traduzidas para o português entre aspas simples.

realidade do evento” (HENGEVELD, 2004, p.1193).¹⁶ Esse tipo de modalidade descreve a existência de possibilidades e de obrigações gerais, sem que o falante tenha responsabilidade por tais avaliações, como mostra o exemplo:

- (12) Quiero preguntarle una cosa. Si un jugador tiene un problema amoroso, un disgusto, ¿le parece que eso **puede** ser un motivo que justifique que no rinda, un motivo para apartarlo del equipo...? (JAC, 2000)

‘Quero perguntar-lhe uma coisa. Se um jogador tem um problema amoroso, uma desilusão, o senhor acha que isso **pode** ser um motivo que justifique que ele não renda, um motivo para tirá-lo do time...?’

Em (12), o verbo *poder* expressa uma modalidade orientada para o evento. Nesse caso, o evento descrito é questionado como sendo possível dentro desse contexto, ou seja, o conteúdo descrito pode ser entendido como possível de ser real.

As modalidades orientadas **para a proposição**¹⁷ afetam “o conteúdo proposicional do enunciado, ou seja, a parte do discurso que representa o ponto de vista e as crenças do falante e relacionam-se com o grau de comprometimento do falante em relação à proposição” (HENGEVELD, 2004, p. 1193)¹⁸.

- (13) El País - Dice que se ha creado un personaje de malhumor, exigente. **Puede que** sea así, pero yo veo un personaje muy distinto. (CoV, 2001)

‘El País – Dizem que foi criada uma personagem de mau-humor, exigente. Pode ser que seja assim, mas eu vejo uma personagem muito diferente.’

Em (13), a construção *puede que*, equivalente ao advérbio *possivelmente*, incide sobre uma proposição. Isso significa dizer que o falante avalia o conteúdo proposicional segundo suas crenças e opiniões; nesse caso, o falante se compromete com a proposição descrita avaliando-a como possível de ser verdadeira.

O segundo parâmetro proposto por Hengeveld (2004) está relacionado ao **domínio semântico** em que a avaliação do falante é feita. A partir do significado que a modalidade

¹⁶ No original, *This type of modality affects the event description contained within the utterance, i.e. the descriptive part of an utterance, and concerns the objective assessment of the actuality status of the event.* (HENGEVELD, 2004, p. 1193).

¹⁷ Esse tipo de modalidade assemelha-se ao que Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) chamam de modalidade epistêmica, aquela que expressa o grau de comprometimento do falante com seu enunciado.

¹⁸ No original, *This type of modality affects the propositional content of an utterance, i.e. the part of the utterance representing the speaker’s views and beliefs, and concerns the specification of the degree of commitment of the speaker towards the proposition he is presenting* (HENGEVELD, 2004, p. 1193).

expressa no enunciado, ela pode ser, na classificação do autor, facultativa, deôntica, volitiva, epistêmica ou evidencial.

A **modalidade facultativa** está relacionada às capacidades intrínsecas ou adquiridas, como exemplifica (14):

(14) John is able to swim (HENGEVELD, 2004, 1993).

‘João é **capaz** de nadar.’

Nesse exemplo, há a expressão de uma modalidade que se relaciona à habilidade adquirida do participante.

A **modalidade deôntica** refere-se ao que é legal, social e moralmente permitido ou obrigatório, como ilustra (15):

(15) John has to swim (HENGEVELD, 2004, p. 1193).

‘João **tem que** nadar.’

Em (15), pode-se notar que se trata de uma obrigação a que o participante está submetido. Observa-se que a construção *tem que* não se refere a uma obrigação geral nesse caso, mas sim a uma obrigação particular do indivíduo.

A **modalidade volitiva** refere-se ao que se é desejável, conforme mostra (16):

(16) John would rather not swim (HENGEVELD, 2004, p. 1193).

‘João não **deveria** nadar.’

Nesse exemplo, a modalidade expressa está relacionada a um desejo, a uma vontade, por parte do falante, de que o participante não realize a ação descrita.

A **modalidade epistêmica** está relacionada ao conhecimento e às crenças do falante, como mostra o exemplo a seguir:

(17) John may be swimming (HENGEVELD, 2004, p. 1193).

‘João **pode** estar nadando.’

Nesse caso, a modalidade relaciona-se à possibilidade, baseada no que o falante conhece e sabe acerca do que enuncia.

Por fim, a **modalidade evidencial** diz respeito à fonte da informação contida no enunciado.

(18) John will be swimming (HENGEVELD, 2004, p. 1193).

‘João **estará** nadando.’

No exemplo (18), há a expressão da modalidade evidencial, uma vez que o falante expressa o conteúdo baseado nas evidências que possui e naquilo que sabe a respeito da rotina e da vida de João.

A proposta apresentada por Hengeveld (2004), no que diz respeito à combinação entre os três tipos de alvo da avaliação e os cinco domínios semânticos, resulta na seguinte relação:

DOMÍNIO	ALVO		
	PARTICIPANTE	EVENTO	PROPOSIÇÃO
FACULTATIVO	+	+	-
DEÔNTICO	+	+	-
VOLITIVO	+	+	+
EPISTÊMICO	-	+	+
EVIDENCIAL	-	-	+

Quadro 1: Relação entre alvo da avaliação e domínio semântico (HENGEVELD, 2004, p. 1193)

O cruzamento entre alvo e domínio semântico de avaliação resulta em dez combinatórias possíveis: modalidade facultativa orientada para o participante ou para o evento; modalidade deôntica orientada para o participante ou para o evento; modalidade volitiva orientada para o participante, para o evento ou para a proposição, modalidade epistêmica orientada para o evento ou para a proposição, modalidade evidencial orientada para a proposição.

Essa proposta de classificação das modalidades de Hengeveld (2004) é base para o tratamento do tema na Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), modelo teórico com o qual se trabalhará nesta pesquisa.

A primeira ressalva sobre essa classificação é com relação à existência de uma modalidade volitiva orientada para a proposição. Os próprios autores reconhecem que sua existência nas línguas naturais é questionada, o que é reforçado por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013, p. 292). Segundo as autoras, a possibilidade de haver modalidade volitiva orientada para a proposição não se sustenta tendo em vista que Conteúdos Proposicionais são avaliados em termos de sua verdade ou falsidade, e não em termos da desejabilidade de um EsCo por parte do falante.

Outro elemento dessa classificação que merece revisão é o tratamento dado à Evidencialidade, apresentada como um subtipo semântico de modalidade na classificação de Hengeveld (2004) e atualmente abordada como uma categoria à parte. Estudos recentes, como, por exemplo, Hengeveld e Dall’Aglío Hattnher (no prelo), apontam, também, para o fato de que a evidencialidade, ao ser tratada dentro da GDF, pode ter como escopo diversas camadas e não somente a proposição.¹⁹

Assim, nesta pesquisa, será adotada a classificação de modalidades proposta por Hengeveld (2004), mas com as adaptações que já vêm sendo feitas na tentativa de se adequar a classificação aos níveis e camadas da GDF, como mostram os trabalhos de Hengeveld (2011) e Hengeveld e Dall’Aglío-Hattnher (no prelo).

1.4. O Funcionalismo

De acordo com Neves (1997), uma abordagem de caráter funcional de qualquer língua deve ter como preocupação principal a verificação de como os usuários dessa língua conseguem comunicar-se de maneira que se façam compreender, ou seja, de maneira eficiente. Desse modo, o que se destaca é a competência comunicativa, isto é, “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória” (NEVES, 1997, p. 15).

¹⁹ Em outros trabalhos de orientação funcionalista (NUYTS, 2001; DALL’AGLIO-HATTNHER, 2007) já se defendia que a Evidencialidade constitui um domínio diferente da modalidade e que por isso deve ser analisada como uma categoria separada.

Dentro de uma abordagem funcionalista da linguagem, Dik (1997a) afirma que a interação verbal é uma forma de atividade cooperativa e estruturada em torno de regras sociais, normas ou convenções. Com isso, para o autor, deve-se descrever a linguagem considerando o contexto real de comunicação, exprimindo, assim, a primazia que a pragmática tem sobre a semântica e esta sobre a sintaxe.

A Gramática Funcional proposta por Dik (1997a, 1997b) em sua *Teoria da Gramática Funcional* buscava compreender como o indivíduo de uma língua natural desempenha a função comunicativa, ou seja, como se dá a comunicação entre falante e ouvinte.

Dik (1997a, 1997b) propõe que a linguagem seja entendida como instrumento de interação social entre seres humanos, usada com a intenção de estabelecer relações comunicativas, de modo que o objeto de estudo deve ser baseado em condições reais do uso da língua. O autor propõe um modelo de interação verbal que se dá, em um primeiro momento de construção, por meio da intenção do falante, da sua informação pragmática e da antecipação que ele faz da interpretação de seu ouvinte; e, em um segundo momento, por meio da expressão linguística, da informação pragmática do ouvinte e da hipótese que o ouvinte faz da intenção comunicativa do falante. Desse modo, a interação é mediada pela expressão linguística, não estabelecida por ela.

Dik (1997a, 1997b) acredita, também, que uma Gramática Funcional tem de apresentar adequação pragmática, adequação psicológica e adequação tipológica. Pela adequação pragmática, a teoria deve estar ligada ao modo como as expressões linguísticas estão relacionadas às regras e princípios pragmáticos, ou seja, as expressões devem ser vistas como instrumentos usados pelo falante para evocar no ouvinte a interpretação que deseja. A adequação psicológica está relacionada aos modelos de competência e comportamento linguístico, o que permite enxergar a gramática como um modelo de produção, de interpretação e como um estoque de elementos e princípios. Por fim, para que alcance adequação tipológica, a teoria deve ser capaz de se relacionar a línguas de qualquer tipo, tratando não só das similaridades, mas também das diferenças de modo sistêmico.²⁰

Dentro do modelo de gramática proposto por Dik (1997a, 1997b), pode-se dizer que toda oração (*clause*, na proposta do autor) tem uma estrutura subjacente, que consiste numa estrutura abstrata complexa em que se devem distinguir níveis de organização hierárquica.

²⁰ De acordo com García Velasco (2003, p.79), a adequação tipológica surgiu como princípio a partir do objetivo de se evitar que análises linguísticas fossem feitas baseadas em um número escasso de línguas, como ocorria com os estudos da teoria formalista, de Chomsky. Além disso, o autor afirma que o cunho tipológico da teoria funcionalista de Dik é, talvez, o mais ambicioso, uma vez que descrever o maior número de fenômenos de línguas possíveis em seu detalhamento é algo muito complexo.

Nessa teoria, a oração (*clause*) seria a unidade estrutural mais alta de análise. É nessa concepção de estruturação em camadas dos enunciados que a Gramática Funcional de Dik (1997a, 1997b) é a base para o desenvolvimento da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), embora uma das diferenças fundamentais entre essas duas teorias consista no fato de que a Gramática Discursivo-Funcional apresenta como unidade máxima de análise o Ato Discursivo, e não a oração, uma vez que os falantes não se comunicam por orações isoladas, mas sim por meio do encadeamento de orações e por meio de processos de referências que os autores denominam *discurso*. Assim, a Gramática Discursivo-Funcional apresenta-se como uma remodelação da Gramática Funcional, pois mantém os pressupostos básicos da Gramática Funcional no que diz respeito às noções funcionalistas gerais (conceito de linguagem, predomínio da pragmática em relação à semântica e à sintaxe etc.) e às formalizações das estruturas, mas expande seu escopo. Na sequência, apresentam-se os principais conceitos e a estrutura da Gramática Discursivo-Funcional.

1.5. A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discurso-Funcional é um modelo de estrutura de linguagem tipologicamente baseado, que apresenta alguns pressupostos básicos que a diferenciam das demais gramáticas funcionais:

- a) a GDF possui organização *top down*, que começa com a intenção do falante e se desenvolve até a articulação da expressão linguística, refletindo o processamento da linguagem, que, de acordo com estudos psicolinguísticos (como, por exemplo, os estudos de Levelt, 1989), é um processo que ocorre de cima para baixo. Isso não significa, no entanto, que a GDF seja um modelo do Falante: a GDF é uma teoria sobre a gramática que tenta refletir as evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica. A organização descendente da gramática tem consequências de longo alcance em todos os níveis de análise;
- b) a GDF toma como unidade básica de análise o Ato Discursivo, uma vez que, como já foi dito, parte do fato de que os usuários de uma língua natural podem se comunicar tanto pelo uso de unidades maiores e encadeamentos de orações, como pelo uso de unidades menores;

- c) a GDF inclui quatro níveis de análise que constituem representações como parte da estrutura subjacente, o Nível Interpessoal, que se refere à Pragmática, o Nível Representacional, que se refere à semântica, o Nível Morfossintático, que se refere à Morfossintaxe, e o Nível Fonológico, que se refere à Fonologia;
- d) a GDF, vista como o Componente Gramatical de uma teoria da interação verbal, sistematicamente interage e se liga aos demais componentes não gramaticais, como o Componente Conceitual, o Componente Contextual e o Componente de Saída, como se observa na Figura 1:

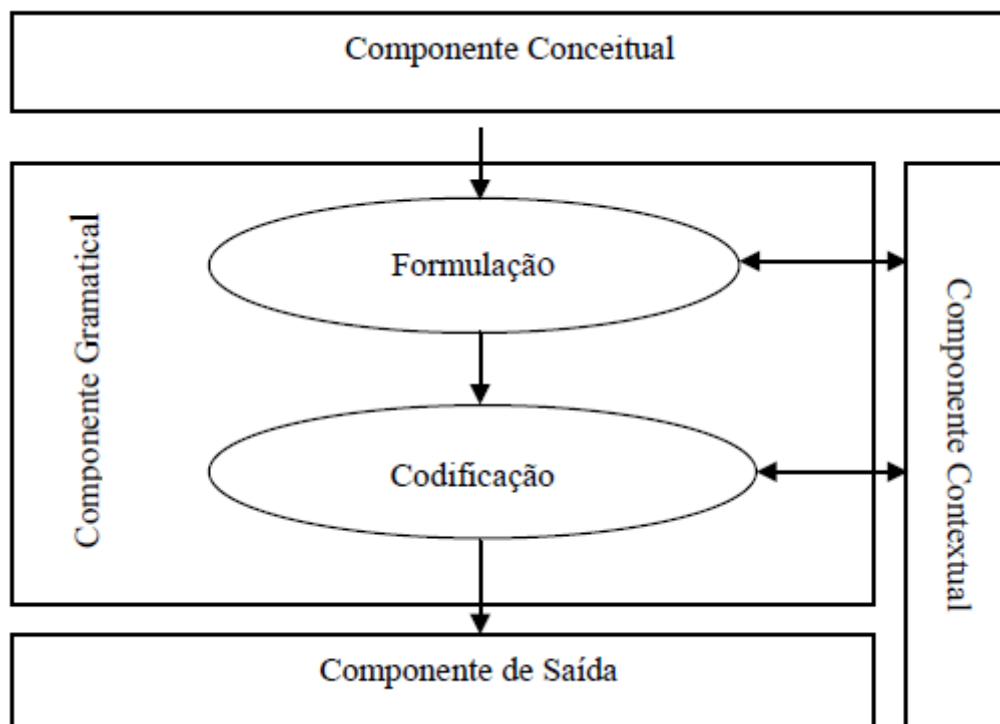


Figura 1: GDF como parte de uma teoria mais ampla de interação verbal (adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 6)

Como se pode notar, os três componentes não-gramaticais interagem de várias formas com o Componente Gramatical, mais especificamente por meio das operações de Formulação e de Codificação. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a Formulação está relacionada às regras que determinam aquilo que constitui representações semânticas e pragmáticas subjacentes válidas em uma língua. A Codificação está relacionada às regras que convertem essas representações semânticas e pragmáticas em representações fonológicas e morfossintáticas. Desse modo, a GDF assume que tanto a Formulação como a Codificação são processos que podem ocorrer de modo específico em cada língua, isto é, nenhuma

categoria pragmática, semântica, morfossintática ou fonológica universal é postulada até que sua universalidade tenha sido demonstrada empiricamente.

No que diz respeito aos componentes, pode-se dizer, de acordo com os autores, que o Componente Conceitual é responsável pelo desenvolvimento não só da intenção comunicativa relevante para o evento de fala, como também das conceitualizações associadas relativas a eventos extralinguísticos relevantes; desse modo, o Componente Conceitual é tido como o componente principal por trás do Componente Gramatical como um todo, no sentido de que funciona como base impulsionadora para que a Gramática funcione.

O Componente Contextual contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível em que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os participantes. A relação entre o Componente Contextual e o Componente Gramatical se dá no sentido de que as informações contidas no Componente Contextual são relevantes para muitos processos gramaticais, tais como encadeamento narrativo, reflexividade e voz passiva.

O Componente de Saída, com base nas informações fornecidas pelo Componente Gramatical, gera as expressões linguísticas de diferentes naturezas, isto é, acústicas, gestuais ou escritas. Sua função pode ser entendida como a tradução da informação digital (isto é, categorial, baseada em oposição) na gramática para uma forma analógica (isto é, continuamente variável).

Observa-se, ainda, com base na arquitetura geral da GDF, apresentada a seguir, que existem, dentro do Componente Gramatical, quatro níveis de análise: o Nível Interpessoal (NI), o Nível Representacional (NR), o Nível Morfossintático (NM) e o Nível Fonológico (NF). Na Figura 2, apresenta-se o esquema geral da GDF:

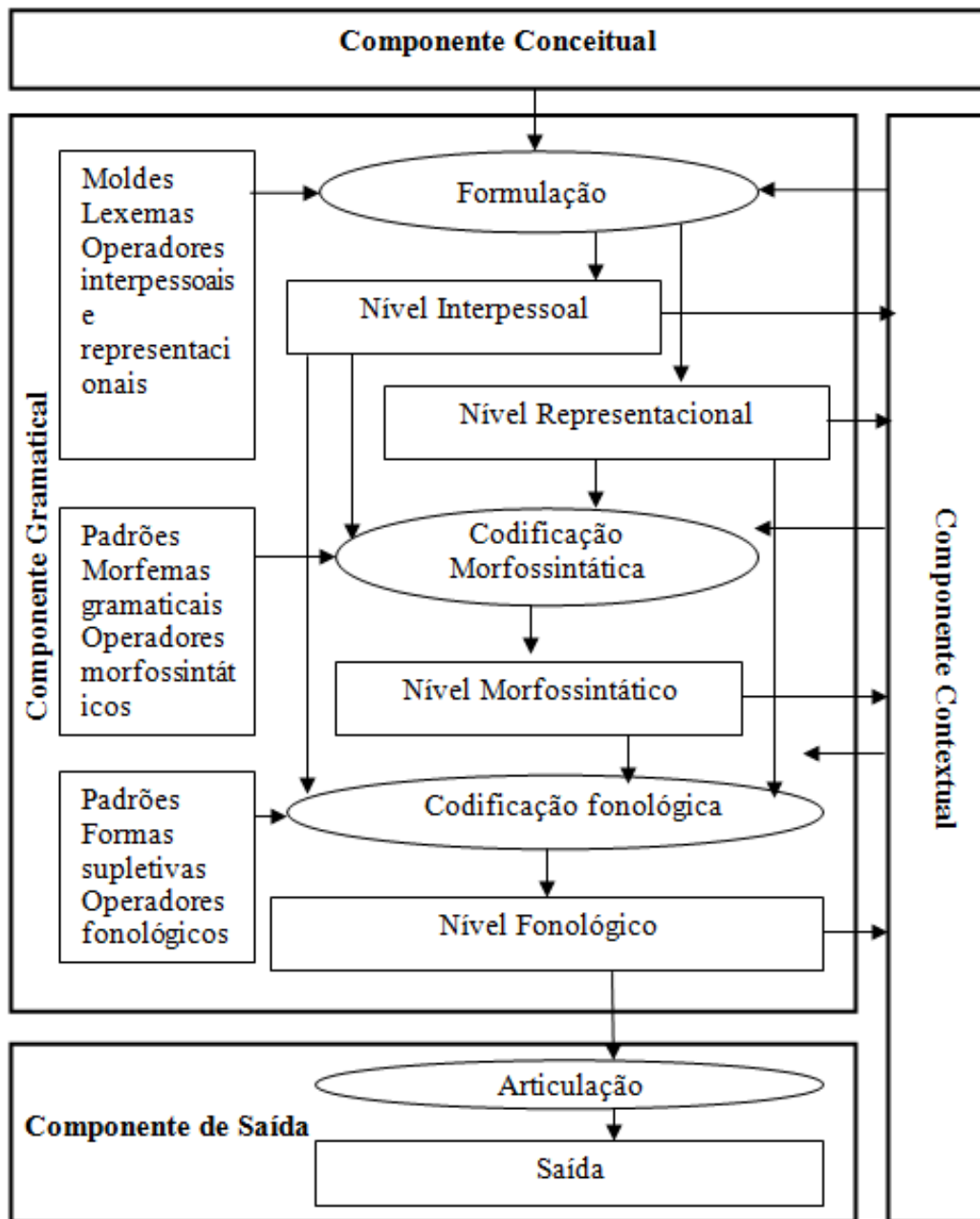


Figura 2: Esquema geral da GDF (adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)²¹

A partir da estrutura geral da GDF apresentada, pode-se notar a natureza descendente do modelo utilizado nesta teoria por meio das setas: a GDF começa com a intenção do Falante e desenvolve-se até a expressão linguística. Seguindo esse modelo descendente, a intenção comunicativa desenvolvida no Componente Conceitual é convertida em representações pragmáticas e semânticas nos Níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente, pela operação de Formulação. As configurações no Nível Interpessoal e Representacional são

²¹ Na figura 2, as elipses contêm operações, os quadrados contêm os primitivos usados nas operações e os retângulos contêm os níveis de representação produzidos pelas operações.

traduzidas em estruturas morfossintáticas no Nível Morfossintático pela operação de Codificação Morfossintática. Da mesma forma, as estruturas dos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são convertidas em estrutura fonológica pela operação de Codificação Fonológica. O Nível Fonológico é visto, então, como o *input* para a operação final de Articulação para a realização da expressão linguística. A Articulação ocorre, por sua vez, no Componente de Saída, localizado fora da gramática.

Os quatro níveis de análise diferem com relação à natureza das distinções que são relevantes para cada um deles. Uma vez que os níveis são de natureza puramente linguística, apenas as distinções que realmente se refletem na gramática da língua em questão são fornecidas. No entanto, o que todos os níveis têm em comum é o fato de apresentarem uma organização hierarquicamente ordenada em camadas. Na sua forma máxima, a estrutura geral das camadas dentro dos níveis é a seguinte:

$$(19) (\pi v1: [\text{núcleo } (v1)\Phi]: [\sigma (v1)\Phi])$$

Nesse esquema, $v1$ representa a variável da camada relevante, que é restringida por um núcleo (possivelmente complexo) que toma a variável como seu argumento, e pode ser ainda mais restringida por um modificador σ que toma a variável como seu argumento. A camada pode ser especificada por um operador π e conter uma função Φ . Núcleos e modificadores representam estratégias lexicais, enquanto operadores e funções representam estratégias gramaticais. A diferença entre operadores e funções reside no fato de que estas são relacionais, atuando entre uma unidade inteira e outras unidades da mesma camada, enquanto aqueles não, aplicando-se apenas à própria unidade.

Nem todas as relações entre as unidades são hierárquicas. Nos casos em que as unidades formam juntas uma configuração não-hierárquica (equipolente), elas são colocadas entre colchetes, como exemplificado em (19), em que a relação entre um núcleo e seu argumento e um modificador e seu argumento é indicada pelos colchetes.

Em virtude dos objetivos desta pesquisa, isto é, analisar o verbo modal *poder* enquanto meio de expressão da modalidade, somente o Nível Representacional será explicitado, dado que as modalidades se alojam nesse nível dentro da GDF.

1.5.1. O Nível Representacional

O Nível Representacional (doravante NR) está relacionado aos aspectos semânticos de uma unidade linguística. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), na GDF, o termo *semântica* se restringe a dois sentidos diferentes: i) ao modo como uma língua descreve o mundo extralinguístico; ii) ao significado de unidades lexicais (semântica lexical) e de unidades complexas (semântica composicional) isoladas do modo como são usadas na comunicação.

Dessa maneira, as unidades no NR são caracterizadas pela denotação que fazem, de modo que as diferenças entre essas unidades dentro do NR podem ser dadas em termos de categoria denotada. As categorias semânticas são entendidas como categorias ontológicas que se refletem na gramática de cada língua e são organizadas hierarquicamente, como se vê em (20):

(20) (πp_1 :		Conteúdo Proposicional
	(πep_1 :	Episódio
	(πe_1 :	Estado-de-Coisas
	[(πf_1 :	Propriedade Configuracional
	(πf_1 : \blacklozenge (f_1): [σ (f_1) $_{\Phi}$])	Propriedade Lexical
	(πx_1 : \blacklozenge (x_1): [σ (x_1) $_{\Phi}$]) $_{\Phi}$	Indivíduo
	...	
] (f_1): [σ (f_1) $_{\Phi}$])	Propriedade Configuracional
	(e_1) $_{\Phi}$): [σ (e_1) $_{\Phi}$])	Estado-de-Coisas
	(ep_1): [σ (ep_1) $_{\Phi}$])	Episódio
	(p_1): [σ (p_1) $_{\Phi}$])	Conteúdo Proposicional

No que diz respeito às camadas pertencentes ao NR, há os Conteúdos Proposicionais (p), que são as mais altas unidades desse nível e devem ser entendidos como construtos mentais, tais como crenças, conhecimentos, desejos etc. Os Conteúdos Proposicionais são classificáveis em factuais, quando se referem a conhecimentos ou crenças do mundo real, e em não-factuais, quando se referem a desejos ou expectativas em relação a um mundo imaginário. Dada a sua natureza, os Conteúdos Proposicionais são caracterizados pelo fato de poderem ser qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença)

e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento comum partilhado, evidências sensoriais, inferência).

Os Conteúdos Proposicionais contêm Episódios (ep), que são conjuntos de EsCo tematicamente coerentes, no sentido de que mostram unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l), e Indivíduos (x). Uma característica dos Episódios é o fato de que são localizados em tempo absoluto.

Os Estados-de-Coisas (e) envolvem eventos e estados e são caracterizados pelo fato de poderem ser localizados no tempo e poderem ser avaliados em termos de seu estatuto de realidade. Desse modo, pode-se dizer que EsCos podem ou não ocorrer, podem ou não acontecer ou podem ou não ser o caso em algum ponto ou intervalo de tempo. O tempo absoluto é uma característica dos Episódios, ao passo que o tempo relativo é uma característica dos EsCos.

As Propriedades Configuracionais (f),²² de natureza composicional, são as menores unidades do Nível Representacional e contêm uma combinação de unidades semânticas que não estabelecem uma relação hierárquica entre si. Propriedades Configuracionais constituem o inventário dos moldes de predicação relevantes para uma língua. As línguas podem diferir bastante na natureza e no número de moldes de predicação que são permitidos com relação à sua valência quantitativa e qualitativa.²³

Propriedades Configuracionais são construídas usando categorias semânticas que estabelecem uma relação não-hierárquica entre si. Essas categorias semânticas podem ser de vários tipos e incluem Indivíduos (x), ou seja, objetos concretos que podem ser localizados no espaço, e Propriedades Lexicais (f), que não têm existência independente e só podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidade. A depender da língua, pode haver outras categorias semânticas que podem ser relevantes para a gramática e entrar na constituição de uma Propriedade Configuracional, tais como Localização (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Quantidade (q). De qualquer modo, somente aquelas categorias semânticas que desencadeiam processos formais na gramática de uma determinada língua são postuladas para essa língua.

²² Como se pode observar nos textos de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) e de Hengeveld e Dall'Aglio Hattner (no prelo), as Propriedades Configuracionais têm sido denominadas atualmente de *Conceito Situacional*.

²³ Quanto à valência quantitativa, pode haver, por exemplo, restrições à valência máxima que uma língua permite, em combinação com um único predicado. Quanto à qualitativa, as línguas podem, por exemplo, diferir no que diz respeito à divisão do trabalho entre as funções semânticas.

1.5.2. A modalidade e o verbo auxiliar *poder* dentro da GDF

Como já dito anteriormente, a modalidade é abordada, na Gramática Discursivo-Funcional, dentro do Nível Representacional, uma vez que é nesse nível que as categorias semânticas são tratadas. De modo geral, pode-se dizer que o conceito de modalidade é feito de acordo com a estrutura básica do modelo da GDF, isto é, a partir da noção de camadas e escopo, assim como já era proposto por Hengeveld (2004). A classificação de Hengeveld (2004) é base para o tratamento da modalidade na GDF, na medida em que se nota que as noções básicas se mantêm. Entretanto, é preciso fazer uma readequação do escopo de cada modalidade a partir das camadas presentes no Nível Representacional que não foram contempladas na classificação proposta pelo autor em 2004. Na sequência, será apresentada uma readequação da classificação proposta por Hengeveld (2004) para o modelo da GDF, considerando as unidades do NR e a orientação de cada modalidade.

a) Modalidades orientadas para o participante

De modo geral, pode-se dizer que as modalidades orientadas para o participante descrevem a relação entre um participante do EsCo e a realização potencial desse EsCo. As modalidades que permitem orientação para o participante, de acordo com a teoria, são a facultativa, a deôntica e a volitiva.

A modalidade facultativa orientada para o participante descreve a habilidade intrínseca ou adquirida²⁴ de um participante de se engajar no EsCo designado pelo predicado, conforme mostra o exemplo a seguir, sugerido por Hengeveld e Mackenzie (2008):

(21) I **am** not **able** to work (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 212).

‘Eu não **estou apto** para trabalhar.’

A modalidade deôntica orientada para o participante descreve um participante que está sob uma obrigação ou que tem permissão para se engajar no EsCo designado pelo predicado, conforme (22) a seguir:

²⁴ Em idiomas como o português e o espanhol, pode-se fazer uma distinção entre habilidade intrínseca, expressa pelo verbo modal *poder*, e habilidade adquirida, expressa pelo verbo *saber*.

(22) I **must** eat (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 213).

‘Eu **devo** comer.’

A modalidade volitiva orientada para o participante descreve o desejo de um participante de se engajar no EsCo designado pelo predicado, como mostra (23):

(23) We **want** to leave (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 213).

‘Nós **queremos** partir.’

b) Modalidades orientadas para o evento

Segundo os autores, a diferença entre as modalidades orientadas para o evento e as orientadas para o participante reside no fato de que as primeiras caracterizam um EsCo geralmente visto como desejável, obrigatório, permitido etc., enquanto as orientadas para o participante apresentam um desejo que se origina de algum participante específico ou ainda apresentam uma obrigação/permissão que recai sobre um participante em especial. Desse modo, pode-se dizer que as modalidades orientadas para o evento descrevem a existência de desejos, obrigações e permissões gerais sem que o falante tenha responsabilidade por tais julgamentos. As modalidades facultativa, deôntica e volitiva podem aparecer orientadas para o evento.

A modalidade facultativa orientada para o evento caracteriza um EsCo em termos das condições físicas ou circunstanciais que permitem que tal EsCo se realize. Observe-se o exemplo a seguir:

(24) It **can** take three hours to get there (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 176).

‘**Pode** demorar três horas para chegar lá.’

Pode-se notar que em (24) a possibilidade de ocorrência do EsCo depende das circunstâncias nas quais esse EsCo se encontra.

A modalidade deôntica orientada para o evento caracteriza um EsCo de acordo com o que é obrigatório ou permitido dentro de algum sistema de convenções morais ou legais, como mostra o exemplo (25):

(25) One **has** to take off one's shoes here (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 176).

‘**Deve-se** tirar os sapatos aqui.’

A obrigação expressa em (25) é uma obrigação ditada por regras gerais de conduta e é mais facilmente encontrada em construções impessoais, como no exemplo.

A modalidade volitiva orientada para o evento caracteriza um EsCo em termos do que é geralmente desejável ou indesejável, como mostra o exemplo (26):

(26) It **would be** bad if I broke it (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 176).

‘**Seria** ruim se eu quebrasse isso.’

c) Modalidade orientada para o Episódio

Dentro do modelo da Gramática Discursivo-Funcional, Hengeveld e Mackenzie (2008) consideram a modalidade epistêmica objetiva como um subtipo de modalidade orientada para o evento. No entanto, Hengeveld (2011) faz uma distinção em relação a essa subdivisão anteriormente proposta, apresentando a modalidade epistêmica objetiva como um tipo de modalidade que atua na camada do Episódio (abandonando, portanto, a ideia de que essa modalidade atua na camada do EsCo).

A modalidade epistêmica orientada para o Episódio caracteriza o Episódio em termos da (im)possibilidade de sua ocorrência a partir do que é conhecido em relação ao mundo. O exemplo (27), retirado da internet, mostra um caso de modalidade epistêmica orientada para o Episódio:

(27) Os novos aparelhos eletrônicos **podem** chegar ao Brasil nos próximos meses. (Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/celular/83152-9-smartphones-importantes-lancados.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2015)

Nota-se que em (27) há a expressão da possibilidade de ocorrer o Episódio (*chegar ao Brasil*) designado no enunciado, Episódio que engloba o tempo absoluto expresso pelo adjunto adverbial *nos próximos meses* e está dentro do escopo da modalidade epistêmica expressa pelo modal *poder*.

d) Modalidades orientadas para a proposição

De maneira geral, pode-se dizer que a modalidade orientada para a proposição expressa o comprometimento do falante em relação ao valor de verdade do Conteúdo Proposicional. De acordo com a readequação da classificação das modalidades anteriormente apresentada por Hengeveld (2004), apenas a modalidade epistêmica pode ter orientação para a proposição. A evidencialidade também pode tomar um Conteúdo Proposicional como escopo, mas está sendo considerada fora do domínio modal. E, como já mencionado, não parece haver exemplos claros de modalidade volitiva orientada para a proposição.

A modalidade epistêmica orientada para a proposição está relacionada ao grau e ao tipo de comprometimento que o falante faz com relação ao Conteúdo Proposicional, o qual pode ser colocado como verdadeiro, duvidoso ou hipotético. Observe-se o exemplo (28):

(28) **Maybe** he went away (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 154).

‘**Talvez** ele tenha ido embora.’

No exemplo (28), o falante, por meio do advérbio *talvez*, coloca o Conteúdo Proposicional como duvidoso em relação ao seu valor de verdade.

O Quadro 2 a seguir, adaptado de Hengeveld (2004), mostra a readequação aqui proposta da classificação modal feita pelo autor, considerando-se os tipos modais e a orientação de cada modalidade à luz da Gramática Discursivo-Funcional:

	PARTICIPANTE	EVENTO	EPISÓDIO	PROPOSIÇÃO
FACULTATIVA	+	+	/	/
DEÔNTICA	+	+	/	/
VOLITIVA	+	+	/	/
EPISTÊMICA	/	/	+	+

Quadro 2: Relação entre domínio semântico e orientação da avaliação modal
(adaptado de Hengeveld, 2004, p. 1193)

Resta mostrar, agora, como o verbo modal *poder*, objeto de estudo deste trabalho, pode ser tratado na teoria adotada. Como se verá no capítulo que trata da auxiliariade, o verbo modal *poder* não é entendido como um verbo lexical, mas como um elemento gramatical, analisado como um verbo auxiliar. Embora na GDF não se fale explicitamente em

verbos auxiliares e não haja tratamento dado a eles de forma especial, eles podem ser considerados como o que os autores chamam de *operadores*.

A noção de operador já era utilizada na Gramática Funcional de Dik (1997a, 1997b) e continua na proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008), que afirmam que as camadas da GDF podem ser especificadas por operadores (π), que representam estratégias gramaticais. No âmbito da GDF, o verbo modal *poder* constitui um operador que atua, dentro no Nível Representacional, nas camadas do Episódio, do EsCo e da Propriedade Configuracional (ou Conceito Situacional).

Os operadores de Episódio indicam o tempo por meio do qual os Episódios podem ser localizados. Uma vez que os Episódios são encontrados em tempo absoluto, deve-se considerar que as marcas de tempo absoluto são operadores da camada do Episódio. De maneira semelhante, alguns dos operadores que atuam na camada do EsCo estão relacionados ao tempo relativo, uma vez que os EsCo são localizados no tempo relativo. O verbo *poder*, enquanto expressão da modalidade epistêmica, aparece como um operador que atua na camada do Episódio.

No que se refere à camada do EsCo, além de operadores indicativos de tempo relativo, há operadores relacionados à localização do evento, à percepção do evento, à quantificação do evento e, principalmente, à modalidade orientada para o evento. O verbo *poder*, enquanto expressão das modalidades facultativa, deôntica e volitiva, atua como um operador dentro da camada do EsCo.

Por fim, os operadores que atuam na camada da Propriedade Configuracional estão relacionados ao aspecto, à quantificação e, finalmente, à modalidade orientada para o participante. O verbo *poder* pode atuar como operador na camada da Propriedade Configuracional quando serve à expressão da modalidade facultativa, deôntica ou volitiva. O Quadro 3 mostra as possibilidades de ocorrência do verbo auxiliar modal *poder* no idioma espanhol.

	PARTICIPANTE	EVENTO	EPISÓDIO
FACULTATIVA	+	+	/
DEÔNTICA	+	+	/
VOLITIVA	+	+	/
EPISTÊMICA	/	/	+

Quadro 3: Possibilidades de ocorrência do verbo auxiliar *poder* em espanhol a partir da relação entre domínio semântico e orientação

Observa-se, então, que há sete possibilidades de ocorrência do modal *poder*: facultativo orientado para o participante e para o evento, deôntico orientado para o participante e para o evento, volitivo orientado para o participante e para o evento, epistêmico orientado para o Episódio.

O exemplo (29), proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008), permite observar o funcionamento da análise de modalidade a partir do modelo estruturado em camadas (GDF):

(29) Certainly he may have forgotten (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 174).

‘**Certamente** ele **pode** haver esquecido.’

Não há dúvidas de que o enunciado (29) é perfeitamente gramatical, ainda que haja dois julgamentos distintos: por meio do advérbio *certamente*, passa-se a noção de certeza sobre algo, manifestada pelo falante em relação à verdade do Conteúdo Proposicional *ele pode haver esquecido*; já o verbo modal *poder* descreve a existência da possibilidade de ocorrência do Estado-de-Coisas *haver esquecido*. Esse enunciado pode ser explicado pelo conceito de camadas, uma vez que o falante expressa a sua certeza sobre a existência de uma possibilidade lógica e objetiva. Ou seja, os dois julgamentos epistêmicos feitos nesse enunciado pertencem a camadas diferentes na teoria: enquanto o advérbio *certamente* atua na camada do Conteúdo Proposicional (modalidade epistêmica subjetiva), o verbo modal *poder* atua na camada do Episódio (modalidade epistêmica objetiva).

Em algumas situações, como a exposta em (29), uma modalidade se sobrepõe a outra sem tornar a sentença agramatical, uma vez que, a partir da noção de estrutura em camadas hierarquicamente organizadas, um elemento de camada mais alta pode tomar como escopo um elemento de camada mais baixa, sem fazer com que a sentença torne-se agramatical. Adotando essa noção, entende-se que a modalidade epistêmica é a mais alta das quatro modalidades expressas pelo modal *poder* e pode ter em seu escopo, portanto, as modalidades não-epistêmicas (facultativa, deôntica ou volitiva); porém o contrário é impossível de ocorrer, gerando uma sentença agramatical na língua, haja vista a hierarquia das modalidades, que pode ser representada como em (30), adaptado da estrutura já apresentada em (20):

(30)

$(\pi e_1):$	Episódio
Modalidade epistêmica	
$(\pi e_1):$	Estado-de-Coisas
Modalidades não epistêmicas orientadas para o evento	
$[(\pi f_1: [$	Propriedade Configuracional
$(\pi x_1: \blacklozenge(x_1): [\sigma(x_1)_\Phi])_\Phi$	Indivíduo
Modalidades não epistêmicas orientadas para o participante	
$] (f_1): [(\sigma(f_1)_\Phi)]$	Propriedade Configuracional
$(e_1)_\Phi: [\sigma(e_1)_\Phi]$	Estado-de-Coisas
$(ep_1): [\sigma(ep_1)_\Phi]$	Episódio

No próximo capítulo, serão apresentados os parâmetros de análise que permitem diferenciar os subtipos modais possíveis de serem expressos pelo auxiliar *poder* em espanhol.

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo principal deste trabalho - descrever o verbo modal *poder* em entrevistas jornalísticas do espanhol a partir dos traços discursivos, semânticos e sintáticos que o envolvem, de modo a verificar em que medida o valor modal epistêmico expresso pelo verbo se diferencia dos valores modais não epistêmicos - são apresentados, neste capítulo, os procedimentos metodológicos adotados na análise.

No capítulo anterior, foi exposta a abordagem teórica que embasa este trabalho, isto é, a GDF, um modelo de gramática que, como qualquer outro de cunho funcionalista, entende que a linguagem deve ser entendida a partir de seu uso, dado que ela é um instrumento de comunicação para os indivíduos. Desse modo, analisa-se o verbo modal *poder* a partir do seu emprego em ocorrências reais da língua espanhola, considerando o contexto em que ocorre, como também os traços gramaticais presentes no enunciado.

Adota-se um *cópus* composto por entrevistas jornalísticas com justificativa não só no fato de ser uma amostra de língua real, mas também pela maior possibilidade de essas entrevistas conterem ocorrências de modalidade, uma vez que se trata de um gênero textual em que os participantes envolvidos (entrevistador e entrevistado) manifestam suas opiniões, suas crenças e seus pontos de vista.

Levando-se em consideração as perguntas norteadoras da presente pesquisa, apresentadas na introdução, os aspectos metodológicos aqui descritos serão utilizados para responder às perguntas 1 (Que valores modais não epistêmicos o verbo *poder* pode expressar no espanhol?), 4 (Qual a relação entre as camadas do Nível Representacional da GDF e os valores semânticos de modalidade epistêmica e de modalidades não epistêmicas expressos por *poder*?) e 5 (Qual a contribuição do contexto para a diferenciação dos valores modais epistêmicos e não epistêmicos de *poder* no espanhol?). A análise referente a esses aspectos será apresentada no capítulo 4.

As perguntas 2 (O verbo *poder* pode ser considerado como um verbo auxiliar a partir dos conceitos teóricos da Gramaticalização?) e 3 (A construção de *poder* + infinitivo que apresenta maior grau de gramaticalização corresponde aos valores epistêmicos ou aos não epistêmicos?), que envolvem aspectos específicos sobre a auxiliaridade, serão respondidas no capítulo 3, que reunirá teoria e análise.

Na seção 2.1, será apresentado o cópús adotado para a pesquisa e um detalhamento de sua organização; na seção 2.2, descrevem-se os parâmetros gramaticais selecionados para a análise das ocorrências do modal *poder*.

2.1. A organização do cópús

O cópús utilizado nesta pesquisa foi organizado por Gasparini-Bastos (2004) e está composto por 20 entrevistas jornalísticas publicadas na revista espanhola *El País* (suplemento dominical do jornal), selecionadas aleatoriamente entre os anos de 2000 e 2001. A proposta de se trabalhar com esse tipo de gênero resulta interessante se se considerar que as entrevistas jornalísticas são mais próximas da oralidade, quando comparadas a outros gêneros textuais, o que favorece o maior aparecimento de elementos modais, uma vez que o entrevistado pode expor seu ponto de vista, sua opinião etc. O quadro a seguir especifica as entrevistas adotadas para constituir os dados do espanhol:

ENTREVISTADO	PROFISSÃO	REVISTA	ENTREVISTADOR	CÓDIGO
Máximo Cajal	Político	<i>El País</i> , nº 1230, 23 de abril de 2000, p. 10-18	Rosa Montero	MC, 2000
Alfredo Di Stéfano	Técnico de futebol	<i>El País</i> , nº 1232, 7 de maio de 2000, p. 12-22	Soledad Alameda	DS, 2000
Pepa Flores	Atriz	<i>El País</i> , nº 1235, 28 de maio de 2000, p. 15-21	Carmen Alcaide	PF, 2000
José Antonio Camacho	Técnico de futebol	<i>El País</i> , nº 1236, 4 de junho de 2000, p. 16-24	Soledad Alameda	JAC, 2000
Carmen Iglesias	Catedrática da <i>Real Academia de la Lengua</i>	<i>El País</i> , nº 1238, 18 de junho de 2000, p. 13-18	Margarita Rivière	CI, 2000
Luiz Mateo Díez	Escritor	<i>El País</i> , nº 1247, 20 de agosto de 2000, p. 8-14	Soledad Alameda	LM, 2000
Carmen Maroto	Catedrática da <i>Real Academia de Medicina</i>	<i>El País</i> , nº 1246, 13 de agosto de 2000, p. 8-12	Malén Aznárez	CM, 2000

Héctor Cúper	Técnico de futebol	<i>El País</i> , nº 1249, 3 de setembro de 2000, p. 8-12	Miquel Alberola	HC, 2000
Manuel Estiarte	Jogador de waterpolo	<i>El País</i> , nº 1250, 10 de setembro de 2000, p. 8-14	Empar Moliner	ME, 2000
Chavela Vargas	Cantora	<i>El País</i> , nº 1258, 05 de novembro de 2000, p. 14-21	Rosa Pereda	CV, 2000
Pilar Bardem	Atriz	<i>El País</i> , nº 1275, 04 de março de 2001, p. 12-16	Rosa Montero	PB, 2001
José Fernández Torres (Tomatito)	Guitarrista	<i>El País</i> , nº 1280, 8 de abril de 2001, p. 12-16	Diego A. Manrique	JF, 2001
José Ramón Recalde	Político	<i>El País</i> , nº 1282, 22 de abril de 2001, p. 10-20	Soledad Alameda	JR, 2001
Eduardo Martínez de Pisón	Geógrafo e catedrático	<i>El País</i> , nº 1291, 24 de junho de 2001, p. 10-20	Malén Aznárez	EM, 2001
Mel Martínez	Ministro	<i>El País</i> , nº 1293, 8 de julho de 2001, p. 8-16	Javier Valenzuela	MM, 2001
Pedro Martínez Montávez	Professor e pesquisador do mundo árabe	<i>El País</i> , nº 1306, 7 de outubro de 2001, p. 16-24	Soledad Alameda	PM, 2001
Concha Velasco	Atriz	<i>El País</i> , nº 1311, 11 de novembro de 2001, p. 14-22	Soledad Alameda	CoV, 2001
Rosario Flores	Cantora e atriz	<i>El País</i> , nº 1313, 25 de novembro de 2001, p. 14-22	Rosa Montero	RF, 2001
Jesús López Cobos	Maestro	<i>El País</i> , nº 1316, 16 de dezembro de 2001, p.12-20	Soledad Alameda	JL, 2001
Francesc Vendrell	Diplomata	<i>El País</i> , nº 1318, 30 de dezembro de 2001, p. 12-22	Xavier Vidal-Folch	FV, 2001

Quadro 4: Entrevistas que integram o corpus

Ainda que essas entrevistas sejam escritas, deve-se considerar que se trata de um tipo de gênero híbrido, dado que mescla elementos da oralidade e da escrita, ou seja, essas entrevistas primeiramente são faladas para posteriormente serem transcritas e editadas por meio de um processo que Marcuschi (2001) chama de retextualização.

Marcuschi (2001) defende a ideia de que haja um *continuum* entre fala e escrita e não que esses dois meios de produção textual sejam vistos como dicotômicos. Para o autor, as diferenças entre as duas modalidades de língua “se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos” (MARCUSCHI, 2001, p. 37).

O autor defende que fala e escrita são realizações de uma gramática única que apresenta características próprias, como concepção discursiva (oral *versus* escrita) e meio de produção (sonoro *versus* gráfico). De acordo com essas considerações, a fala é entendida como sendo de concepção oral e meio sonoro, ao passo que a escrita é de concepção escrita e meio gráfico.

A partir da ideia de um *continuum*, o autor descreve a existência de domínios intermediários, como as entrevistas jornalísticas, que possuem, então, uma concepção discursiva oral (são produzidas primeiramente de forma falada) e um meio de produção gráfico (são veiculadas de forma escrita). No momento da edição, a entrevista passa de “fala” para “escrita”. Ainda que conserve sua forma dialogada, a entrevista escrita perde muito das características da língua falada em razão da eliminação de repetições, correções, paráfrases e hesitações.

De acordo com Marcuschi (2001), no caso das entrevistas impressas (como as que compõem o *cópus* desta pesquisa), as operações de retextualização que atuam no processo de edição perpassam o texto inteiro. O texto final e publicado consiste no resultado das transformações realizadas ao longo do percurso.

2.2. Parâmetros de análise

As 315 ocorrências identificadas no *cópus* foram computadas com base no programa estatístico *GoldVarb* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), criado com o objetivo de servir aos procedimentos de análise das pesquisas de caráter sociolinguístico. Embora este trabalho não tenha por objetivo analisar um fenômeno variável, o programa apresenta grande utilidade quando se lida com uma quantidade significativa de ocorrências.

O *GoldVarb* oferece dados quantitativos em função de determinado parâmetro escolhido como principal. Dado que o objetivo deste trabalho é analisar os valores modais do verbo *poder* no espanhol, o critério de domínio semântico (subtipo modal) foi o selecionado como norteador, isto é, a análise será realizada a partir da relação entre o domínio semântico e os demais parâmetros escolhidos e apresentados a seguir.

Assumindo o ponto de vista de que se deve considerar todo o contexto em que o falante produz seu enunciado, verificou-se, na pesquisa, não somente a frequência de emprego de cada uma das modalidades que o verbo *poder* pode expressar, mas também outros parâmetros de análise que permitiram descrever mais detalhadamente o emprego do verbo *poder* no espanhol enquanto meio de expressão da modalidade epistêmica e enquanto meio de expressão das demais modalidades. São eles: domínio semântico da modalidade, alvo da avaliação modal, presença ou ausência do sujeito, traços [humano] e [animado] do sujeito, tipo de EsCo, dinamicidade e agentividade do predicado, pessoa gramatical do sujeito, tempo e modo verbal do modal e, por fim, presença ou ausência de negação imediatamente anteposta ao modal.

2.2.1. Domínio semântico e alvo da avaliação modal

Os dois primeiros parâmetros selecionados para o estudo do verbo modal *poder* no espanhol referem-se à proposta de classificação de Hengeveld (2004), que considera o domínio semântico e o alvo da avaliação modal, já reanalisada em função da readequação da classificação a partir das camadas que integram a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008 e HENGEVELD, 2011).

A hipótese presente aqui está relacionada à noção de que diferentes tipos textuais favorecem diferentes modalidades, como apontam Stephany (1995) e Guedes Evangelista (1999), que, em seus estudos para a língua inglesa e para a língua portuguesa e alemã, respectivamente, notam que textos argumentativos e narrativos possuem uma maior frequência de enunciados caracterizando a modalidade epistêmica. Desse modo, espera-se que a modalidade epistêmica seja a mais frequente, em virtude da natureza do cópuz, que favorece o aparecimento de manifestações de dúvida ou de certeza por parte do falante, representado por entrevistador e entrevistado, embora seja possível, dada a natureza polissêmica do verbo, encontrar outros tipos modais, com diferentes orientações.

Considerando a natureza do verbo modal *poder*, os subtipos modais possíveis de serem expressos por ele são:

- i. Para a modalidade epistêmica
 - Modalidade epistêmica orientada para o Episódio.
- ii. Para as modalidades não epistêmicas
 - Modalidade facultativa orientada para o participante;
 - Modalidade facultativa orientada para o evento;
 - Modalidade deôntica orientada para o participante;
 - Modalidade deôntica orientada para o evento;
 - Modalidade volitiva orientada para o participante;
 - Modalidade volitiva orientada para o evento.

A seguir, apresentam-se ocorrências representativas de cada um desses subtipos modais, acompanhadas de suas respectivas representações dentro da Gramática Discursivo-Funcional.

- *Poder* epistêmico orientado para o Episódio

(31) A veces sí lo está. Depende. No creo en las teorías conspiratorias de la historia, aunque **pueden** haber existido en ocasiones. (CI, 2000)

‘Às vezes, sim, existe. Depende. Não acredito nas teorias conspiratórias da História, ainda que **possam** ter existido em algumas ocasiões.’

(epi ep₁: [(e₁: haber existido (e₁))] (ep₁))

Em (31), nota-se a descrição de um Episódio possível dentro do contexto, uma possibilidade de realização do EsCo (*haber existido*).²⁵

- *Poder* facultativo orientado para o participante

(32) El País - ¿Y qué es lo que más echa de menos?

DS – Jugar. Pero no **puedo** hacer ejercicio, por el asunto que tengo en la espalda. (DS, 2000)

‘El País – De que você mais sente saudade?’

²⁵ Nesse caso, trata-se de um Episódio constituído por um único Estado-de-Coisas, ou seja, Episódio e Estado-de-Coisas coincidem.

DS – De jogar. Mas eu não **posso** fazer exercício, por causa do problema que tenho nas costas.’

(neg fac f₁: [(f_j: hacer (f_j)) (x₁: yo (x₁)) (x₂: ejercicio (x₂))] (f₁))

Na ocorrência (32), nota-se que o modal *poder* expressa a incapacidade de o sujeito em questão engajar-se na realização do evento.

- *Poder* facultativo orientado para o evento

(33) Estaban sucediendo muchísimas cosas que no se **podían** controlar. Y apareció el ejército para controlar la situación, en la que había una guerrilla interna muy problemática. (HC, 2000)

‘Estavam acontecendo muitíssimas coisas que não se **podiam** controlar. E apareceu o exército para controlar a situação, na qual havia uma guerrilha interna muito problemática.’

(neg fac e₁: [(f₁: [(f_j: controlar (f_j)) (x₁ muchísimas cosas (x₁))] (f₁))] (e₁))

No exemplo (33), observa-se a expressão de uma capacidade física para a ocorrência do evento (*controlar*) expresso no enunciado. Neste caso, diferentemente do que acontece com a modalidade facultativa orientada para o participante, a capacidade não é específica de nenhum participante em questão.

- *Poder* deôntico orientado para o participante

(34) Y además creo que cuando un futbolista está mal de verdad es por eso, no hay otra cosa. Lo que pasa es que a veces el chico no dice qué le ocurre, disimula. Quizá lo sepas, o lo imagines, y yo no **puedo** sacarle del equipo así como así. (JAC, 2000)

‘E, além disso, eu acredito que quando um jogador está mal de verdade é por isso, não há outra coisa. O que acontece é que, às vezes, o cara não fala o que está acontecendo, dissimula. Talvez se saiba, ou se imagina, mas eu não **posso** tirá-lo da equipe sem nenhuma explicação.’

(neg deo f₁: [(f_j: sacar (f_j)) (x₁: yo (x₁))] (f₁))

Em (34), o participante não tem permissão para realizar o evento descrito no enunciado, uma vez que, a partir do contexto, pode-se dizer que se trata de questões de trabalho, de permissões que não são dadas ao indivíduo em questão, subordinado a alguém.

- *Poder* deôntico orientado para o evento

(35) Entonces tuvimos un problema en casa, que no te voy a contar. Es bonito para una biografía, porque es gracioso y tremendamente doloroso, pero no se **puede** contar, aunque no viva mi padre. (CoV, 2001)

‘Naquela época tivemos um problema em casa, que não vou te contar. É bonito para uma biografia, porque é engraçado e muito doloroso, mas não se **pode** contar, ainda que meu pai não esteja vivo.’

(neg deo e₁: [(f₁: [(f_j: contar (f_j))] (f₁))] (e₁))

Na ocorrência (35), há a expressão de um evento (*contar*) tido como proibido dentro de um contexto familiar.

- *Poder* volitivo orientado para o participante

(36) Yo **podía** morir escuchando su voz, que no precisaba más. (Disponível em: <<http://lavidaconsubtitulos.blogspot.com.br/2007/07/amar-temer-partir.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014)

‘Eu **podia** morrer escutando a sua voz, não precisava de mais nada.’

(vol f₁: [(f_j: morir (f_j)) (x₁: yo (x₁))] (f₁))

Em (36), há a expressão do desejo de um participante específico de que ocorra o evento (*morir escuchando su voz*).

- *Poder* volitivo orientado para o evento

(37) Se **podría** morir escuchando una canción de Mozart. (adaptado de: <<http://lavidaconsubtitulos.blogspot.com.br/2007/07/amar-temer-partir.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014)

‘Se **poderia** morrer ouvindo uma música de Mozart.’

(vol e₁: [(f₁: [(f_j: morir (f_j)) (x₁)_A] (f₁))] (e₁))

Em (37), o evento (*morir*) é tido como algo desejável de modo geral, não se aplicando a um participante em especial.

2.2.2. Presença de sujeito e traços semânticos do sujeito

A presença ou não do sujeito do verbo modal no enunciado também está relacionada aos parâmetros que serão analisados nesta pesquisa. Primeiramente será analisado se a ocorrência em questão apresenta sujeito ou se se trata de uma oração sem sujeito, como em (38):

(38) **Puede** haber algunos que se crean estrellas, pero para mí la figura es lo máximo: en sacrificio, en esfuerzo, en responsabilidad... (HC, 2000)

‘**Pode** ter alguns que se achem estrelas, mas para mim a figura é o máximo: em sacrifício, em esforço, em responsabilidade...’

Nota-se que em (38) não há sujeito oracional, uma vez que o predicado se constrói com o verbo impessoal *haber* com valor de existência.

A partir do momento em que se confirma a presença de sujeito oracional na ocorrência, passa-se à análise dos traços [humano] e [animado] que o caracterizam, os quais podem ser de três tipos:

i. [+humano]

(39) yo sabía que me estaba esperando desde hacía años, y la **pude** escribir cuando tuve más madurez o cuando supe más cosas. (LM, 2000)

‘eu sabia que estava me esperando fazia anos, e eu **pude** escrevê-la quando tive mais maturidade ou quando soube mais coisas.’

ii. [-humano; +animado]

(40) El perro **puede** ensuciar los muebles y eso me preocupa. (Disponível em <<http://supercachorros.org/2012/como-saber-si-mi-perro-puede-vivir-afuera>>. Acesso em: 22 jun. 2014)

‘O cachorro **pode** sujar os móveis e isso me preocupa.’

iii. [-humano; -animado]

(41) Un concierto es más previsible, pero una ópera tiene algo de corrida de toros, **puede** ocurrir todo. (JL, 2001)

‘Um concerto é mais previsível, mas uma ópera tem alguma coisa de tourada, **pode** acontecer qualquer coisa.’

Os exemplos (39), (40) e (41) exemplificam as três combinações de traços semânticos de sujeito possíveis de serem encontradas. Na ocorrência (39), o sujeito *yo* possui o traço [+humano] (e, por consequência, também o traço [+animado]); em (40), tem-se o sujeito *el perro*, que se configura como um sujeito [-humano; +animado]; por fim, em (41), o sujeito *un concierto* é representativo de sujeitos com traços [-humano; -animado].

Nos momentos em que há ambiguidade do valor modal expresso por *poder*, as características do sujeito mostram-se bastante relevantes para se avaliar o tipo de modalidade. A hipótese para este critério de análise, com base em Neves (2000) e em Carrascossi (2003), é a de que: i) em ocorrências em que *poder* ocorre com sujeito [+humano], as três leituras modais podem ser feitas, ainda que as modalidades facultativa e deôntica sejam as mais prováveis de ocorrer; ii) em ocorrências com sujeito de traço [-humano], a leitura epistêmica tende a ser mais frequente do que as leituras facultativa ou deôntica. Embora as autoras tratem da língua portuguesa, espera-se que essa hipótese seja confirmada nos dados de língua espanhola.

Acredita-se que a modalidade epistêmica, por se tratar de uma modalidade relacionada a possibilidades, probabilidades e opiniões, deve estar mais relacionada a ocorrências de sujeito [-humano], embora também possa ocorrer com sujeitos humanos, pois tais valores (de possibilidade, de probabilidade, de opinião) podem estar atribuídos a algum indivíduo em especial.

Quanto às modalidades não epistêmicas, acredita-se que a modalidade facultativa possa estar relacionada a ocorrências de sujeito [+humano], pois se referem a capacidades e habilidades. De modo semelhante, espera-se que a modalidade deôntica também esteja relacionada a sujeitos de traço [+humano] em razão de se tratar de ordens, permissões e proibições que só podem ser atribuídas a quem possa executá-las.

2.2.3. Natureza do EsCo, dinamicidade e controle

Este parâmetro está relacionado à natureza do EsCo presente no enunciado com o modal *poder* e auxilia na compreensão dos tipos de predicados que estão relacionados aos domínios semânticos da modalidade. Para tal distinção, utiliza-se a classificação realizada por Dik (1997a) a respeito dos tipos de EsCo.

De acordo com o autor, um EsCo caracteriza-se por ser uma concepção de algo que pode existir no mundo, isto é, de um evento. Essa representação linguística da realidade tem, com base em Dik (1997a), dois traços significativos que permitem a sua tipologia: dinamicidade e controle.

A dinamicidade está relacionada à mudança em alguma das entidades envolvidas no evento. Assim, um EsCo [-dinâmico] não envolve nenhuma mudança, ou seja, as entidades apresentadas são as mesmas desde o início até o final do evento; já um EsCo [+dinâmico] é entendido como aquele em que necessariamente há algum tipo de mudança ou de dinamismo interno, em algum momento inicial ou final do EsCo, ou mesmo várias mudanças durante todo o processo.²⁶

O controle diz respeito à força presente no enunciado que determina a realização ou não do EsCo. Comumente essa força está relacionada ao primeiro argumento da construção, que, nesse caso, passa a ser o controlador para a realização do EsCo. Dessa maneira, um EsCo terá o traço [-controle] se não houver um indivíduo controlador do EsCo em questão; já um EsCo com o traço [+controle] será aquele que envolver um indivíduo controlador da realização do EsCo. De acordo com o autor, casos em que há a expressão de ordem, pedido, proibição etc. também configuram casos de EsCo com o traço [+controle].

A partir dessas observações, ter-se-ia, então, a seguinte tipologia de EsCo:

i) Ação [+din; +con]²⁷

(42) Pues sí, ahora puedo coger un taxi, **puedo** hacerme un seguro para la vejez... Y es la primera vez que tengo dinero suficiente como para no estar agobiada. (PB, 2001)

‘Claro, agora eu posso pegar um táxi, **posso** fazer um seguro para a velhice... E é a primeira vez que tenho dinheiro suficiente para não ficar agoniada.’

²⁶ De acordo com Dik (1997a), um critério relevante para distinguir a dinamicidade de um EsCo é a utilização de qualquer satélite de velocidade, pois enquanto um EsCo [+dinâmico] aceita essa combinação, um EsCo [-dinâmico] não a aceita. No caso específico do espanhol, podem-se usar os advérbios *rápidamente* ou *despacio* (*rapidamente* ou *devagar* no português) para testar essa distinção.

²⁷ Serão utilizados [din] e [con] para se referir aos traços [dinamicidade] e [controle], respectivamente.

ii) Processo [+din; -con]

(43) Hay una posibilidad muy alta de aplicabilidad de la geografía porque cada vez hay más peces y menos pecera, y la pecera se **puede** convertir en algo muy sucio. (EM, 2001)

‘Há uma possibilidade muito alta de aplicação da geografia, porque cada vez mais há mais peixes e menos aquários, e o aquário **pode** se converter em algo muito sujo.’

iii) Estado [-din; -con]

(44) Los glaciares ocasionan recursos, que **pueden** ser turísticos como en los Alpes. (EM, 2001)

‘Os glaciais geram recursos que **podem** ser turísticos, como nos Alpes.’

iv) Posição [-din; +con]

(45) Efectivamente, el mundo se encoge, en el sentido de que se **puede** estar en la otra parte del planeta. (CM, 2000)

‘Efetivamente, o mundo se encolhe, no sentido de que se **pode** estar na outra parte do planeta.’

Nota-se que em (42) o EsCo *hacerse un seguro para la vejez* é visto como do tipo Ação, uma vez que envolve os traços [+din], já que há uma mudança na entidade envolvida (na pessoa que faz o seguro de vida) e [+con], porque o sujeito em questão pode determinar se esse EsCo será realizado ou não. Na ocorrência (43), o EsCo *la pecera se puede convertir en algo muy sucio* envolve o traço [+din], porém possui o traço de [-con], o que faz com que seja configurado como um EsCo do tipo Processo. Na ocorrência (44), o EsCo *ser turísticos*, que envolve os traços [-din] e [-con] é considerado um EsCo do tipo Estado, oposto ao tipo Ação. A ocorrência (45) traz um EsCo *estar en la otra parte del planeta*, classificável como Posição, uma vez que possui os traços [-din] e [+con], oposto, portanto, ao tipo de EsCo Processo.

Desse modo, com base na classificação de Dik (1997a), os tipos de EsCo serão relacionados aos tipos modais (epistêmico e não epistêmicos). A hipótese para este parâmetro baseia-se nos estudos de Coates (1983), de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), de Heine (1995), de Klinge (1996) e de Neves (2000).

Klinge (1996) mostra que as leituras possíveis de um enunciado podem ser alteradas de acordo com o controle que o sujeito tem sobre o predicado. A tese defendida pelos autores citados é a de que, se o predicado tiver o traço [-controle], isto é, se for do tipo estativo, por exemplo, a leitura mais recorrente será a de modalidade epistêmica. Entretanto, em se tratando da presença do traço [+controle] no predicado, Klinge (1996) aponta que as leituras serão, preferencialmente, facultativa ou deôntica. Neves (2000) afirma, ainda, que neste último caso, as ocorrências modais podem ser não só facultativas e deônticas, mas também epistêmicas.

Desse modo, de acordo com o exposto, espera-se que a modalidade epistêmica esteja relacionada aos EsCo do tipo Estado ou Processo, que não envolvem controle. Já as modalidades não epistêmicas, especificamente as modalidades facultativa e deôntica, mais provavelmente estarão relacionadas aos EsCo do tipo Ação e Posição, que envolvem o traço [+con].

Tendo em vista as características da modalidade deôntica, é realmente esperado que ela ocorra em contextos em que o sujeito tenha controle sobre o predicado, uma vez que há uma ordem/permissão/obrigação sendo imposta a alguém que deve realizá-la ou obedecê-la, o que será observado nos dados.

2.2.4. Pessoa gramatical do sujeito

A expressão da modalidade por meio do verbo modal *poder* pode, ainda, estar relacionada à pessoa gramatical do sujeito. Tendo em vista a perspectiva funcionalista deste trabalho, seria incoerente analisar as ocorrências de sujeito a partir simplesmente da sua terminação morfológica, pois pode haver discrepância entre a pessoa representada morfológicamente e sua referência, como ocorre, por exemplo, com a segunda pessoa do singular, representada em espanhol pelo pronome *tú*, que tanto pode fazer referência a uma segunda pessoa como também pode ser genérico, utilizado para fazer referências às pessoas de modo geral. Adotando a postura de investigação a partir do referente do sujeito, a pesquisa aqui realizada torna-se coerente com um dos principais princípios do funcionalismo: voltar-se para as intenções comunicativas do falante.

Assim, será analisado, neste parâmetro, se a ocorrência em questão contém um sujeito de 1ª, 2ª ou 3ª pessoa com referência específica ou genérica, ou se se trata de sujeito indeterminado, com o objetivo de verificar qual domínio semântico está mais relacionado a um ou outro tipo de pessoa gramatical. Essa distinção por referência gramatical é importante,

dado que, nos casos de referência específica e genérica, por exemplo, ambos os tipos designam entidades distintas, ainda que possam apresentar-se sob uma mesma forma verbal.

A seguir, apresentam-se exemplos representativos de todos os casos mencionados:

a) 1ª pessoa de referência específica

- (46) Cada vez se exige más competitividad, y la competitividad es muy dura y hay que hacerla muy dignamente. De lo contrario, **puedo** empezar a justificar todos aquellos medios que utilizo para lograr un fin. (HC, 2000)

‘Cada vez se exige mais competitividade, e a competitividade é muito dura, e é necessário fazê-la muito dignamente. Do contrário, **posso** começar a justificar todos aquele meios que utilizo para conseguir um fim.’

- (47) Entonces pensé que **podríamos** acelerar porque estas ideas ya las habíamos discutido con Masud, el rey Zahir y sus gentes. (FV, 2001)

‘Então pensei que **poderíamos** acelerar, porque já havíamos discutido essas ideias com Masud, o rei Zahir e seu pessoal.’

As ocorrências (46) e (47) apresentam sujeito de 1ª pessoa (*yo* e *nosotros*, respectivamente) com referência específica, pois, em ambos os casos, trata-se realmente da 1ª pessoa do discurso, o sujeito enunciador específico que diz algo sobre alguma coisa.

b) 2ª pessoa de referência específica

- (48) Sólo me he vuelto más sencilla al hacerme mayor. Tina Sainz me regañó: “No **puedes** ir así todo el día”. (CoV, 2001)

‘Só me tornei mais simples ao ficar mais velha. Tina Sainz me repreendeu: ‘Você não **pode** ir assim o dia todo.’

- (49) ¿vosotros **podéis** poner los nuevos estudiantes que han llegado hoy día 7? yo tengo amigos entre ellos y me gustaría saber que están bien. (Disponível em <<http://justificaturespuesta.com/10-trucos-para-enamorar-tus-alumnos>>. Acesso em: 25 jun. 2014)

‘Vocês não **podem** colocar os novos estudantes que chegaram hoje, dia 7? Eu tenho amigos entre eles e gostaria de saber que estão bem.’

Nos exemplos (48) e (49), há a presença de sujeito de 2ª pessoa (*tú e vosotros*, respectivamente) com referência específica, pois se referem à pessoa interlocutora no discurso, àquela com quem se fala no momento de enunciação.

c) 3ª pessoa de referência específica

(50) pero Maradona era un portento de la técnica. **Podría** jugar al fútbol perfectamente con los 44 años que tiene si estuviera en condiciones. (JAC, 2000)

‘Mas Maradona era um detentor da técnica. **Poderia** jogar futebol perfeitamente aos 44 anos que tem se estivesse em condições.’

(51) Pero sí ha estado mucho con sus hijos, y recuerdo que tenía mucho cuidado con lo que se publicaba sobre usted, por lo que **podían** pensar ellos. (CoV, 2001)

‘Mas, sim, a senhora esteve muito com seus filhos, e me lembro de que tinha muito cuidado com o que se publicava sobre a senhora, por causa do que eles **podiam** pensar.’

Em (50) e em (51), as ocorrências trazem um sujeito de 3ª pessoa (*Maradona e ellos*, respectivamente) de referência específica, uma vez que dizem respeito à 3ª pessoa, aquela específica sobre a qual algo é dito na enunciação.

d) 1ª pessoa de referência genérica

(52) Estoy convencido de que el éxito no ayuda demasiado a que **podamos** ser mejores. Se corre el riesgo de perder la noción de hechos esenciales que tiene el individuo. (HC, 2000)

‘Estou convencido de que o sucesso não ajuda muito para que **possamos** ser melhores. Corre-se o risco de perder a noção de feitos essenciais que o indivíduo tem.’

A ocorrência (52) traz a forma verbal *podamos*, que, embora esteja na forma de 1ª pessoa do plural, não faz referência a um sujeito específico de primeira pessoa do plural; na verdade, o sujeito refere-se a qualquer pessoa de forma geral, o que inclui, também, o falante e o ouvinte.

e) 2ª pessoa de referência genérica

- (53) Lo que pasa es que hay gente que se equivoca y se equivoca. Si ganas 10, no **puedes** gastar 12. (DS, 2000)

‘O que acontece é que há pessoas que se equivocam e se equivocam. Se você ganha 10, não **pode** gastar 12.’

A ocorrência (53) apresenta uma estratégia semelhante à utilizada em (52), isto é, embora a forma verbal *puedes* esteja na 2ª pessoa do singular, o sujeito em questão não se refere ao interlocutor do discurso (aquele com quem se fala), mas sim a qualquer pessoa; é, portanto, um sujeito de 2ª pessoa com referência genérica.²⁸

f) 3ª pessoa de referência genérica

- (54) Digamos que la pobreza para mí ha sido una virtud. Aunque no se pasa bien, ha servido mucho, porque uno **puede** asimilar y dignificar valores muy importantes. (HC, 2000)

‘Digamos que a pobreza para mim foi uma virtude. Ainda que não se viva bem, serviu muito, porque a gente **pode** assimilar e dignificar valores muito importantes.’

Em (54), apresenta-se uma estratégia de indeterminação do sujeito muito comum na língua espanhola, realizada por meio do pronome *uno*, que pode fazer referência a qualquer indivíduo, e que, portanto, apresenta-se como um sujeito de 3ª pessoa com referência genérica. No espanhol, esse tipo de construção equivale a construções com sujeito de 3ª pessoa de mesma referência genérica, como *la gente*, *las personas*, e inclui também o falante.

g) Sujeito de referência indeterminada

- (55) Steiner, en La barbarie de la ignorancia, señala que cuando falta el esfuerzo falta la alegría, la alegría profunda, porque lo que nos hace sentirnos mejores a nosotros mismos es precisamente superar algo, y todo lo que merece la pena en la vida cuesta esfuerzo y también proporciona esa alegría y autoestima sin la cual no se **puede** vivir. (CI, 2001)

‘Steiner, em *A barbárie da ignorância*, mostra que, quando falta o esforço, falta a alegria, a alegria profunda, porque o que nos faz sentir melhor é exatamente superar algo, e tudo o que vale a pena na vida exige esforço e também proporciona essa alegria e autoestima sem a qual não se **pode** viver.’

²⁸ Essa estratégia de *tú* impessoal equivale ao uso impessoal que se faz no português com o pronome *você*.

O exemplo (55) apresenta um caso típico de indeterminação do sujeito, que ocorre com a construção *se puede* no espanhol. Ocorrências desse tipo serão as consideradas, neste trabalho, como casos com sujeito de referência indeterminada (ou casos de sujeito indeterminado).

Em seu estudo sobre os verbos modais no alemão e no inglês, Heine (1995) indica que a expressão da modalidade epistêmica está relacionada a sentenças com sujeito de terceira pessoa. No entanto, de acordo com o autor, se o sujeito da ocorrência for de primeira ou de segunda pessoa, a tendência é que se faça uma leitura facultativa ou deôntica do modal.

Tendo em vista a natureza semântica das modalidades, é possível acreditar que a modalidade epistêmica, relacionada ao eixo da possibilidade e da certeza, pode estar ligada a sujeitos de referência genérica e de referência indeterminada, pois tais construções tendem a ser mais utilizadas pelo falante para marcar um não comprometimento explícito com a (im)possibilidade ou a (in)certeza expressa no enunciado.

Já para as modalidades não epistêmicas, postula-se que: i) a modalidade facultativa, por tratar de capacidades e habilidades, esteja mais relacionada a sujeitos de referência específica, seja ele de 1ª, 2ª ou 3ª pessoa, pois tais valores semânticos que envolvem essa modalidade tendem a ser relacionados a um indivíduo em particular, ou a um grupo em específico; ii) a modalidade deôntica, ainda que possa ocorrer com a imposição de ordens, permissões e proibições voltadas a um referente específico, tende a ocorrer mais frequentemente com sujeitos de referência genérica ou indeterminada, dois tipos de referências que geram construções utilizadas para expressar condutas gerais dentro da sociedade.

Postula-se que a opção pelo sujeito com referência genérica ou pelo sujeito indeterminado pode se configurar como uma estratégia do falante para marcar um maior descomprometimento frente ao dito (nos casos em que é empregado com modalidade epistêmica) ou uma atenuação frente a uma ordem, proibição ou obrigação (quando empregado com modalidade deôntica).

2.2.5. Tempo e modo verbal

Outro elemento que pode interferir na interpretação das modalidades é a referência de tempo e de modo verbal. Nota-se que para este critério, assim como para o anterior, a classificação das ocorrências não será feita a partir da terminação morfológica, uma vez que se reconhece que, na língua em uso, os falantes podem usar formas alternativas para

expressar o mesmo enunciado. O que será considerado para a distinção do tempo verbal é o momento de realização do evento em relação ao momento de referência e ao momento da enunciação.

Segundo Coroa (2005), o momento de referência é a perspectiva de tempo que o falante transmite ao ouvinte para a contemplação do evento e está relacionado ao momento de enunciação do falante. Será considerado, aqui, se esse momento de contemplação do evento é anterior ao momento em que o falante enuncia seu conteúdo comunicativo (referência de passado), se é simultâneo a esse momento de fala (referência de presente) ou, ainda, se é posterior ao momento de enunciação (referência de futuro). Observem-se os exemplos a seguir:

- (56) Además, eso también sugiere un enfrentamiento más amplio. Los distintos grupos **pueden** tener zonas porcentuales de coincidencia, pero no de totalidad. Lo que pasa es que es muy difícil de entender, el fenómeno es más complejo de lo que parece. (PM, 2001).

‘Além disso, isso também sugere um enfrentamento mais amplo. Os grupos distintos **podem** ter zonas percentuais de coincidência, mas não de totalidade. O que acontece é que é muito difícil de entender, o fenômeno é mais complexo do que parece.’

- (57) A veces sí lo está. Depende. No creo en las teorías conspiratorias de la historia, aunque **pueden** haber existido en ocasiones. (CI, 2001)

‘Às vezes, sim, está. Depende. Eu não acredito nas teorias conspiratórias da história, embora **possam** ter existido em algumas ocasiões.’

- (58) esa pérdida de poder se distribuye entre grupos islamistas y algunos personajes políticos que son menos conocidos y que en el futuro **pueden** representar una opción. Por parte del Hamás y el Yihad, lo que sí está claro es que se oponen a un movimiento de represalia por parte americana. Lo demás no está tan claro. (PM, 2001)

‘essa perda de poder se distribui entre grupos islamistas e alguns personagens políticos que são menos conhecidos e que no futuro **podem** representar uma opção. Por parte do Hamas e do Jihad, o que está claro é que se opõem a um movimento de represália vinda dos americanos. O restante não está tão claro.’

Se se analisar os exemplos (56), (57) e (58) somente do ponto de vista da morfologia verbal, conclui-se que todas as ocorrências são representativas do verbo *poder* na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo (*pueden*). No entanto, essa classificação não é a mais adequada para a pesquisa funcionalista que se realiza neste trabalho, uma vez que, nos

exemplos demonstrados, a intenção comunicativa do falante não corresponde à intenção de expressar um verbo com referência de presente em todas as três sentenças.

Observa-se que somente em (56) o momento do evento é simultâneo ao momento da fala e ao momento de referência. Nesse caso, o verbo *pueden* tem referência temporal de presente. Em contrapartida, os exemplos (57) e (58) não se configuram da mesma maneira; em (57) o verbo *pueden* está contido em um evento que se realizou em um momento anterior ao momento da enunciação e de referência; em (58), o falante usa a forma morfológica de presente para expressar contemplação futura do evento, momento em que também está a referência feita. Além disso, nessa ocorrência, o valor de futuro é ainda reforçado pela presença do elemento adverbial *en el futuro*.

- (59) Los gobiernos democráticos son siempre más eficientes que cualquier dictadura. Argentina en esos momentos había perdido el control del gobierno democrático. Estaban sucediendo muchísimas cosas que no se **podían** controlar. (HC, 2001)

‘Os governos democráticos são sempre mais eficientes que qualquer ditadura. A Argentina, nessa época, havia perdido o controle do governo democrático. Estavam acontecendo muitíssimas coisas que não se **podiam** controlar.’

- (60) Y sí, para nada sirve lo que viví después. En el mundo de mi infancia había unas pautas que, al novelista que yo iba a ser muchos años después, le **podían** servir de buen ejemplo. (LM, 2001)

‘E, sim, não serve para nada o que vivi depois. No mundo da minha infância tinha umas pautas que, para o romancista que eu ia ser muitos anos depois, **podiam** servir de bom exemplo.’

Ao comparar a forma morfológica de *poder* nos exemplos (59) e (60), nota-se que não há nenhuma diferença, pois ambas as formas se apresentam na 3ª pessoa do plural no pretérito indefinido do indicativo (*podían*). No entanto, enquanto a ocorrência (59) apresenta um verbo contido em um evento cuja realização é passada, anterior ao momento da enunciação e ao momento de referência, a ocorrência (60) traz um evento de contemplação futura, posterior ao momento de referência passado e ao momento de enunciação. Em (60), o valor de futuro de *podían* fica mais evidente com a presença do elemento adverbial *muchos años después*.

Casos como (60) são exemplos de uma distinção exigida nas gramáticas da língua espanhola que se perdeu na língua em uso. Nos tempos atuais, as formas verbais *podía* e *podría* (e suas outras formas nas demais pessoas gramaticais) são usadas indistintamente

pelos falantes ao proferirem enunciados com evento de realização futura, sendo que comumente a forma *podían* aparece em lugar de *podrían*.

Desse modo, nesta pesquisa, busca-se verificar em qual tempo verbal (referência temporal de passado, presente ou futuro) e em qual modo verbal (indicativo ou subjuntivo) o modal aparece. Vejam-se os exemplos representativos de cada possibilidade de ocorrência:

i) Referência temporal de passado no modo indicativo

(61) Por el agujero negro del cañón de la pistola. Ahora no me importa recordarlo. Antes me ponía nervioso y no **podía** hablar de ello. Al escribirlo, lo he sacado fuera. (JR, 2001)

‘Por causa do buraco negro do canhão da pistola. Agora não me importa lembrar disso. Antes eu ficava nervoso e não **podia** falar disso. Ao escrever, eu joguei isso fora.’

O exemplo (61) mostra a forma verbal do tempo pretérito imperfeito do modo indicativo (*podia*).

ii) Referência temporal de passado no modo subjuntivo

(62) Las provincias y las comarcas naturales tienen unos componentes humanos razonables, y hacían que **pudiéramos** vivir en un país donde todos éramos de algún sitio sin ser de ninguno. (LM, 2000)

‘As províncias e as comarcas naturais possuem uns elementos humanos razoáveis, e faziam com que **pudéssemos** viver em um país onde todos éramos de algum lugar sem ser de nenhum.’

O exemplo (62) apresenta a forma verbal *pudiéramos*, no pretérito imperfeito do modo subjuntivo.

iii) Referência temporal de presente no modo indicativo

(63) Yo he firmado un manifiesto internacional para que no lo haga. Mi firma es muy humilde, pero es lo único que **puedo** hacer. (EM, 2001)

‘Eu assinei um manifesto internacional para que não o faça. Minha assinatura é muito humilde, mas é a única coisa que **posso** fazer.’

Na ocorrência (63), há a forma verbal *puedo*, que representa os casos de presente do modo indicativo.

iv) Referência temporal de presente no modo subjuntivo

(64) Por ello he procurado mostrar a mis alumnos toda la perspectiva de juicios que hay sobre un tema, de manera que sobre los datos que tenemos **puedan** tener una visión equilibrada y no sectaria. (CI, 2000)

‘Por isso procurei mostrar aos meus alunos toda a perspectiva de julgamentos que há sobre um tema, de maneira que **possam** ter uma visão equilibrada e não sectária sobre os dados que temos.’

Na ocorrência (64), aparece a forma verbal *puedan*, no presente do modo subjuntivo.

v) Referência temporal de futuro no modo indicativo

(65) No se **podrá** juzgar hasta dentro de dos o tres años. Todavía es demasiado pronto. (FV, 2001)

‘Não se **poderá** julgar em até dois ou três anos. Ainda é muito recente.’

O exemplo (65) apresenta a forma verbal *podrá*, no futuro imperfeito do modo indicativo.

(66) ¿Me lo **podría** demostrar? Multiplique 4 por 365 y cuando tenga el resultado vuelva a multiplicarlo por 30. (ME, 2000)

‘O senhor **poderia** me demonstrar? Multiplique 4 por 365 e quando obtiver o resultado volte a multiplicá-lo por 30.’

Em (66), emprega-se a forma verbal *podría* pertencente ao tempo *condicional* em espanhol (futuro do pretérito em português).

vi) Infinitivo

(67) Y para un chiquillo que era yo, **poder** estar en una mesa de 20 personas de esa categoría, oírlos hablar, discutir, charlar, fue verdaderamente increíble. (EM, 2001)

‘E, para um garotinho que eu era, **poder** estar em uma mesa de 20 pessoas dessa categoria, escutá-los falar, discutir, bater papo, foi verdadeiramente incrível.’

O exemplo (67) é representativo de casos em que a forma verbal aparece no infinitivo (*poder*), uma das formas não-finitas do verbo.

Com base nas possibilidades de ocorrência de tempo e modo verbais, postula-se, neste trabalho, que a modalidade epistêmica estaria mais relacionada, de acordo com Klinge (1996) e Neves (2000), com sentenças em que o verbo expressa realização temporal anterior ao momento de fala (referência passada) ou com aquelas em que o tempo do evento seja de contemplação simultânea ao momento de fala (referência presente).

Com relação ao modo verbal, postula-se, com base em Mira Mateus et al (1983), Cervoni (1989) e Koch (1993), que o modo subjuntivo está mais relacionado à modalidade epistêmica em virtude do campo semântico a que pertence, das probabilidades, das possibilidades e das crenças do falante. Os autores afirmam, também, que leituras epistêmicas também são feitas com verbo no modo indicativo assim como as outras modalidades, uma vez que esse modo é o modo menos marcado, que menos representa um posicionamento do falante.

No que concerne às modalidades não epistêmicas, postula-se, com base em Klinge (1996) e em Neves (2000), que eventos de realização temporal posterior ao momento de fala (referência de futuro) tendem a estar relacionados às modalidades facultativa e deôntica, ainda que essas também possam ocorrer com verbos em eventos de realização presente ou passada. Com relação ao modo verbal no caso dessas modalidades, postula-se, com base em Mira Mateus et al (1983), Cervoni (1989) e Koch (1993) que não há nenhuma relação de modo com modalidade facultativa ou deôntica, ainda que essas modalidades tendam a aparecer com modo indicativo, uma vez que o modo subjuntivo, como já dito, estaria relacionado à modalidade epistêmica.

2.2.6. Presença da negação imediatamente anteposta ao modal

Outro elemento que será analisado como fator que pode causar modificação nas leituras das modalidades é a negação. Diversos autores como Silva-Corvalán (1995), Neves (2000) e Carrascossi (2003) dizem que a negação é importante para o estudo do modal *poder* como meio de expressão das modalidades. Será analisado em que medida a negação anteposta

ao modal, como ilustrado nas ocorrências (68) e (69), pode contribuir para a leitura semântica facultativa, deôntica ou epistêmica:

(68) Algunos lo hacen ahora y otros no; a veces porque no tienen cualidades físicas y no lo **pueden** hacer. (DS, 2000)

‘Alguns fazem isso agora y outros não; às vezes, porque não têm qualidades físicas e não **podem** fazê-lo.’

(69) No **puedes** llevar ninguna medalla, ninguna cadena, nada de hierro. No llevamos nada de nada, excepto el bañador. (ME, 2000)

‘Você não **pode** usar nenhuma medalha, nenhuma corrente, nada de ferro. Não usamos nada de nada, exceto a sunga.’

Tanto em (68) como em (69), pode-se notar que há um elemento de polaridade negativa (*no*) antecedendo o verbo modal *poder*.

Tendo em vista a natureza das modalidades, acredita-se que a negação possa estar mais relacionada à modalidade facultativa e à modalidade deôntica do que à modalidade epistêmica. Essa hipótese é pensada se se considerar que a expressão de incapacidades, de inabilidades, de proibições, pode ser mais frequente do que a expressão de algum tipo de dúvida ou possibilidade negada. Dentro do campo dessas modalidades, pode-se pensar, ainda, que a negação anteposta a *poder* com leitura deôntica esteja relacionada à expressão de proibição, por ser o valor negado de permissão, ou seja, entende-se que a proibição seja uma permissão negada.

CAPÍTULO 3: O VERBO MODAL *PODER* E A QUESTÃO DA AUXILIARIDADE

Este capítulo, que reúne teoria e análise, está destinado à investigação do grau de auxiliaridade do modal *poder* na construção *poder* + infinitivo sob a perspectiva da Gramaticalização, tendo em vista que um verbo mais gramaticalizado pode ser considerado como mais próximo de um verbo auxiliar.

O propósito deste capítulo é analisar, a partir de dois critérios principais - testes de auxiliaridade e frequência *token* e *type* –, se a construção de *poder* com valor semântico de possibilidade (epistêmico, portanto) é mais gramaticalizada em comparação com os demais valores que o verbo modal pode assumir na sentença e verificar, assim, se as construções de modalidade epistêmica são aquelas em que *poder* é verbo auxiliar na língua espanhola.

Serão apresentados, na seção 3.1, os usos de *poder* enquanto verbo pleno e auxiliar, além dos preceitos de Gramaticalização de modo geral, relacionando tal perspectiva de mudança linguística ao processo de auxiliaridade. Na seção 3.2, serão expostos os testes de auxiliaridade selecionados para o verbo *poder* em espanhol, de modo a verificar a construção que apresenta o verbo mais auxiliar e, portanto, mais gramaticalizado. Na seção 3.3, apresenta-se o segundo critério adotado, o de frequência *token* e *type* da construção *poder* + infinitivo. Finalmente, na seção 3.4, são expostos os resultados obtidos a partir dos dois critérios adotados nesta pesquisa com o objetivo de verificar a construção mais gramaticalizada de *poder* + infinitivo, apresentando o percurso pelo qual o processo de gramaticalização de *poder* passa.

3.1. Os usos do verbo *poder* e a questão dos auxiliares

Como apontado no capítulo 1, um dos meios mais produtivos de se expressar modalidade nas línguas naturais é o verbo, motivo pelo qual surgiu o interesse em realizar esta pesquisa e analisar o verbo modal *poder* em espanhol, abordando o seu estatuto de auxiliaridade. Observem-se os exemplos a seguir:

- (70) El País - Me decía que hay futbolistas muy buenos en Segunda División, pero que al pasarlos a la Primera, se hunden. No **pueden** con la responsabilidad. (DS, 2000)

‘El País – O senhor me falava que existem jogadores muito bons na segunda divisão, mas que quando sobem para a primeira, eles se perdem. Não **podem** com a responsabilidade.’

(71) Cuando me dieron el premio en México, yo le dije a la juventud: todo se **puede**, con respeto y elegancia, con libertad. (CV, 2000)

‘Quando me deram o prêmio no México, eu disse para a juventude: tudo se **pode**, com respeito e elegância, com liberdade.’

(72) Lo que pasa es que hay gente que se equivoca y se equivoca. Si ganas 10, no **puedes** gastar 12. ((DS, 2000)

‘O que acontece é que tem gente que se equivoca e se equivoca. Se você ganha 10, não **pode** gastar 12.’

(73) Hay niveles reseñados en Canarias por encima de los 100 metros de la actual costa. Y la subida de cinco metros es algo muy normal que **puede** ocurrir. (EM, 2001)

‘Há níveis relatados em Canárias acima de 100 metros da atual costa. E a subida de cinco metros é algo muito normal que **pode** acontecer.’

Nas ocorrências (70) e (71), nota-se o uso de *poder* como verbo único na oração, apresentando um significado nuclear. Nas ocorrências (72) e (73), o verbo *poder* aparece em junção a outro verbo no infinitivo, formando uma significação e um único sintagma verbal.

As ocorrências (70) e (71) trazem o verbo *poder* como verbo principal, em seu sentido pleno. De acordo com Pontes (1973), esse valor pleno de *poder*, semanticamente equivalente a *possuir o poder*, se dá com o verbo seguido de construções prepositivas iniciadas por *com*, como mostra o exemplo (70). Por outro lado, as ocorrências (72) e (73) já configuram um tipo distinto de construção de verbo auxiliar + verbo principal (V1 e V2, respectivamente), em que o verbo *poder* conjugado aparece seguido de outro verbo no infinitivo. O primeiro verbo da construção é o meio pelo qual a modalidade é expressa; porém, nem sempre esse verbo é reconhecido pelos autores como verbo auxiliar constitutivo de perífrase: alguns preferem tratá-los como tal, outros como verbos principais, e outros como verbos auxiliares e modais.

Normalmente o que se encontra nas gramáticas tradicionais do português e do espanhol é a definição de que perífrase verbal é a “combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou participio de outro verbo que se chama de principal” (BECHARA, 2001, p. 230). Essa é uma definição um pouco vaga, ou pouco desenvolvida, uma vez que permite pensar que qualquer junção de dois verbos (um na sua

forma finita seguido de outro na sua forma não-finita) poderia ser considerada uma perífrase verbal.

De acordo com Almeida (1980), conceituar *perífrase verbal* a partir de uma noção como essa seria inadequado, tendo em vista que as perífrases possuem limites e esse critério formal (união de dois verbos) não é suficiente para caracterizá-las. Ainda segundo o autor, se assim o fosse, sintagmas como *sorria dormindo* poderiam ser considerados como perífrases verbais, mas não o são, dado que nessa construção há somente uma simples circunstância temporal envolvendo a forma finita (*sorria enquanto dormia*).

Partindo desse ponto de vista de que não é qualquer união de dois verbos que pode ser chamada de perífrase, adota-se, neste trabalho, a definição de perífrase proposta por Olbertz (1998), que é próxima da conceituação adotada por outros autores (HERNÁNDEZ ALONSO, 1996; FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1999; GÓMEZ TORREGO, 1999):

combinação produtiva e inseparável de um verbo lexical auxiliarizado com um predicado verbal em uma forma não-finita na qual o verbo finito concorda com o primeiro argumento do verbo não-finito. A função dessa combinação é a modificação semântica do que está expresso pelo predicado não-finito e seus argumentos. A forma não-finita pode ser um infinitivo – na maioria dos casos precedido por uma preposição -, um gerúndio ou um particípio (OLBERTZ, 1998, p. 32)²⁹

Pode-se depreender da definição que perífrase verbal é a união de dois verbos (V1 + V2) que constituem um único sintagma verbal, isto é, nem o verbo auxiliar (V1) nem o verbo principal (V2, que pode aparecer no infinitivo, gerúndio ou particípio) podem desempenhar funções de complementação ou de coordenação com relação ao outro.

No que concerne aos verbos tratados como V1 e V2, embora haja, na literatura, posições dicotômicas a respeito de verbo auxiliar e verbo pleno, este trabalho seguirá uma perspectiva que considera o processo de auxiliaridade como um processo de gradiência.

Segundo Heine (1993), não há limites rígidos que separam os verbos auxiliares dos verbos plenos. Para o autor, ambos devem ser interpretados a partir de um *continuum*, como localizados em uma gradiência em que há verbos plenos mais ou menos prototípicos e verbos auxiliares mais ou menos prototípicos. Assim sendo, adota-se, nesta pesquisa, a perspectiva da Gramaticalização e reconhece-se, aqui, que o V1 carrega toda a noção morfológica da

²⁹ No original, “combination of an auxiliarized lexical verbal with a verbal predicate in a specific non-finite form which the finite verb agrees with the first argument of the non-finite verb. The function of this combination is the semantic modification of what is expressed by the non-finite predicate and its arguments. The non-finite form can be an infinitive – in most cases preceded by a preposition – a gerund or a participle” (OLBERTZ, 1999, p. 32).

construção (flexão de número, flexão de pessoa, tempo, modalidade e aspecto), mas a significação do conjunto verbal só pode ser obtida na união dos dois verbos, a partir da construção verbal de auxiliar + principal (V1 + V2) como um todo.

É possível relacionar o processo de auxiliaridade verbal ao processo de mudança linguística por meio da gramaticalização, uma vez que um dos princípios da gramaticalização é analisar a mudança a partir de um *continuum* em que um item lexical ou menos gramatical torna-se, aos poucos, gramatical ou mais gramatical.

Heine (2003) aponta que a teoria da gramaticalização tem como objetivo explicar como e por que as categorias gramaticais surgem e se desenvolvem. Para o autor, o falante, visando à eficácia na comunicação, cria novos sentidos para construções já existentes na língua, utilizando-se da estratégia de usar formas linguísticas que expressam significados concretos, acessíveis e claramente mais delineados para expressar significados menos concretos e mais abstratos, menos acessíveis e menos delineados. Dessa forma, essa estratégia se reflete na linguagem de modo que expressões linguísticas lexicais ou menos gramaticalizadas servem de base para expressões linguísticas gramaticais ou mais gramaticalizadas. Assim, a gramaticalização se apresenta como um processo unidirecional em que expressões de significado concreto são utilizadas, em contextos específicos, para codificar expressões de significado gramatical. No decorrer do processo, o surgimento de novas formas envolve quatro implicações, relacionadas entre si:

- i) *dessemantização* (ou *bleaching semântico*): perda gradual de significado;
- ii) *extensão* (ou *generalização contextual*): uso da forma em novos contextos;
- iii) *descategorização*: perda de propriedades morfossintáticas da forma original, incluindo a perda do *status* de palavra independente;
- iv) *erosão* (ou *redução fonética*): perda de material fonético da forma em processo de gramaticalização (HEINE, 2003).

Dentre os quatro mecanismos apresentados, a perda semântica é a implicação central de todo o processo e a primeira a ocorrer. Embora todos os mecanismos estejam inter-relacionados, nem todos são obrigatórios. A perda de material fonético, por exemplo, nem sempre ocorre, ou ocorre em um estágio mais avançado. Além disso, cada um desses mecanismos surge em um determinado momento dos três estágios que envolvem a gramaticalização, como explicitado na sequência:

- i) Há uma expressão A que sofrerá o processo de gramaticalização.
- ii) A expressão linguística A adquire um segundo uso, B, e, então, surge um momento de ambiguidade entre A e B.
- iii) Finalmente a expressão A desaparece (ou é menos frequente) e a expressão B passa a ser dominante na língua (HEINE, 2003, p. 92).

Bybee (2003) defende que o papel da frequência de uso *token* e *type* é um critério relevante a ser considerado ao se analisar um item linguístico em processo de gramaticalização, pois, segundo a autora, quanto mais utilizada uma expressão for, maior será a possibilidade de haver perda de propriedades, de significado, de fonética, de seleção de argumentos etc., e assim, mais gramaticalizada ela estará.

De acordo com Bybee (2003), frequência *token* é a frequência textual de um item, a frequência com a qual um item ocorre dentro do texto corrente, como, por exemplo, a frequência com que determinado verbo ocorre em um corpus. Já a frequência *type* está relacionada à frequência de um tipo, a frequência de um padrão particular da construção, como a frequência de um afixo, por exemplo.

Bybee (2003) cita dois exemplos para diferenciar o que chama de frequência *token* e o que chama de frequência *type*: i) a autora mostra que, em um determinado texto, *broke* (passado de *break* em inglês) é utilizado 66 vezes a cada 1 milhão de palavras, ao passo que *damaged* (passado de *damage*) aparece apenas em 5 ocorrências; desse modo, considera-se que a frequência *token* de *broke* é muito mais alta do que a de *damaged*; ii) a autora, referindo-se a um trabalho realizado também com o inglês, mostra que, embora o tempo passado em inglês possa ser realizado de diversas maneiras, a expressão mais comum é a de sufixo *-ed*, como em *damaged* (e outros milhares de verbos); portanto, essa é a expressão que possui frequência *type* mais alta quando se trata da expressão de passado na língua inglesa.

Em seu estudo sobre o papel da frequência no processo de gramaticalização, a autora (2006) advoga que o verbo *can* do inglês é resultante de uma mudança linguística explicável a partir dos conceitos da gramaticalização. De acordo com Bybee (2003), o modal *can* é resultante de um processo de gramaticalização do verbo *cunnan* do inglês antigo, equivalente a *saber*. A autora mostra que em virtude da frequência do uso do verbo e, conseqüentemente, da dessemantização sofrida, foram surgindo novos significados. No que se refere ao inglês hodierno, os valores semânticos atuais expressos pelo verbo *can* são resultantes da gramaticalização: estado mental > habilidade mental > habilidade > possibilidade. Nota-se que os três primeiros valores são restritos a sujeitos animados, mas, em um quarto estágio de

gramaticalização (mais avançado, portanto), ocorreu a perda de seleção de argumentos, algo que, segundo a autora, é resultado de um grau maior de gramaticalização do item linguístico.

Segundo Bybee (2003), entende-se que a alta frequência do verbo *can* no idioma (frequência *token* de *can*) foi um dos fatores principais para que o verbo passasse por tais perdas (fonética, sintática, semântica) e se gramaticalizasse, de modo que, atualmente, sua maior frequência é com expressão de possibilidade, que possui maior frequência *type* em relação aos outros valores semânticos do verbo em inglês.

A análise do grau de gramaticalização do verbo *poder* no espanhol será aqui realizada de maneira semelhante ao estudo de Fonseca (2010) e ao de Gonçalves (2015). Neste último, o autor adota o critério de frequência de Bybee (2003) e o de auxiliaridade como fatores que determinam se a construção em questão está [+gramaticalizada] ou [-gramaticalizada]. De acordo com Gonçalves (2015), “na gramaticalização de *verbo pleno* > *verbo auxiliar*, (i) quanto mais critérios de auxiliaridade uma construção perifrástica atualiza, mais gramaticalizada ela estará e (ii) quanto maior a frequência de uso de uma construção perifrástica (*token*) e/ou de uma de suas funções (*type*), mais gramaticalizada ela (construção/função) estará” (GONÇAVES, 2015, p. 113).

A questão norteadora desta análise é verificar qual a construção de *poder* + *infinitivo* é mais gramaticalizada no espanhol: *poder* epistêmico ou *poder* expressando outros valores modais (no caso, facultativo, deôntico ou volitivo, conforme classificação adotada). Se se considerar o princípio de que formas com significados abstratos são derivadas de formas com significados concretos, a hipótese para este trabalho é a de que a construção perifrástica *poder* + *infinitivo* com valor semântico epistêmico é a mais gramaticalizada em função dos outros valores semânticos, visto que o significado de possibilidade é mais abstrato do que o significado de capacidade, habilidade, permissão, proibição, ordem e desejo. Para que essa hipótese seja confirmada, tal construção deve atender ao maior número possível de testes de auxiliaridade e também deve ser a construção mais frequente nos dados empíricos analisados.

3.2. Testes de auxiliaridade

É sabido que existe um número grande de testes de auxiliaridade em toda a literatura e que nem sempre há uma concordância entre os autores que os propõem. Para o presente trabalho, foram selecionados alguns testes aplicáveis à construção *poder* + *infinitivo*, a saber: dessemantização, identidade dos sujeitos, seleção de argumentos, nominalização, apassivação e negação. O principal critério para a seleção de tais testes foi o fato de serem frequentemente

citados nos estudos sobre verbos auxiliares (ALMEIDA, 1970; PONTES, 1973; LOBATO et al, 1975; LONGO, 1990; HEINE, 1993; HERNÁNDEZ ALONSO, 1996; OLBERTZ, 1998; FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1999; GÓMEZ TORREGO, 1999; LONGO; CAMPOS, 2002; ILARI; BASSO, 2008; CASTILHO, 2010), além de terem se mostrado mais relevantes para a análise da estrutura em questão.

Para a aplicação dos testes, foram selecionados três exemplos, sendo um para cada tipo modal possível de ser expresso pelo verbo *poder* identificado no cópús: valor modal epistêmico, valor modal facultativo e valor modal deôntico.³⁰ Os exemplos selecionados serão tratados como exemplos-modelo e serão representativos das demais ocorrências encontradas no cópús. O verbo auxiliar ou modal será chamado de V1 e o verbo principal será chamado de V2.

a) Dessemantização

O critério de dessemantização do verbo auxiliar (cf. ALMEIDA, 1970; PONTES, 1973; LOBATO et al, 1975; HERNÁNDEZ ALONSO, 1996; OLBERTZ, 1998; FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1999; GÓMEZ TORREGO, 1999) está relacionado à perda sêmica que ocorre gradativamente e pela qual todo auxiliar passa em virtude do processo de gramaticalização. Nesse sentido, entende-se que quanto mais perda de significado o verbo tiver, maior será seu grau de gramaticalização e, por conseguinte, mais estatuto de auxiliar esse verbo terá. Trata-se, portanto, de um *continuum*, em que verbos mais gramaticalizados e considerados como mais auxiliares podem possuir significado dentro de uma sentença.

Ao relacionar o esvaziamento semântico ao grau de auxiliaridade, alguns autores defendem um ponto de vista mais extremista, no sentido de considerar um verbo como auxiliar somente quando o item em questão sofreu perda total de seu significado original. Como exemplos de tal posicionamento, estão Gili Gaya (2002), para quem um verbo auxiliar é aquele que perdeu totalmente seu significado próprio, e Ilari e Basso (2008), que, em seu estudo sobre o verbo a partir do ponto de vista da gramaticalização consideram um verbo como auxiliar quando este já sofreu esvaziamento semântico a ponto de não atribuir nenhum significado à sentença.

Neste trabalho, busca-se analisar qual é o grau de esvaziamento semântico do verbo *poder*, se está mais próximo ou mais afastado do significado primário. Adota-se, portanto,

³⁰ Como será mostrado no capítulo de análise, o valor modal volitivo não foi identificado nos dados do cópús.

uma postura contrária à posição extremista, uma vez que se analisa o valor semântico do verbo em termos de gradiência.

Tendo em vista que o significado original do verbo *poder* é semanticamente equivalente a *possuir o poder*, observem-se os exemplos representativos de cada valor modal identificado:

Valor modal epistêmico

- (74) Puedes darte cuenta de la cantidad de facetas que **puede** tener una obra. *Così fan tutte*, que ahora dirijo en el Real, cuando lo hice la primera vez, hace 20 años, me sonaba como una ópera alegre, una historia un poco irónica. (JL, 2001)

‘Você pode se dar conta da quantidade de facetas que **pode** ter uma obra. *Così fan tutte*, que agora dirijo no *Real*, quando fiz pela primeira vez, há 20 anos, me parecia uma ópera alegre, uma história um pouco irônica.’

Valor modal facultativo

- (75) Un geógrafo que lo sabe casi todo sobre los glaciares, que ha perseguido y pateado por todo el mundo. Alguien que **puede** hablar del cambio climático con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando. (EM, 2001)

‘Um geógrafo que sabe quase tudo sobre os glaciais, que perseguiu e andou pelo mundo todo. Alguém que **pode** falar da mudança climática com a experiência de quem está quarenta anos estudando.’

Valor modal deôntico

- (76) Y además creo que cuando un futbolista está mal de verdad es por eso, no hay otra cosa. Lo que pasa es que a veces el chico no dice qué le ocurre, disimula. Quizá lo sepas, o lo imagines, y yo no **puedo** sacarle del equipo así como así. (JAC, 2000)

‘E, além disso, eu acredito que quando um jogador está mal de verdade é por isso, não há outra coisa. O que acontece é que, às vezes, o cara não fala o que está acontecendo, dissimula. Talvez se saiba, ou se imagine, mas eu não **posso** tirá-lo da equipe sem nenhuma explicação.’

Em (74), exemplo representativo dos valores modais epistêmicos identificados no corpus, o valor semântico de *poder* é o de possibilidade, valor que já se encontra muito afastado do significado inicial ou primário (possuir o poder). Nesse caso, pode-se dizer que o mecanismo de dessemantização foi efetivado e que houve perda semântica, o que favorece o estatuto [+gramatical] do verbo. A ocorrência (75) mostra o verbo *poder* com significado de *ter capacidade*, *ter conhecimento* e *ser capaz de*, um sentido mais próximo do valor semântico concreto do verbo, o que demonstra que, nos casos em que o verbo expressa a

modalidade facultativa, a dessemantização não é um critério que comprove sua gramaticalização. De maneira semelhante à ocorrência anterior, observa-se que em (76) o significado do verbo em questão está relacionado ao sentido original de *poder*, uma vez que expressa *ter o poder*, *ter a permissão* de realizar determinada ação; logo, para as ocorrências de *poder* expressando a modalidade deôntica, a dessemantização também não se configura como um critério que comprove a gramaticalização do modal.

Assim, pode-se dizer que *poder*, enquanto meio de expressão da modalidade epistêmica, atende o critério de dessemantização e possui um caráter de [+gramaticalizado] e [+auxiliar]; no entanto, enquanto meio de expressão das modalidades não epistêmicas, o modal não atende o critério, possuindo caráter de [-gramaticalizado] e [-auxiliar].

b) Identidade dos sujeitos

De acordo com o critério de identidade dos sujeitos (cf. ALMEIDA, 1970; LOBATO et al, 1975; HERNÁNDEZ ALONSO, 1996; OLBERTZ, 1998; FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1999; GÓMEZ TORREGO, 1999; CASTILHO, 2010), em uma construção perifrástica, V1 e V2 devem possuir sujeito único. Assim, se dois verbos em sequência selecionam sujeitos diferentes para cada um deles, são considerados dois verbos plenos; entretanto, se ambos os verbos selecionam o mesmo sujeito, configura-se uma construção perifrástica em que V1 é verbo auxiliar e V2 é verbo principal.

Segundo Fernández de Castro (1999), existe uma condição para que uma construção não possa ser vista como uma construção de auxiliar + principal: quando o sujeito léxico, com o qual o primeiro verbo realiza uma relação predicativa, for distinto do sujeito argumental do segundo verbo, pois assim ambos não estariam exercendo controle sintático conjunto sobre o esquema oracional. Para exemplificar o que o autor chama de “sujeito léxico” e “sujeito argumental”, considere-se o seguinte exemplo:

(77) Esta bomba no llegó a explotar. (FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1999, p. 26)

‘Esta bomba não chegou a explodir.’

Nessa oração, observa-se que há uma concordância gramatical entre *esta bomba* e *llegó*; portanto, tem-se um sujeito léxico que concorda com o auxiliar. Por outro lado, há que se considerar que a seleção léxica do sujeito é exercida pelo verbo principal *explotar*,

mostrando que há uma relação semântica, uma relação mais argumental do verbo com o sujeito selecionado.

Em virtude dessa restrição semântica, alguns verbos, que em gramáticas tradicionais são tratados como auxiliares (*mandar, deixar, fazer, permitir* etc.), devem ser excluídos do conjunto de perífrases verbais, uma vez que os verbos integrantes da combinação selecionam sujeitos diferentes, como, por exemplo, em “Já percebo que meu pai o controla. Já não deixa o senhor nem comer” (FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1999, p. 26),³¹ em que o sujeito gramatical de *deixar* (*meu pai*) e o sujeito argumental de *comer* (*o senhor*) são distintos.

Por meio dos exemplos selecionados a seguir, verificam-se quais os casos de *poder* podem ser considerados como mais gramaticalizados, de acordo com o critério de identidade dos sujeitos:

Valor modal epistêmico

(78) Puedes darte cuenta de la cantidad de facetas que **puede** tener una obra. *Così fan tutte*, que ahora dirijo en el Real, cuando lo hice la primera vez, hace 20 años, me sonaba como una ópera alegre, una historia un poco irónica. (JL, 2001)

‘Você pode se dar conta da quantidade de facetas que **pode** ter uma obra. *Così fan tutte*, que agora dirijo no *Real*, quando fiz pela primeira vez, há 20 anos, me parecia uma ópera alegre, uma história um pouco irônica.’

Valor modal facultativo

(79) Un geógrafo que lo sabe casi todo sobre los glaciares, que ha perseguido y pateado por todo el mundo. Alguien que **puede** hablar del cambio climático con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando. (EM, 2001)

‘Um geógrafo que sabe quase tudo sobre os glaciais, que perseguiu e andou pelo mundo todo. Alguém que **pode** falar da mudança climática com a experiência de quem está quarenta anos estudando.’

Valor modal deôntico

(80) Y además creo que cuando un futbolista está mal de verdad es por eso, no hay otra cosa. Lo que pasa es que a veces el chico no dice qué le ocurre, disimula. Quizá lo sepas, o lo imagines, y yo no **puedo** sacarle del equipo así como así. (JAC, 2000)

‘E, além disso, eu acredito que quando um jogador está mal de verdade é por isso, não há outra coisa. O que acontece é que, às vezes, o cara não fala o que está acontecendo, dissimula. Talvez se saiba, ou se imagine, mas eu não **posso** tirá-lo da equipe sem nenhuma explicação.’

³¹ No original, “Ya lo veo que a mi padre lo tiene avasallado. Que ya no lo deja usted ni cenar” (FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1999, p. 26).

Como se pode notar, nas ocorrências de modalidade epistêmica (78), assim como nas ocorrências de modalidade facultativa (79) e deôntica (80), V1 e V2 têm sujeitos únicos (*una obra, alguien* e *yo*, respectivamente). Dessa forma, o verbo *poder*, enquanto meio de expressão das modalidades epistêmica, facultativa e deôntica, atende, então, o critério de identidade de sujeitos e possui um caráter de [+gramaticalizado] e [+auxiliar].

c) Seleção de argumentos

O critério de seleção de argumentos (cf. LOBATO et al, 1975; OLBERTZ, 1998; FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1999; GÓMEZ TORREGO, 1999) apresenta certa relação com o critério da dessemantização, pois se resume no fato de que a capacidade de seleção de argumento de V2 é propriedade básica de perífrases, isto é, em se tratando de perífrase, somente V2 pode selecionar, semanticamente, complementos e sujeito. Em caso de V1 selecionar algum tipo de argumento ou o próprio V2, é possível dizer que ele não é um verbo gramaticalizado ou que está em um grau menor de gramaticalização; já casos em que V1 não apresenta restrições semânticas em relação ao sujeito ou a V2 são representativos de construções em que o primeiro verbo é considerado [+gramaticalizado] e [+auxiliar]. A aplicação do critério nos exemplos selecionados pode ser observada a seguir:

Valor modal epistêmico

- (81) Puedes darte cuenta de la cantidad de facetas que **puede** tener una obra. *Così fan tutte*, que ahora dirijo en el Real, cuando lo hice la primera vez, hace 20 años, me sonaba como una ópera alegre, una historia un poco irónica. (JL, 2001)

‘Você pode se dar conta da quantidade de facetas que **pode** ter uma obra. *Così fan tutte*, que agora dirijo no *Real*, quando fiz pela primeira vez, há 20 anos, me parecia uma ópera alegre, uma história um pouco irônica.’

Valor modal facultativo

- (82) Un geógrafo que lo sabe casi todo sobre los glaciares, que ha perseguido y pateado por todo el mundo. Alguien que **puede** hablar del cambio climático con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando. (EM, 2001)

‘Um geógrafo que sabe quase tudo sobre os glaciais, que perseguiu e andou pelo mundo todo. Alguém que **pode** falar da mudança climática com a experiência de quem está quarenta anos estudando.’

Valor modal deôntico

- (83) Y además creo que cuando un futbolista está mal de verdad es por eso, no hay otra cosa. Lo que pasa es que a veces el chico no dice qué le ocurre, disimula. Quizá lo sepas, o lo imagines, y yo no **puedo** sacarle del equipo así como así. (JAC, 2000)

‘E, além disso, eu acredito que quando um jogador está mal de verdade é por isso, não há outra coisa. O que acontece é que, às vezes, o cara não fala o que está acontecendo, dissimula. Talvez se saiba, ou se imagine, mas eu não **posso** tirá-lo da equipe sem nenhuma explicação.’

Nota-se que, em (81), ocorrência de modalidade epistêmica, o verbo *poder* aparece com sujeito [-animado] (*una obra*). Em (82), ocorrência representativa de modalidade facultativa, o verbo *poder* ocorre com sujeito [+animado] (*alguien*). Em (83), em que há a expressão da modalidade deôntica, o verbo também ocorre com sujeito [+animado] (*yo*).

De acordo com tais observações, pode-se dizer que o verbo *poder*, quando possui valor semântico de capacidade/habilidade ou de permissão/obrigação/ordem, está mais próximo de seu sentido original de *ter o poder* e menos gramaticalizado, de modo que seleciona, ainda, o primeiro argumento da oração (sujeito) e o verbo principal com o qual aparecerá na construção. Nesse sentido, nota-se que os valores expressos pelas modalidades facultativa e deôntica estão restritos a ocorrer com sujeito [+animado] e a construção perifrástica estará composta por um verbo pessoal, portanto. Em contrapartida, o verbo *poder*, quando assume o valor semântico de possibilidade, está mais afastado do sentido primário de verbo pleno e mais gramaticalizado, de maneira que perde a restrição semântica de argumentos e passa a ocorrer com qualquer tipo de sujeito e verbo em posição de V2. É exatamente essa perda de restrição que está exemplificada na ocorrência (81).

Em virtude do grau maior de gramaticalização e, por conseguinte, dessa renúncia semântica a qualquer tipo de argumento, os verbos auxiliares são compatíveis com verbos unipessoais (*llover, haber* etc.). Desse modo, entende-se não só porque sentenças como *puede llover* ou *puede haber* são gramaticais e aceitáveis na língua espanhola, ao passo que construções como *desea llover* ou *desea haber* não o são, como também porque *puede llover* ou *puede haber* serão sempre construções de leitura epistêmica, em que o verbo *poder* possui valor semântico de possibilidade (e nunca de capacidade ou permissão, por exemplo).

Nesse tipo de combinação de argumentos não ocorre ambiguidade em razão do maior grau de gramaticalização que *poder* epistêmico possui em relação ao *poder* facultativo ou deôntico. Assim, para que esses dois últimos tipos de valores semânticos relacionados a *poder* passem a atuar numa construção com V2 unipessoal, por exemplo, seria necessário um nível

mais alto de gramaticalização e de auxiliaridade, de modo que o verbo também perdesse seu poder de seleção argumental com tais valores semânticos.

Dessa forma, com relação ao critério de seleção de argumentos, entende-se que o verbo *poder* possui caráter de [+gramatical] e [+auxiliar] quando expressa modalidade epistêmica e possui caráter de [-gramatical] e [-auxiliar] quando serve de expressão para as modalidades não epistêmicas.

d) Nominalização

O critério da nominalização (cf. LOBATO et al, 1975; HERNÁNDEZ ALONSO, 1996; OLBERTZ, 1998) está relacionado à natureza sintática da forma não-finita dentro da perífrase, mais especificamente das perífrases de infinitivo. O que se espera a esse respeito é que V2 possua uma carga exclusivamente verbal, ou seja, ele não pode possuir uma carga nominal, pois estaria, assim, sendo subordinado ao verbo anterior do mesmo modo que os substantivos e pronomes o são. Em suma, o que se procura saber é se V2 é complemento ou não de V1 a partir da substituição daquele por uma categoria nominal (nome, pronome, oração substantiva objetiva); só se pode considerar V1 como verbo auxiliar se tal substituição não for possível, pois, caso contrário, os dois verbos são considerados como principais e V2 é visto como uma nominalização.

De acordo com Olbertz (1998), somente as construções lexicais (e não as perifrásticas) são possíveis de terem seu verbo na forma não-finita substituído por outra expressão linguística. Observe-se o exemplo da autora (OLBERTZ, 1998, p. 39):

(84) Soñaron con ser arrastrados por las ninfas a las más tiernas y desenfrenadas orgías.

‘Sonharam em ser arrastados pelas ninfas às mais ternas e desenfreadas orgias.’

(84a) con **eso** soñaran,

(84b) ¿Con **qué** soñaron?

(84c) soñaron con **tiernas y desenfrenadas orgías**.

(84d) soñaron con **que fueran arrastrados por las ninfas a las más tiernas y desenfrenadas orgías**.

Segundo a autora, o exemplo (84) e suas leituras comprovam que o infinitivo, em construções lexicais, pode ser pronominalizado (84a), pode ser questionado (84b), pode ser substituído por uma construção nominal (84c), e pode, ainda, ser substituído por uma oração finita (84d). Essa demonstração do que ocorre com as construções envolvendo verbos

lexicais, em que V2 é complemento de V1, serve para contrastar o que não é possível de ocorrer com as construções perifrásticas (em que V1 é auxiliar e V2 é principal), uma vez que é impossível substituir V2 e seus argumentos por um pronome, por uma pergunta, por uma construção nominal ou por uma oração finita, como se pode notar nos exemplos seguintes e nos testes correspondentes (OLBERTZ, 1998, p. 40):

(85) No les voy a contar toda la historia.

‘Não lhes vou contar toda a história.’

(85a) *No voy a **eso**.

(86) Voy a tener cuerda para un año.

‘Vou ter corda para um ano.’

(86a) *¿A **qué** vas?

(86b) *¿**Adónde** vas?

A aplicação do critério da nominalização ao verbo *poder* pode ser observada nos exemplos (87), (88) e (89), prototípicos de cada modalidade, e suas possíveis leituras com nominalizações:

Valor modal epistêmico

(87) Puedes darte cuenta de la cantidad de facetas que **puede** tener una obra. *Così fan tutte*, que ahora dirijo en el Real, cuando lo hice la primera vez, hace 20 años, me sonaba como una ópera alegre, una historia un poco irónica. (JL, 2001)

‘Você pode se dar conta da quantidade de facetas que **pode** ter uma obra. *Così fan tutte*, que agora dirijo no *Real*, quando fiz pela primeira vez, há 20 anos, me parecia uma ópera alegre, uma história um pouco irônica.’

(87a) *Una obra puede **eso**.

(87b) *¿**Qué** puede una obra?

(87c) *Una obra puede **que tenga una cantidad de facetas muy grande**.

Valor modal facultativo

(88) Un geógrafo que lo sabe casi todo sobre los glaciares, que ha perseguido y pateado por todo el mundo. Alguien que **puede** hablar del cambio climático con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando. (EM, 2001)

‘Um geógrafo que sabe quase tudo sobre os glaciais, que perseguiu e andou pelo mundo todo. Alguém que **pode** falar da mudança climática com a experiência de quem está quarenta anos estudando.’

(88a) *Alguien que puede **eso**.

(88b) *¿**Qué** puede alguien?

(88c) *Alguien que puede **que hable del cambio climático con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando**.

Valor modal deôntico

(89) Y además creo que cuando un futbolista está mal de verdad es por eso, no hay otra cosa. Lo que pasa es que a veces el chico no dice qué le ocurre, disimula. Quizá lo sepas, o lo imagines, y yo no **puedo** sacarle del equipo así como así. (JAC, 2000)

‘E, além disso, eu acredito que quando um jogador está mal de verdade é por isso, não há outra coisa. O que acontece é que, às vezes, o cara não fala o que está acontecendo, dissimula. Talvez se saiba, ou se imagine, mas eu não **posso** tirá-lo da equipe sem nenhuma explicação.’

(89a) *Yo no puedo **eso**.

(89b) *¿**Qué** yo no puedo?

(89c) *Yo no puedo **que le saque del equipo así como así**.

Observa-se, a partir da aplicação do critério às três ocorrências, que o verbo modal *poder* não aceita que seu V2, na forma de infinitivo, seja substituído por qualquer forma nominal. Independentemente do valor semântico que o verbo possui, há uma não aceitação da pronominalização do modal, da mesma forma que não se aceita a transformação em interrogação nem em oração finita. Desse modo, pelo critério da nominalização, o verbo *poder* em construção perifrástica é um verbo [+gramaticalizado] e, por conseguinte, [+auxiliar], tanto nos casos de modalidade epistêmica como nos casos de modalidades não epistêmicas.

e) Apassivação

O processo de apassivação (cf. LOBATO et al, 1975; HERNÁNDEZ ALONSO, 1996; FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1999; GÓMEZ TORREGO, 1999) seria, em termos gerais, a transformação de uma oração na voz ativa em oração de voz passiva. No entanto, somente os verbos transitivos podem sofrer apassivação; logo, uma vez que se sabe que os verbos auxiliares não são verbos transitivos, entende-se que eles não podem ser apassivados.

De acordo com Gómez Torrego (1999), “as perífrases verbais apresentam a peculiaridade de nunca poderem apassivar o primeiro verbo, o auxiliar; somente o infinitivo é ‘apassivável’” (GÓMEZ TORREGO, 1999, p. 3330).³² Desse modo, deve-se considerar que, em construções perifrásticas, V1 nunca sofre o processo de apassivação. Entretanto, em construções não-perifrásticas, é V1 (no caso, transitivo) que sofre a apassivação:

(90) Juan {**puede/debe...**} leer la carta.

‘João {**pode/debe...**} ler a carta.’

(90a) *Leer la carta **es** {**podido/debido**} por Juan.

(91) Juan **deseó** leer la carta.

‘João **desejou** ler a carta.’

(91a) Leer la carta **fue deseado** por Juan. (GÓMEZ TORREGO, 1999, p. 3330)

Pode-se considerar, a partir da descrição do critério e dos exemplos do autor, que em (90) há uma perífrase verbal, visto que os verbos auxiliares que a compõem não aceitam o processo de apassivação, tornando a oração agramatical. Em contrapartida, o exemplo (91) constitui o que se chama de locução verbal ou construção lexical, que é a união de dois verbos sem que haja a constituição efetiva de uma perífrase verbal, pois o primeiro verbo não é um auxiliar, mas sim um verbo transitivo, e o segundo não é um principal, mas sim um complemento verbal do primeiro; dessa maneira, entende-se o porquê de o primeiro verbo em (91) aceitar a apassivação, tornando a oração contida em (91a) gramatical.

Além de fazer referência à passiva analítica (passiva com “ser”), Gómez Torrego (1999) faz, também, uma consideração no mesmo sentido para as construções de passiva sintética (passiva com “se”). Segundo o autor, a passiva sintética afeta toda a perífrase, isto é, V1 e V2, de modo que, se o sintagma nominal sujeito estiver na forma de plural, V1 deve, obrigatoriamente, aparecer também no plural. Observem-se os exemplos do autor (GÓMEZ TORREGO, 1999, p. 3330):

(92) Se {**pueden/deben (de)...**} celebrar las elecciones.

‘{**Podem-se/Devem-se**} celebrar as eleições.’

³² No original, “las perífrasis verbales presentan la peculiaridad de que nunca pueden pasivar el primer verbo, el auxiliar; sólo es pasivable el infinitivo” (GÓMEZ TORREGO, 1999, p. 3330).

(93) Se {**desea/piensa/procura**} celebrar las elecciones.

‘{**Deseja-se/Pensa-se em/Procura-se**} celebrar as eleições.’

Como se sabe, na passiva sintética, o verbo afetado concorda com o sujeito da oração, por isso é empregado no plural em (92) e no singular em (93).

A construção de auxiliar + principal é formada por um único sintagma verbal, assim, V2, por possuir carga exclusivamente verbal, não é complemento de V1. Desse modo, se se considerar o exemplo (92), nota-se que todo o sintagma verbal (auxiliar + principal) é afetado pelo SN sujeito da oração (*las elecciones*), e, portanto, concorda com a forma de plural desse sujeito. No entanto, uma vez que em construções lexicais o primeiro verbo é transitivo e o segundo é complemento verbal do anterior, a apassivação afeta somente o primeiro, já que o segundo se torna sujeito daquele. Assim, explica-se o fato de que em (93) o primeiro verbo (*desea/piensa/procura*), que é afetado na apassivação sintética, apareça no singular, dado que concorda com seu sujeito, isto é, o segundo verbo (*celebrar*).

A seguir, observa-se a aplicação deste critério às ocorrências prototípicas das três modalidades. Em cada ocorrência foram feitas adequações referentes ao sujeito (singular ou plural) e ao verbo principal (regência).

Valor modal epistêmico

(94) Puedes darte cuenta de la cantidad de facetas que **puede** tener una obra. *Così fan tutte*, que ahora dirijo en el Real, cuando lo hice la primera vez, hace 20 años, me sonaba como una ópera alegre, una historia un poco irónica. (JL, 2001)

‘Você pode se dar conta da quantidade de facetas que **pode** ter uma obra. *Così fan tutte*, que agora dirijo no *Real*, quando fiz pela primeira vez, há 20 anos, me parecia uma ópera alegre, uma história um pouco irônica.’

(94a) Se pueden tener muchas facetas.

Valor modal facultativo

(95) Un geógrafo que lo sabe casi todo sobre los glaciares, que ha perseguido y pateado por todo el mundo. Alguien que **puede** hablar del cambio climático con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando. (EM, 2001)

‘Um geógrafo que sabe quase tudo sobre os glaciares, que perseguiu e andou pelo mundo todo. Alguém que **pode** falar da mudança climática com a experiência de quem está quarenta anos estudando.’

- (95a) Se pueden exponer los cambios climáticos con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando.

Valor modal deôntico

- (96) Y además creo que cuando un futbolista está mal de verdad es por eso, no hay otra cosa. Lo que pasa es que a veces el chico no dice qué le ocurre, disimula. Quizá lo sepas, o lo imagines, y yo no **puedo** sacarle del equipo así como así. (JAC, 2000)

‘E, além disso, eu acredito que quando um jogador está mal de verdade é por isso, não há outra coisa. O que acontece é que, às vezes, o cara não fala o que está acontecendo, dissimula. Talvez se saiba, ou se imagine, mas eu não **posso** tirá-lo da equipe sem nenhuma explicação.’

- (96a) No se pueden sacar a los chicos del equipo así como así.

Nota-se que as ocorrências (94), (95) e (96) possuem comportamento idêntico ao do exemplo (92), visto que, quando se coloca V1 em uma oração de voz passiva com sujeito plural, tal verbo concorda em número com seu primeiro argumento, atestando que todo o sintagma verbal *poder* + V2 está sendo afetado pelo sujeito plural. Desse modo, pode-se dizer que o verbo *poder* aceita o processo de apassivação em todos os casos (modalidade epistêmica, facultativa e deôntica), e, com isso, prova-se que a combinação verbal de que participa é uma perífrase.

Dessa maneira, entende-se que a construção *poder* + infinitivo atende às condições propostas dentro desse critério tanto para casos de modalidade epistêmica como para os demais valores modais (facultativo e deôntico), de modo que, por tal critério, o verbo *poder* pode ser considerado como um verbo [+gramaticalizado] e [+auxiliar].

f) Negação

O critério da negação ou da negativização (cf. LOBATO et al, 1975; HEINE, 1993; CASTILHO, 2010) está relacionado ao escopo que um elemento de negação pode ter em relação à combinação verbal de V1 e V2. De acordo com os autores que defendem tal critério, uma sequência formada por V1 + V2 não pode ser separada por uma negação, uma vez que, para que seja uma perífrase, a negação tem de incidir sobre o grupo verbal.

De acordo com Lobato et al (1975) e com Castilho (2010), que estudaram os auxiliares em português, quando a negação pode tomar por escopo o segundo verbo, a combinação verbal em questão não pode ser considerada como uma perífrase verbal, uma vez que há

pouca coesividade sintática entre o primeiro e o segundo verbo. Segundo Lobato et al (1975), os casos em que a negação incide entre os verbos demonstram que o primeiro verbo tem funcionalidade independente do segundo verbo, o que não permite considerar a construção *poder* + infinitivo como uma construção perifrástica a partir desse critério.

Em relação às ocorrências presentes no corpúsculo utilizado nesta pesquisa, não houve nenhum caso em que a negação recaísse somente sobre V2. Em todos os casos em que ocorreu a presença de um elemento de polaridade negativa, o que estava sendo negado era toda a construção verbal V1 + V2. No entanto, as três sentenças prototípicas serão analisadas a partir da inserção de um elemento de negação para que se verifique se há alguma construção de *poder* + infinitivo (epistêmica, facultativa ou deôntica) que aceite um operador de negação entre o grupo verbal:

Valor modal epistêmico

(97) Puedes darte cuenta de la cantidad de facetas que **puede** tener una obra. *Così fan tutte*, que ahora dirijo en el Real, cuando lo hice la primera vez, hace 20 años, me sonaba como una ópera alegre, una historia un poco irónica. (JL, 2001)

‘Você pode se dar conta da quantidade de facetas que **pode** ter uma obra. *Così fan tutte*, que agora dirijo no Real, quando fiz pela primeira vez, há 20 anos, me parecia uma ópera alegre, uma história um pouco irônica.’

(97a) Una obra **no** puede tener una cantidad de facetas muy grande.

(97b) Una obra puede **no** tener una cantidad de facetas muy grande.

Valor modal facultativo

(98) Un geógrafo que lo sabe casi todo sobre los glaciares, que ha perseguido y pateado por todo el mundo. Alguien que **puede** hablar del cambio climático con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando. (EM, 2001)

‘Um geógrafo que sabe quase tudo sobre os glaciais, que perseguiu e andou pelo mundo todo. Alguém que **pode** falar da mudança climática com a experiência de quem está quarenta anos estudando.’

(98a) Alguien que **no** puede hablar del cambio climático con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando.

(98b) Alguien que puede **no** hablar del cambio climático con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando.

Valor modal deôntico

(99) Y además creo que cuando un futbolista está mal de verdad es por eso, no hay otra cosa. Lo que pasa es que a veces el chico no dice qué le ocurre, disimula. Quizá lo sepas, o lo imagines, y yo no **puedo** sacarle del equipo así como así. (JAC, 2000)

‘E, além disso, eu acredito que quando um jogador está mal de verdade é por isso, não há outra coisa. O que acontece é que, às vezes, o cara não fala o que está acontecendo, dissimula. Talvez se saiba, ou se imagine, mas eu não **posso** tirá-lo da equipe sem nenhuma explicação.’

(99a) Yo **no** puedo sacarle del equipo así como así.

(99b) Yo puedo **no** sacarle del equipo así como así.

O verbo *poder* presente no exemplo (97), representativo da modalidade epistêmica, mantém o valor de possibilidade tanto quando se nega todo o conjunto verbal (97a),³³ como quando se nega somente V2 (97b), o que demonstra que os casos de modalidade epistêmica apresentam V1 + V2 como um grupo verbal mais coeso semanticamente. O fato de a incidência da negação poder estar em V1 ou V2 sem que haja mudança no valor semântico permite afirmar que o verbo *poder*, nesse tipo de construção, é um verbo [+gramaticalizado] e [+auxiliar], revelando o alto grau de coesividade entre os verbos da construção.

Os demais valores modais apresentam um funcionamento diferente do epistêmico, pois tanto a ocorrência modelo de modalidade facultativa (98) como a de modalidade deôntica (99) não ocorrem com incidência de negação somente em V2.

Observa-se que os exemplos (98a) e (99a), nos quais a negação incide sobre todo o grupo verbal, mantêm o valores de capacidade e de permissão, respectivamente. Entretanto, quando o operador de negação está entre os dois verbos e passa a incidir somente sobre V2 (exemplos (98b) e (99b)), os valores semânticos iniciais de capacidade e de permissão não são mais identificados, de modo que a construção em que o verbo *poder* apresentava um sentido de capacidade e a construção em que *poder* apresentava um valor de permissão passam a receber leituras exclusivamente epistêmicas, com valor de possibilidade.

Esse resultado demonstra que as construções de *poder* + infinitivo em que o modal expressa modalidade facultativa ou deôntica apresentam V1 [-gramaticalizado] e [-auxiliar] em comparação aos casos de modalidade epistêmica, pois permite verificar, com a recusa da incidência da negação somente no segundo verbo, que V1 e V2 possuem um baixo maior de coesividade.

³³ Há que se considerar que a paráfrase em (97a) admite também a leitura deôntica.

A aplicação dos seis critérios de auxiliaridade e a realização dos testes nas ocorrências de *poder* + infinitivo representativas dos três valores modais identificados no corpus permitiram a elaboração do seguinte quadro:

Critérios	Modalidade		
	Epistêmica	Facultativa	Deôntica
Dessemantização	+	-	-
Identidade dos sujeitos	+	+	+
Seleção de argumentos	+	-	-
Nominalização	+	+	+
Apassivação	+	+	+
Negação	+	-	-
TOTAL	6	3	3

Quadro 5: Atualização de critérios de auxiliaridade às modalidades expressas por *poder*

Nota-se que, a partir da aplicação de testes de auxiliaridade às ocorrências prototípicas de cada valor semântico do verbo *poder* na construção *poder* + infinitivo, a construção em que há expressão de modalidade epistêmica é aquela que mais atende aos critérios para que o verbo em posição de V1 seja considerado auxiliar e, portanto, é a que estaria mais gramaticalizada.

O verbo *poder* com valor de possibilidade atende a todos os testes selecionados. No entanto, o verbo *poder* enquanto meio de expressão das modalidades facultativa e deôntica, por sua vez, estaria em um grau menor de gramaticalização, pois quando apresenta sentido de capacidade/habilidade ou de permissão/proibição/ordem atende a menos critérios de auxiliaridade. Os três testes aos que *poder* facultativo e *poder* deôntico não atendem são o de dessemantização, o de seleção de argumentos e o da negação, o que possibilita afirmar que tais valores semânticos estão ainda mais relacionados ao sentido original de *poder*, à restrição semântica de argumentos com os quais ocorre na sentença e ao menor grau de coesividade entre todo o grupo verbal. Para que *poder* com valor semântico não epistêmico seja [+auxiliar] e [+gramaticalizado] na língua, é preciso que haja mais perda no campo semântico não epistêmico, resultando em um desligamento maior de sentidos e de restrições originais.

3.3. Frequência *type* e *token*

Tendo em vista que o objetivo deste capítulo é verificar não só o grau de gramaticalização da construção perifrástica formada por *poder* + infinitivo, mas também a produtividade que tal construção tem na língua, será analisada, também, sua frequência *token* e *type*.

Ao aplicar-se ao contexto desta pesquisa, entende-se que frequência *token* é a frequência com que a construção *poder* + infinitivo ocorre no corpus selecionado, enquanto a frequência *type* é a frequência de cada valor semântico de *poder*: epistêmico, facultativo ou deôntico.

Bybee (2003) afirma que a frequência de determinado item não só é resultado do processo de gramaticalização, como também é uma contribuição primária para o processo, uma força ativa no desencadeamento da mudança que ocorre, pois quanto mais frequente for uma expressão, maior será sua perda de propriedades, de significado, de fonética, de seleção de argumentos etc. Deve-se dizer, no entanto, que somente a frequência maior ou menor não indica gramaticalização; ela deve ser considerada apenas como uma força ativa e relevante para o processo.

As frequências *token* e *type* do verbo *poder* nos dados empíricos desta pesquisa podem ser vistas na tabela a seguir:

CONSTRUÇÃO	FUNÇÃO	FREQUÊNCIA TOKEN		FREQUÊNCIA TYPE		
		n°	%		n°	%
<i>poder</i> + infinitivo	Modalidade	315	100%	epistêmica	208	66%
				facultativa	93	29,5%
				deôntica	14	4,5%

Tabela 1: Frequência de uso de *poder* + infinitivo

Observa-se que a construção *poder* + *infinitivo* possui frequência *token* de 315 ocorrências em um corpus de aproximadamente 74.000 palavras, o que indica ser uma construção produtiva e muito utilizada na língua espanhola em uso. Partindo do critério de frequência, o verbo *poder* na construção *poder* + *infinitivo* com valor semântico de possibilidade (modalidade epistêmica) seria o que se encontra no estágio mais avançado de gramaticalização, o que corresponde à maior frequência *type* (66% das ocorrências no corpus

selecionado). Já quando o verbo expressa valores semânticos não epistêmicos, situa-se em um estágio menor de gramaticalização, correspondendo a uma menor frequência *type* tanto nos casos de leitura facultativa (29,5% das ocorrências), como nos casos de leitura deôntica (4,5% das ocorrências).

3.4. Grau de gramaticalização de *poder*

Os testes de auxiliaridade realizados, bem como o levantamento da frequência *token* e *type*, com o objetivo de analisar o grau de gramaticalização em que o verbo *poder* se encontra a partir dos valores semânticos que pode expressar na língua espanhola, permitiram as seguintes conclusões:

- i) a partir da atualização dos testes de auxiliaridade às ocorrências prototípicas de cada valor semântico de *poder* (possibilidade, capacidade/habilidade e permissão/proibição/ordem), ter-se-ia o seguinte processo de gramaticalização de *poder*:

Deôntico / Facultativo	>	Epistêmico
menos auxiliar menos gramaticalizado		mais auxiliar mais gramaticalizado

- ii) a partir da frequência *token* e *type*, ter-se-ia o seguinte processo de gramaticalização de *poder*:

Deôntico	>	Facultativo	>	Epistêmico
menos frequente menos gramaticalizado				mais frequente mais gramaticalizado

Considerando os critérios adotados para a investigação da gramaticalização e do grau de auxiliaridade de *poder* (testes de auxiliaridade e a frequência *token* e *type* da construção), conclui-se que a construção de *poder* + infinitivo em que V1 expressa modalidade epistêmica é a construção mais gramaticalizada e o verbo é o mais auxiliar dentre os demais valores semânticos que o modal pode expressar. Os outros subtipos modais não epistêmicos - modalidade facultativa e modalidade deôntica - estariam em um estágio mais baixo no

processo de gramaticalização, sendo a facultativa, de acordo com o critério de frequência, mais gramaticalizada do que a modalidade deôntica.

Os resultados obtidos são relevantes se se considerar que comprovam a hipótese levantada no início do capítulo a respeito da gramaticalização do verbo em questão: a de que a construção perifrástica *poder* + infinitivo com valor semântico epistêmico seria a mais gramaticalizada em função dos outros valores semânticos, visto que o significado de possibilidade é mais abstrato do que os significados de capacidade, habilidade, permissão, proibição, ordem e desejo.

Embora a análise feita seja suficiente para mostrar o percurso de gramaticalização pelo qual o verbo *poder* passa no espanhol atual, deve-se dizer que a investigação realizada neste trabalho não é suficiente para uma afirmação categórica a respeito da gramaticalização do verbo *poder* na língua espanhola, uma vez que foi adotada uma perspectiva sincrônica dos dados e que não foram aplicados os testes a cada uma das ocorrências, mas sim a ocorrências prototípicas.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DO MODAL *PODER* NO ESPANHOL

O capítulo 2 apresentou os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, que contribuirão para a elaboração de um quadro descritivo do verbo modal *poder* enquanto meio de expressão da modalidade epistêmica ou de outras modalidades não epistêmicas no espanhol. Desse modo, este capítulo apresenta a análise quantitativa e qualitativa de todas as 315 ocorrências encontradas nas 20 entrevistas jornalísticas publicadas na revista espanhola *El País* entre os anos de 2000 e 2001.

Na seção 4.1, são apresentadas todas as formas verbais de *poder* encontradas no *cópus* analisado. A seção 4.2 descreve os subtipos modais possíveis de serem expressos pelo verbo *poder* identificados no *cópus*. Uma vez analisados os valores semânticos que o verbo modal *poder* pode apresentar, as demais seções deste capítulo trazem a descrição, a partir das hipóteses já levantadas no capítulo metodológico, do modo como o valor semântico de *poder* epistêmico difere dos valores semânticos não epistêmicos – relacionando-os com os demais parâmetros de análise investigados, como a orientação da avaliação modal (seção 4.3), a presença de sujeito e os traços [humano] e [animado] (seção 4.4), a natureza do EsCo (seção 4.5), a referência de pessoa do sujeito (seção 4.6), a referência de tempo e o modo verbal (seção 4.7) e, finalmente, a negação anteposta (seção 4.8).

Ao final, apresenta-se, na seção 4.9, um quadro resumo com os elementos mais recorrentes no subtipo modal epistêmico e nos não epistêmicos, buscando destacar as semelhanças e diferenças entre os valores modais epistêmico e não epistêmicos expressos por *poder* no espanhol.

4.1. Formas identificadas no *cópus*

A seguir, apresentam-se todas as formas do verbo *poder* encontradas nas 315 ocorrências extraídas das 20 entrevistas integrantes do *cópus*:

FORMAS	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
<i>Puede</i>	95	30,2%
<i>Podía</i>	30	9,5%
<i>Puedo</i>	29	9,2%
<i>Puedes</i>	24	7,6%
<i>Podemos</i>	21	6,6%
<i>Podría</i>	17	5,4%
<i>Poder</i>	14	4,5%
<i>Pueden</i>	13	4,1%
<i>Pueda</i>	11	3,5%
<i>Puedan</i>	7	2,3%
<i>Podían</i>	6	2%
<i>Pude</i>	5	1,6%
<i>Podríamos</i>	4	1,3%
<i>He podido</i>	4	1,3%
<i>Pudo</i>	3	1%
<i>Puedas</i>	3	1%
<i>Podrían</i>	3	1%
<i>Ha podido</i>	3	1%
<i>Podías</i>	2	0,6%
<i>Pudimos</i>	2	0,6%
<i>Podrá</i>	2	0,6%
<i>Podremos</i>	2	0,6%
<i>Podamos</i>	2	0,6%
<i>Pudiera</i>	2	0,6%
<i>Pudiéramos</i>	2	0,6%
<i>Podrán</i>	1	0,3%
<i>Pudieran</i>	1	0,3%
<i>Pudiesen</i>	1	0,3%
<i>Hemos podido</i>	1	0,3%
<i>Han podido</i>	1	0,3%

<i>Habían podido</i>	1	0,3%
<i>Habría podido</i>	1	0,3%
<i>Hubiera podido</i>	1	0,3%
<i>Hubiese podido</i>	1	0,3%
TOTAL	315	100%

Quadro 6: Formas do verbo *poder* presentes no cópús

Pode-se notar que a frequência do modal na forma *puede* (terceira pessoa no presente do indicativo) é a mais representativa no cópús analisado (30,2% das ocorrências) e que as formas de presente do indicativo estão entre as mais utilizadas (*puedo, puedes, puede, podemos, pueden*). Para determinar o conjunto de traços que são mais recorrentes com o modal expressando modalidade epistêmica e modalidades não epistêmicas, deve-se investigar os elementos contextuais que caracterizam cada tipo modal, que serão analisados na exposição dos resultados a seguir.

4.2. Os valores semânticos de *poder*

Em toda esta pesquisa, assumiu-se que o verbo modal *poder* é polissêmico, e, embora se esperasse encontrar todos os quatro tipos de modalidade previstos pela GDF - modalidade epistêmica, modalidade facultativa, modalidade deôntica e modalidade volitiva -, não foram identificadas ocorrências de *poder* com valor volitivo. Os dados analisados são relativos apenas às modalidades epistêmica, facultativa e deôntica, distribuídas da seguinte maneira:

Modalidade EPISTÊMICA		Modalidades não epistêmicas			
		FACULTATIVA		DEÔNTICA	
n°	%	n°	%	n°	%
208	66%	93	29,5%	14	4,5%
TOTAL 315 = 100%					

Tabela 2: Domínio semântico do modal *poder*

A Tabela 2 mostra que a grande maioria das ocorrências do cópús refere-se ao verbo modal *poder* como meio de expressão da modalidade epistêmica, confirmando a hipótese de que o subtipo modal mais frequente seria o epistêmico em virtude da natureza do cópús

adotado, uma vez que o gênero *entrevista jornalística* privilegia o surgimento de enunciados em que o falante expressa suas crenças, dúvidas ou opiniões.

Em relação às modalidades não epistêmicas, observa-se que a modalidade facultativa (29,5% das ocorrências) é significativamente mais frequente do que a modalidade deôntica, que apresenta uma baixa porcentagem no córpus (4,5% das ocorrências). Tendo em vista a natureza semântica desses dois subtipos modais, também era esperado tal resultado, já que a expressão de proibição em entrevistas jornalísticas tende a ser muito pouco frequente quando comparada à expressão de capacidades e habilidades, que pode ser proferida ao se mencionar uma história, contar um fato ocorrido etc.

A seguir, apresentam-se exemplos dos valores semânticos epistêmico e não epistêmicos de *poder* encontrados na análise:

- (100) Tú abres una novela y conoces el secreto de muchas vidas que llegas a conocer tan intensamente como las que **puedas** conocer en la realidad. (LM, 2000)

‘Você abre um romance e conhece o segredo de muitas vidas que chega a conhecer tão intensamente como as que **possa** conhecer na realidade.’

- (101) Puedes darte cuenta de la cantidad de facetas que **puede** tener una obra. (JL, 2001)

‘Você pode se dar conta da quantidade de facetas que **pode** ter uma obra.’

Os exemplos (100) e (101) são representativos da modalidade epistêmica, relacionada a possibilidades, dúvidas, certezas ou incertezas baseadas nas crenças, opiniões e conhecimento de mundo do falante. Em (100), a modalidade epistêmica está expressa por meio de *puedas* no predicado *las que puedes conocer en la realidad*, em que o falante manifesta a incerteza, a possibilidade de se conhecer outras vidas. Em (101), a dúvida está expressa pela forma verbal *puede* do predicado *tener una obra*, que expressa a possibilidade de facetas de uma obra.

- (102) Estoy en desacuerdo con los que dicen que escribiendo se sufre [...] La experiencia de escribir es consoladora, y quien **puede** escribir se consuela doblemente. (LM, 2000)

‘Não concordo com aqueles que dizem que escrevendo se sofre [...] A experiência de escrever é consoladora, e quem **pode** escrever se consola em dobro.’

- (103) Pero yo a un equipo no le puedo mostrar la preocupación, sino un cierto optimismo, y ver cómo **podemos** resolver la situación. (HC, 2000)

‘Mas eu não posso demonstrar preocupação a um time, mas, sim, certo otimismo e ver como **podemos** resolver a situação.’

Nos exemplos (102) e (103), tem-se a expressão da modalidade facultativa, isto é, a expressão de capacidades e habilidades intrínsecas ou adquiridas. Em (102), a modalidade está presente no predicado *puede escribir*, ou seja, alguém que tem capacidade/habilidade para escrever; em (103), a modalidade está presente no predicado *como podemos resolver la situación*, isto é, o falante refere-se às capacidades para resolver determinado problema.

(104) En el Olimpia sólo **podía** cantar gente honorable. Yo contesté que entonces el Olimpia debería estar cerrado, y hubo mucha controversia. (CV, 2000)

‘No *Olimpia* só **podia** cantar gente famosa. Eu respondi que então o *Olimpia* deveria ser fechado, e houve muita controvérsia.’

(105) Sí. Lo admito. Sólo **podemos** ponernos propaganda en el gorro, y el gorro es pequeño. (ME, 2000)

‘Sim, eu admito. Só **podemos** colocar propaganda na touca, e a touca é pequena.’

Nos exemplos (104) e (105), apresenta-se a modalidade deôntica, relacionada ao que é necessário, obrigatório, permitido ou proibido dentro de um conjunto de regras gerais ou individuais. Em (104), nota-se que há uma condição excludente (que se torna uma proibição para as demais pessoas) para se realizar o EsCo *cantar* dentro do ambiente referido. Assim, o verbo *podía*, no predicado *sólo podía cantar gente honorable*, é entendido como expressão de uma regra dentro de determinado local. Em (105), nota-se que a modalidade deôntica pode ser interpretada como a confissão de um atleta que admite a regra obrigatória (e proibitiva ao mesmo tempo) em seu esporte; desse modo, *podemos* no predicado *Sólo podemos ponernos propaganda en el gorro* é um modo de expressão da modalidade deôntica.

4.3. Relação entre domínio semântico e orientação

Como já havia mencionado Hengeveld (2004), é possível estabelecer uma relação entre o tipo modal (domínio semântico) e a orientação modal (escopo da modalidade). Considerando que a modalidade epistêmica pode estar orientada somente para o episódio, enquanto as modalidades não epistêmicas - facultativa e deôntica - podem estar orientadas

tanto para o participante como para o evento, no *cópus* analisado foram identificados casos de todas as possibilidades previstas para cada tipo modal, como mostra a tabela a seguir:

	Modalidade		Modalidades não epistêmicas			
	EPISTÊMICA		FACULTATIVA		DEÔNICA	
	n°	%	n°	%	n°	%
EPISÓDIO	208	100%	---	---	---	---
EVENTO	---	---	18	19,3%	4	28,5%
PARTICIPANTE	---	---	75	80,7%	10	71,5%
TOTAL	208	100%	93	100%	14	100%

Tabela 3: Relação entre domínio semântico e orientação do modal *poder*

Como se pode notar na Tabela 3, as modalidades não epistêmicas ocorrem com mais frequência em contextos em que a avaliação do verbo modal *poder* recai sobre um participante, engajado na realização do evento, do que em contextos em que o modal incide sobre um evento. Esse resultado apresentado para as modalidades facultativa e deônica está relacionado, novamente, à natureza semântica das modalidades não epistêmicas, pois valores do campo semântico de capacidades/habilidades e proibições/ordens/missões são mais comumente atribuídos a uma entidade em particular do que à descrição de circunstâncias que tornam um evento capaz ou permitido de ser realizado.

Seguem exemplos das combinações possíveis de *poder* encontradas no *cópus* analisado:

(106) A veces sí lo está. Depende. No creo en las teorías conspiratorias de la historia, aunque **pueden** haber existido en ocasiones. (CI, 2000)

‘Às vezes sim, está. Depende. Eu não acredito nas teorias conspiratórias da história, embora **possam** ter existido em ocasiões.’

No exemplo (106), nota-se a descrição de um episódio (*haber existido en ocasiones*) possível de ter ocorrido, o que ilustra, por meio do verbo *pueden*, um caso de modalidade epistêmica orientada para o episódio.

(107) El País - ¿Y qué es lo que más echa de menos?
DS – Jugar. Pero no **puedo** hacer ejercicio, por el asunto que tengo en la espalda.
(DS, 2000)

‘*El País* - Do que o senhor mais sente falta?

DS - De jogar. Mas eu não **posso** fazer exercício, por causa do problema que tenho nas costas.’

Na ocorrência (107), nota-se que o modal *puedo* expressa a incapacidade de o sujeito engajar-se na realização da ação *hacer ejercicio* em virtude de problemas de saúde. Trata-se, portanto, de um caso de modalidade facultativa orientada para o participante.

(108) Lo que pasa es que hay pocos registros en montañas y es difícil a veces tener las pruebas, porque ¿qué termómetros hay en el Pirineo aragonés a 2.000 metros?, pues uno, y con eso no **podemos** sacar conclusiones científicas. (EM, 2001)

‘O que acontece é que existem poucos registros em montanhas e é difícil, às vezes, ter as provas. Que termômetros há no Pirineu Aragonês a 2.000 metros? Um, e com isso não **podemos** tirar conclusões científicas.’

No exemplo (108), há a expressão da modalidade facultativa orientada para o evento por meio do verbo (*no*) *podemos*, que expressa a incapacidade de a ação *sacar conclusiones científicas* ser realizada. Essa ocorrência deve ser entendida como uma incapacidade atribuída de modo geral a todas as pessoas, não exatamente a um participante específico, ainda que a terminação verbal seja de primeira pessoa do plural, pois, nesse caso, é um sujeito com referência genérica.

(109) Y además creo que cuando un futbolista está mal de verdad es por eso, no hay otra cosa. Lo que pasa es que a veces el chico no dice qué le ocurre, disimula. Quizá lo sepas, o lo imagines, y yo no **puedo** sacarle del equipo así como así. (JAC, 2000)

‘E, além disso, acho que quando um jogador de futebol está mal de verdade é por isso, não existe outra coisa. O que acontece é que, às vezes, o garoto não fala o que está acontecendo, dissimula. Talvez você saiba, ou imagine, e eu não **posso** tirá-lo do time sem mais nem menos.’

Na ocorrência (109), que trata de um contexto futebolístico, em que o enunciador narra a proibição que tem enquanto treinador de um time, o referente do sujeito é proibido de realizar a ação *sacarle del equipo* descrita no enunciado, isto é, o verbo modal expressa um caso de modalidade deôntica orientada para o participante.

(110) Entonces tuvimos un problema en casa, que no te voy a contar. Es bonito para una biografía, porque es gracioso y tremendamente doloroso, pero no se **puede** contar, aunque no viva mi padre. (CoV, 2001)

‘Naquela época tivemos um problema em casa, que não vou te contar. É bonito para uma biografia, porque é engraçado e muito doloroso, mas não se **pode** contar, ainda que meu pai não esteja vivo.’

Por fim, em (110), o verbo *puede* expressa modalidade deôntica orientada para o evento ao referir-se a uma proibição dentro de um contexto familiar: para aquela família, a realização do evento *contar [um problema]* é tida como proibida. Nota-se, assim como em (09), que tal proibição não está atrelada a nenhum participante; trata-se de uma proibição geral dentro daquele cenário.

4.4. Relação entre domínio semântico, presença e traços semânticos do sujeito

Este parâmetro de análise considera não só a presença de sujeito, mas também três tipos de traços para o sujeito presente, [+humano], [-humano; +animado] e [-humano; -animado]. Os dados do córpus não apresentaram nenhuma ocorrência em que o sujeito presente possua os traços [-humano; +animado], combinação possível de ser encontrada em espanhol, como já apontado no capítulo metodológico. A relação entre os traços do sujeito e os subtipos modais pode ser vista na tabela a seguir:

	Modalidade EPISTÊMICA		Modalidades não epistêmicas				
	nº	%	FACULTATIVA		DEÔNTICA		
	nº	%	nº	%	nº	%	
Com sujeito	[+hum]	122	59%	91	98%	13	93%
	[-hum, +anim]	---	---	---	---	---	---
	[-hum, -anim]	80	38%	1	1%	1	7%
Sem sujeito	6	3%	1	1%	---	---	
TOTAL	208	100%	93	100%	14	100%	

Tabela 4: Relação entre domínio semântico, presença e traços semânticos do sujeito

Ao observar a Tabela 4 no que diz respeito à modalidade epistêmica, pode-se dizer que as ocorrências em que o modal *poder* expressa esse subtipo semântico apresentam sujeito [+humano] em pouco mais da metade das ocorrências (59%), mas também apresentam sujeito [-humano; -animado] com elevada frequência (40% das ocorrências). A modalidade epistêmica, portanto, pode ocorrer com qualquer tipo de sujeito. Em se tratando das

modalidades não epistêmicas, é possível notar, a partir da Tabela 4, que mais de 90% das ocorrências de leitura facultativa e de leitura deôntica apresenta sujeito com traço semântico [+humano]. Esse resultado, que já era esperado, também ocorre pelo fato de que (in) capacidades ou habilidades e permissões e proibições geralmente são atribuídas a sujeitos humanos. Desse modo, todas as hipóteses levantadas para o parâmetro relacionado aos traços semânticos do sujeito foram comprovadas nesta pesquisa. Observem-se os exemplos:

- (111) Pero dentro del régimen talibán había, como en muchos Gobiernos autoritarios, gente distinta que tal vez mañana **pueda** desempeñar un papel. (FV, 2001)

‘Mas dentro do regime talibã havia, como em muitos governos autoritários, pessoas diferenciadas que talvez amanhã **possam** desempenhar um papel.’

Em (111), o sujeito (*gente distinta*), de caráter [+humano], está presente em uma estrutura cuja forma verbal *pueda* expressa a possibilidade de ocorrer o EsCo descrito (*desempeñar un papel*).

- (112) Tuve que dejar la escuela, siendo primera bailarina, justo cuando me dieron una beca para estudiar en Inglaterra. Una compañera que sí **pudo** ir también se llamaba Conchita, pero Martín, y hoy es la directora de la Ópera de Sydney. (CoV, 2001)

‘Tive que deixar a escola, sendo primeira bailarina, justo quando me deram uma bolsa para estudar na Inglaterra. Uma companheira que **pôde** ir também se chamava Conchita, mas Conchita Martín, e hoje é a diretora da Ópera de Sidney.’

O exemplo (112) apresenta um sujeito [+humano] (*una compañera*) relacionado à forma verbal *pudo*, que expressa a capacidade de tal sujeito para realizar a ação, o que caracteriza a modalidade facultativa.

- (113) No entiendo qué está haciendo el mechón de Moctezuma el en museo de Londres, o el Códice Vaticano en el Vaticano. ¿Por qué no lo regresan? ¿No hay un diplomático que lo **pueda** pedir? (CV, 2000)

‘Não entendo o que a madeixa de Moctezuma está fazendo no museu de Londres, ou o Código Vaticano, no Vaticano. Por que não devolvem? Não há um diplomático que **possa** pedir?’

Em (113) também se encontra um sujeito (*diplomático*) do tipo [+humano], e, nesse caso, o verbo *pueda* expressa a modalidade deôntica, relacionada à expressão da permissão que diplomatas possuem para solicitar alguma medida relacionada a bens culturais nacionais.

Com relação aos casos com sujeito do tipo [-humano; -animado] ou a casos de oração sem sujeito, verifica-se que são mais frequentes com a modalidade epistêmica do que com as modalidades não epistêmicas. Vejam-se os exemplos:

- (114) En el mundo de mi infancia había unas pautas que, al novelista que yo iba a ser muchos años después, le **podían** servir de buen ejemplo. (LM, 2000)

‘No mundo da minha infância havia uns temas que, para o romancista que eu ia ser muitos anos depois, **podiam** servir de bom exemplo.’

Em (114), o sujeito da oração (*unas pautas*) possui traços [-humano; -animado]. Nota-se que a modalidade epistêmica, expressa pelo verbo *podían*, está relacionada à possibilidade de ocorrer o EsCo *servir de buen ejemplo*.

- (115) No comparto la idea de la lucha de civilizaciones. **Puede** haber elementos para que algunas mentes, descarriadas desde mi punto de vista, lleguen a esa conclusión, pero son elementos insuficientes y tergiversados. (PM, 2001)

‘Não compartilho da ideia da luta de civilizações. **Pode** haver elementos para que algumas mentes, perdidas, no meu ponto de vista, cheguem a essa conclusão, mas são elementos insuficientes e enviesados.’

No exemplo (115), representativo de modalidade epistêmica, nota-se que não há sujeito na oração.

4.5. Relação entre domínio semântico e natureza do EsCo

Analisar a natureza do EsCo presente no enunciado implica, como já visto no capítulo metodológico, analisar os traços de dinamicidade e de controle do predicado. A partir da classificação desses dois traços, um EsCo pode ser do tipo Ação [+din; +con], Processo [+din; -con], Estado [-din; -con] e Posição [-din; +con] e, desse modo, pode estar relacionado a um determinado tipo de modalidade. Na análise das ocorrências, foram identificados os quatro tipos de EsCo previstos:

	Modalidade		Modalidades não epistêmicas			
	EPISTÊMICA		FACULTATIVA		DEÔNTICA	
	n°	%	n°	%	n°	%
[+dinamicidade]	82	39%	83	89%	14	100%
[-dinamicidade]	126	61%	10	11%	---	---
TOTAL	208	100%	93	100%	14	100%
[+controle]	80	38%	86	92,5%	14	100%
[-controle]	128	62%	7	7,5%	---	---
TOTAL	208	100%	93	100%	14	100%
Ação [+din; +con]	74	35%	82	88%	14	100%
Processo [+din; -con]	8	4%	1	1%	---	---
Estado [-din; -con]	120	58%	6	6,5%	---	---
Posição [-din; +con]	6	3%	4	4,5%	---	---
TOTAL	208	100%	93	100%	14	100%

Tabela 5: Relação entre domínio semântico e natureza do EsCo

Em relação à modalidade epistêmica, nota-se que os enunciados em que *poder* expressa valor epistêmico apresentam, em 61% das ocorrências, traço [-dinâmico] e, em 62%, traço [-controle]. Quando analisados juntos, esses traços [-din; -con], que correspondem ao EsCo do tipo Estado, são representativos de 58% das ocorrências de leitura epistêmica. O resultado obtido é decorrente do campo semântico de que a modalidade epistêmica faz parte, já que possibilidades, crenças, dúvidas e incertezas relacionam-se mais com eventos estativos, em que não há nenhum tipo de [controle] ou [dinamicidade], como, por exemplo, em (116):

(116) Una montaña **puede** ser una montaña magnífica, pero sin ningún cantor, desnuda de cultura. (EM, 2001)

‘Uma montanha **pode** ser uma montanha magnífica, mas sem nenhum cantor, destituída de cultura.’

Observa-se que no exemplo (116) a expressão da modalidade epistêmica está no fato de que o verbo *puede* possui o valor de possibilidade; aqui, o predicado *ser una montaña magnífica* não pode ser controlado e não possui nenhum controle do sujeito, que, no caso, é inanimado. Esse tipo de construção, portanto, com EsCo [-controle] é consideravelmente mais

frequente com a modalidade epistêmica do que com as modalidades não epistêmicas (das 126 ocorrências de predicado do tipo Estado, 120 foram epistêmicas).

Em contrapartida, as modalidades não epistêmicas apresentam números elevados com predicados do tipo Ação. De todas as ocorrências de modalidade facultativa, 89% dos predicados são do tipo [+dinâmico], 86%, do tipo [+controle] e 82% apresentam ambos os traços, configurando predicados do tipo Ação. A modalidade deôntica apresenta números mais categóricos ainda: todas as ocorrências em que *poder* era deôntico apresentam predicado [+din, +con], do tipo Ação, portanto. De maneira semelhante à modalidade epistêmica, os resultados obtidos aqui se justificam pela semântica das modalidades facultativa e deôntica, uma vez que, como se esperava a partir das hipóteses elaboradas, a expressão de valores no eixo das capacidades e obrigação tende a ser mais frequente com predicados que envolvam alguma mudança em algum dos argumentos oracionais e que possam ser controláveis, como mostram os exemplos a seguir:

- (117) No se puede investigar haciendo veinte cosas al tiempo. Un buen investigador no **puede** dar clases prácticas, clases teóricas, llevar la dirección de un hospital y hacer investigación, es imposible, no se tienen las neuronas tan desarrolladas, ni gente como para poder hacerlo. (CM, 2001, p.05)

‘Não se pode investigar fazendo vinte coisas ao mesmo tempo. Um bom investigador não **pode** dar aulas práticas, aulas teóricas, controlar a direção de um hospital e investigar, é impossível, não se tem os neurônios tão desenvolvidos, nem gente para poder fazê-lo.’

Em (117), há a expressão da modalidade facultativa por meio do verbo *puede*, que expressa uma capacidade de realização do EsCo *dar clases prácticas*, um predicado que possui os traços [+dinâmico; +controle], sendo, portanto, um EsCo do tipo Ação.

- (118) Lo que pasa es que decir que eres español les suena a algunos como una especie de extremismo de derechas, lo ven como una declaración política. [...] Así que primero soy de Cieza, luego de Murcia, y luego español. Y no veo que esté feo decirlo. Al contrario, yo me siento muy orgulloso de **poder** hacerlo. (JAC, 2000)

‘O que acontece é que dizer que você é espanhol parece, para alguns, uma espécie de extremismo de direita, eles veem como uma declaração política. [...] Então primeiro sou de Cieza, depois de Múrcia, depois espanhol. E não acho que seja ruim dizê-lo. Ao contrário, eu me sinto muito orgulhoso de **poder** fazê-lo.’

Em (118), o verbo *poder* expressa a modalidade deôntica no sentido de que o sujeito tem permissão, dentro do país democrático, de dizer que é espanhol, ainda que isso implique

algumas interpretações políticas equivocadas; nesse contexto está o EsCo *hacerlo*, que envolve os traços [+dinamicidade; +controle] e que é, portanto, um EsCo do tipo Ação.

Desse modo, os resultados expostos comprovam as hipóteses levantadas no capítulo metodológico tanto para a modalidade epistêmica como para as modalidades não epistêmicas no que diz respeito aos traços de [dinamicidade] e de [controle] e à natureza do predicado.

4.6. Relação entre domínio semântico e pessoa gramatical do sujeito

Com o intuito de relacionar a pessoa gramatical do sujeito aos tipos modais do verbo *poder*, as ocorrências foram analisadas de modo a se verificar se o sujeito em questão está relacionado à 1ª pessoa, à 2ª pessoa, à 3ª pessoa ou se se trata de sujeito indeterminado. Todas as possibilidades foram encontradas, como se verifica na tabela a seguir:³⁴

Pess. Gram.	Ref.	Modalidade EPISTÊMICA		Modalidades não epistêmicas			
		nº	%	FACULTATIVA		DEÔNICA	
		nº	%	nº	%	nº	%
1ª pessoa	Específica	34	17%	38	42%	3	22%
2ª pessoa	Específica	3	1,5%	1	1%	1	7%
3ª pessoa	Específica	94	46,5%	36	39%	7	50%
TOTAL (ref. específica)		131	65%	75	82%	11	79%
1ª pessoa	Genérica	21	10%	3	3%	---	---
2ª pessoa	Genérica	13	6,5%	8	8,5%	1	7%
3ª pessoa	Genérica	19	9,5%	5	5,5%	1	7%
TOTAL (ref. genérica)		53	26%	16	17%	2	14%
Sujeito indeterminado		18	9%	1	1%	1	7%
TOTAL		202	100%	92	100%	14	100%

Tabela 6: Relação entre domínio semântico e pessoa gramatical do sujeito

Com base na Tabela 6, nota-se que a modalidade epistêmica aparece, em sua maioria, em ocorrências de sujeito com referência específica (65% das ocorrências), sendo também

³⁴ Consideram-se sentenças com sujeito, motivo pelo qual as modalidades epistêmica e facultativa apresentam totais diferentes das tabelas anteriores, em que se incluíam orações sem sujeito.

mais frequente com sujeitos de 3ª pessoa (46,5% das ocorrências), confirmando a hipótese levantada, com base em Heine (1995), de que a modalidade epistêmica estaria ligada à 3ª pessoa gramatical, como em (119):

(119) Imagine que **puede** verse con su asesino. ¿Le gustaría hablar con él? (JR, 2001)

‘Imagine que **pode** encontrar-se com seu assassino. O senhor gostaria de falar com ele?’

Em (119), a ocorrência é constituída de sujeito na 3ª pessoa do singular (*usted*), facilmente identificável no contexto e de referência específica. O verbo *poder* expressa a possibilidade de ocorrência do evento em questão, configurando um caso de modalidade epistêmica.

Também a segunda hipótese levantada para a modalidade epistêmica, a de que esse subtipo modal estaria relacionado a sujeitos de referência genérica e de referência indeterminada, é confirmada na análise. Como se pode observar na tabela, os casos em que o sujeito da oração é genérico ou indeterminado são representativos, em sua maioria, de modalidade epistêmica (26% das ocorrências epistêmicas com sujeito genérico e 9% das ocorrências com sujeito indeterminado). As modalidades não epistêmicas apresentam baixa frequência nestes casos (17% das ocorrências de modalidade facultativa são de sujeito genérico e somente 1% de sujeito indeterminado), e apenas 14% do total de modalidade deontica refere-se a sujeito genérico e 7% a sujeito indeterminado.

Acredita-se que ambos os resultados relacionados à modalidade epistêmica ocorrem em virtude de que construções de sujeitos indeterminados ou genéricos são utilizadas pelo falante na tentativa de se descomprometer explicitamente com a (im)possibilidade ou com a (in)certeza expressa no enunciado, embora os valores epistêmicos sejam baseados no conhecimento de mundo e nas crenças do falante. Seguem os exemplos:

(120) Por eso la supresión de la historia o de la literatura es grave: las gentes **pueden** pensar que esto ha sido siempre así y así seguirá. (CI, 2000)

‘Por isso a supressão da história ou da literatura é grave: as pessoas **podem** pensar que isso foi sempre assim e assim continuará sendo.’

O exemplo (120) apresenta sujeito de 3ª pessoa do plural e verbo com terminação morfológica concordando com o sujeito (*pueden*). No entanto, ao se analisar a semântica desse sujeito plural no enunciado (*las gentes*), nota-se que não há um referente específico para

tal elemento gramatical. Nesse caso, tem-se morfologia de 3ª pessoa para indicar referência genérica: não se trata de um indivíduo em especial, mas sim de um conjunto grande de pessoas, desconhecidas ou não. Esse é um recurso da linguagem que permite que o falante não se comprometa explicitamente com o que está sendo proferido. Em (120), o falante sabe que existem pessoas que possuem determinado pensamento, mas ele utiliza da forma plural e da noção genérica que envolve o nome *pessoas* para não identificar quais seriam elas e, além disso, coloca seu enunciado como duvidoso por meio do verbo *pueden*, ainda que saiba que seja verdadeiro.

(121) No se **puede** aspirar a grandes cosas cuando tienes problemas de infraestructuras, y la investigación en España, aunque se hace mucho mejor que antes, necesita una infraestructura detrás que es difícil tener en estos momentos. (CM, 2001)

‘Não se **pode** aspirar a grandes coisas quando há problemas de infraestruturas, e a investigação na Espanha, ainda que se faça muito melhor do que antes, precisa de uma infraestrutura por trás que é difícil de ter nesses momentos.’

Em (121), ocorrência representativa de sujeito de referência indeterminada, observa-se que o sujeito enuncia algo de caráter geral, sem associá-lo a nenhum sujeito específico. Nota-se, nesse exemplo de modalidade epistêmica, que o falante usa o verbo *puede* para expressar uma impossibilidade que acredita existir a partir de suas convicções e opiniões.

Ainda com base na Tabela 6, nota-se que as modalidades não epistêmicas também ocorrem, na maioria dos casos, em sentenças com sujeito de referência específica (82% das ocorrências de modalidade facultativa e 79% das de modalidade deôntica). No entanto, no que se refere à pessoa gramatical do sujeito de referência específica, as duas modalidades apresentam resultados diferentes: enquanto a modalidade facultativa é mais frequente com sujeitos de 1ª pessoa (42% das ocorrências), a modalidade deôntica é mais frequente com sujeitos de 3ª pessoa (50% das ocorrências).³⁵

No que se refere à modalidade facultativa, esse resultado confirma a hipótese levantada de que sujeitos de referência específica (1ª, 2ª ou 3ª pessoa) estariam relacionados ao valor facultativo em virtude da natureza semântica dessa modalidade, de modo que se esperava que (in)capacidades e (in)habilidades fossem atribuídas a sujeitos específicos dentro da oração.

³⁵ Tendo em vista que a modalidade facultativa apresenta quantidade quase similar em relação a sujeito de referência específica de 1ª e 3ª pessoa (38 e 36 ocorrências, respectivamente), esse dado não será considerado como relevante para se estabelecer uma diferença entre as modalidades facultativa e deôntica.

Em contrapartida, no que se refere à modalidade deôntica, a hipótese de que ela estaria mais relacionada a sujeitos de referência genérica ou indeterminada é refutada com a análise dos dados. Nota-se que a imposição de ordens, permissões e proibições voltadas a um referente específico é muito mais frequente (79% das ocorrências) do que aquelas voltadas a sujeitos genéricos (14% das ocorrências) ou a sujeitos indeterminados (7% das ocorrências). Tendo em vista esse resultado, acredita-se que, em virtude do *cópus* adotado, a modalidade deôntica não é muito utilizada pelo falante com a função de emitir uma proibição ou uma permissão de ordem geral, pois entrevistas jornalísticas podem favorecer mais a expressão de proibições e permissões relacionadas a um sujeito específico quando se conta uma passagem da vida, ou uma história que ocorreu, por exemplo. Seguem exemplos representativos do caso mais recorrente das modalidades não epistêmicas:

(122) He sido solidario, sí, era mi obligación y quería serlo, porque yo **podía** hacer algo por los demás, por estar donde estaba. (DS, 2000)

‘Fui solidário, sim, era minha obrigação e eu queria ser, porque eu **podia** fazer algo para os demais, por estar onde eu estava.’

Em (122), o sujeito de primeira pessoa (*yo*) ocorre em um enunciado de modalidade facultativa, expressa por meio da forma verbal *podia*, que, nesse caso, indica a capacidade do sujeito em realizar o EsCo do enunciado.

(123) El afgano más carismático que he conocido. Te impresionaba físicamente. Cuando hablaba te hacía subir la adrenalina. No habría **podido** ser el líder del país, por un pasado que le hacía inaceptable para los pastunes, pero sí desempeñar un papel decisivo que desgraciadamente ahora nos falta. (FV, 2001)

‘O afegão mais carismático que já conheci. Impressionava fisicamente. Quando falava, fazia sua adrenalina subir. Não teria **podido** ser líder do país, por causa de um passado que o tornava inaceitável para os pachtuns, mas podia sim desempenhar um papel decisivo que infelizmente agora nos falta.’

Em (123), o sujeito da oração (*el afgano*) é de terceira pessoa e ocorre em um contexto cuja leitura é de modalidade deôntica, uma vez que ao sujeito não foi permitido realizar o EsCo *ser el líder del país* por motivos políticos. Observa-se que o contexto desse exemplo é exatamente o que foi dito no parágrafo anterior, onde se postulou uma explicação para a modalidade deôntica após os resultados refutarem a hipótese inicial: as sentenças de leitura deôntica são mais comuns associadas a um sujeito específico quando os falantes

(entrevistador ou entrevistado) contam uma história ou uma passagem que ocorreu com alguém.

Verifica-se, então, que algumas hipóteses postuladas para a pessoa gramatical do sujeito são comprovadas e outras, refutadas, porque todos os tipos modais expressos por *poder* são mais frequentes com sujeito expresso e de referência específica.

4.7. Relação entre domínio semântico, tempo e modo verbal

O levantamento do tempo e do modo verbal em que o modal *poder* aparece nas ocorrências foi realizado com o objetivo de relacionar uma determinada referência temporal (referência de passado, de presente ou de futuro) e um determinado modo verbal (indicativo e subjuntivo) a qualquer uma das modalidades. Aqui foram analisadas, também, as ocorrências em que o verbo modal aparece em uma de suas formas não-finitas, no caso, no infinitivo. Os resultados encontrados são apresentados na tabela a seguir:

Modo	Ref. Temporal	Modalidade EPISTÊMICA		Modalidades não epistêmicas			
		n°	%	FACULTATIVA		DEÔNICA	
		n°	%	n°	%	n°	%
Indicativo	Passado	26	12,5%	28	30%	2	14%
	Presente	128	62%	46	49,5%	8	58%
	Futuro	26	12,5%	4	4,5%	2	14%
TOTAL (modo indicativo)		180	87%	78	84%	12	86%
Subjuntivo	Passado	5	2,5%	1	1%	---	---
	Presente	8	3,5%	2	2%	1	7%
	Futuro	10	4,5%	4	4,5%	---	---
TOTAL (modo subjuntivo)		23	10,5%	7	7,5%	1	7%
Infinitivo		5	2,5%	8	8,5%	1	7%
TOTAL		208	100%	93	100%	14	100%

Tabela 7: Relação entre domínio semântico, tempo e modo verbal

Os dados constituintes da tabela apresentada permitem confirmar o que era esperado, que as ocorrências mais comuns seriam aquelas em que o verbo possui referência temporal de presente, no modo indicativo, combinação verbal menos marcada na língua espanhola.

Com relação à modalidade epistêmica, pode-se dizer que as hipóteses previstas são, em parte, confirmadas. A hipótese de que a modalidade epistêmica ocorreria em sentenças com evento de realização passada é refutada (apenas 12% de ocorrências de passado no modo indicativo e 2,5% no modo subjuntivo). No entanto, a hipótese de que eventos de realização presente tendem a receber leitura epistêmica é comprovada neste trabalho, haja vista que tanto no indicativo como no subjuntivo a modalidade epistêmica é a muito frequente (62% das ocorrências no modo indicativo e 3,5% das ocorrências no modo subjuntivo). Este resultado pode ser relacionado ao fato de o valor epistêmico ser o mais comum nas entrevistas do espanhol e o menos marcado em termos de valores modais, assim como a referência de presente é a menos marcada e mais frequente em termos de tempo verbal.

A análise dos dados também confirma a hipótese de que a modalidade epistêmica seria a mais recorrente quando o verbo *poder* estivesse no modo subjuntivo, tendo em vista a natureza da modalidade e a natureza do modo, a primeira relacionada a dúvidas, (in)certezas, opiniões e o último relacionado ao campo das possibilidades e de fatos hipotéticos.

No que se refere às modalidades não epistêmicas, conclui-se, a partir dos resultados da Tabela 7, que não estão estritamente relacionadas à contemplação temporal de futuro de um evento, visto que a modalidade facultativa apresenta 9% de ocorrências com verbo de ocorrência futura, somando os modos indicativo e subjuntivo, e a modalidade deôntica, 14% (em oposição aos 17% da modalidade epistêmica). A explicação para esse resultado não esperado está no fato de que a expressão de um evento futuro está sempre relacionada a fatos incertos, relacionando-se, assim, mais com a modalidade epistêmica do que com as não epistêmicas.

Os resultados apontam que verbo em eventos de contemplação no passado tende a expressar, na maioria dos casos, modalidades não epistêmicas, pois como se observa, a modalidade facultativa representa 31% das ocorrências de verbo com referência no passado, somando-se indicativo e subjuntivo, e a modalidade deôntica representa 14% das ocorrências, refutando, assim, a hipótese de que o passado seria mais frequente com modalidade epistêmica. Ao contrário do que se postulou, o falante tende a expressar uma capacidade ou permissão no passado em virtude de ser algo que já ocorreu e que, portanto, está relacionado à descrição de fatos reais e concretizados, como uma capacidade/habilidade obtida ou uma permissão/ordem dada a algum indivíduo.

Por fim, a hipótese, com base em Mira Mateus et al (1983), Cervoni (1989) e Koch (1993), de que o modo indicativo é o que menos expressa o posicionamento do falante em relação ao enunciado é totalmente confirmada neste trabalho, haja vista a alta frequência apresentada de *poder* no modo indicativo expressando todos os valores modais.

Seguem exemplos do verbo *poder* no modo indicativo com referência temporal de presente (mais recorrente em todo o corpus):

- (124) Además, está el problema de las patologías emergentes, y cualquier persona que viene de África o Asia **puede** transportarlas. (CM, 2000)

‘Além disso, há o problema das patologias emergentes, e qualquer pessoa que vem da África ou da Ásia **pode** transportá-las.’

- (125) Un geógrafo que lo sabe casi todo sobre los glaciares, que ha perseguido y pateado por todo el mundo. Alguien que **puede** hablar del cambio climático con la experiencia que da el llevar cuarenta años estudiando. (EM, 2001)

‘Um geógrafo que sabe quase tudo sobre os glaciais, que perseguiu y andou por todo o mundo. Alguém que **pode** falar da mudança climática com a experiência de quem está quarenta anos estudando.’

- (126) Y es un humanista que [...] no **puede** viajar por el mundo sin su pequeño cuaderno de campo, donde, además de las notas científicas, dibuja y apunta reflexiones, y hasta poemas. (EM, 2001)

‘E é um humanista que [...] não **pode** viajar pelo mundo sem seu pequeno caderno de campo, onde, além das notas científicas, desenha e anota reflexões, e até poemas.’

Como se pode notar, os exemplos (124), (125) e (126) apresentam a mesma forma verbal *puede*, que, a depender do contexto em que ocorre, tem seu significado modificado. Em (124), a mesma forma verbal é empregada como forma de exprimir a possibilidade de ocorrer o EsCo descrito, servindo, portanto, à expressão da modalidade epistêmica. Já em (125), a forma verbal está relacionada à capacidade de alguém experiente em falar sobre a mudança climática mundial, o que caracteriza a modalidade facultativa. Em (126), a forma verbal está relacionada à necessidade interna vista como obrigatória por um falante que se sente obrigado a viajar pelo mundo carregando seu caderno de anotações, caracterizando, portanto, um caso de modalidade deôntica.

4.8. Relação entre domínio semântico e negação anteposta ao modal

A negação, quando anteposta ao verbo, recai sobre o modal e, portanto, pode ser relacionada a um determinado tipo de modalidade. Na análise feita, foram encontradas algumas ocorrências com operador de negação anteposto ao modal, que, embora possa ser expresso de diferentes formas (tais como *ni*, *nunca*, *jamás* etc.), apareceu no *cópus* analisado somente sob a forma de *no* (*não*, no português):

	Modalidade		Modalidades não epistêmicas			
	EPISTÊMICA		FACULTATIVA		DEÔNTICA	
	nº	%	nº	%	nº	%
Presença de negação	49	23,5%	36	39%	6	42%
Ausência de negação	159	76,5%	57	61%	8	58%
TOTAL	208	100%	93	100%	14	100%

Tabela 8: Relação entre domínio semântico e negação anteposta

A partir do exposto na Tabela 8, pode-se dizer que, conforme previsto no capítulo metodológico, as modalidades não epistêmicas são mais prováveis de ocorrerem com o operador de negação anteposto ao modal do que a modalidade epistêmica

A natureza das modalidades novamente é fator primordial ao se analisar os dados obtidos, pois, se se considerar que o campo das modalidades não epistêmicas está relacionado ao eixo das capacidades e ao eixo das condutas, é muito mais provável que a negação venha anteposta para marcar o impedimento de uma ação por motivos de incapacidade (modalidade facultativa) ou não permissão (modalidade deôntica) do que uma incerteza ou dúvida (modalidade epistêmica), que normalmente está relacionada a predicados estativos, que não indicam uma ação.

A seguir, apresentam-se uma ocorrência de modalidade facultativa e uma de modalidade deôntica para exemplificarem os demais casos de negação anteposta ao modal:

- (127) Fue sólo una lesión, pero es verdad que **no podía** andar en absoluto. Estábamos bajando el Gurjahimal y fue muy duro porque tenía que arrastrar la pierna. (EM, 2001)

‘Foi somente uma lesão, mas é verdade que não **podia** andar totalmente. Estávamos descendo o Gurjahimal e foi muito difícil porque tinha que arrastar a perna’.

No exemplo (127), o operador de negação *no* nega a capacidade de um indivíduo, expressa por *podia*, em relação à realização do evento contido no enunciado *andar em absoluto*. Por ser uma incapacidade, trata-se da expressão de modalidade facultativa.

(128) Noten, amigos y amigas, que si yo fuese un hombre **podría** decir lo guapa que es mi entrevistada, porque ustedes me llamarían machista, pero al ser una mujer tengo barra libre. (ME, 2000)

‘Percebam, amigos e amigas, que se eu fosse um homem não **poderia** dizer o quão bonita é minha entrevistada, porque os senhores me chamariam de machista, mas, ao ser uma mulher, tenho carta branca.’

Em (128), o elemento de negação *no* antecede a forma verbal *podría*, que, nesse contexto, refere-se a uma proibição moral e social que o falante tem ao dizer que seu entrevistado é uma pessoa bonita; portanto, o verbo em questão expressa modalidade deôntica. Casos como (128) confirmam a hipótese elaborada de que negação anteposta a *poder* de leitura deôntica está relacionado ao valor de proibição, uma vez que todas as ocorrências de modalidade deôntica com negação apresentam um evento que é proibido de ser realizado.

4.9. Caracterização do modal *poder* no espanhol

Com a análise apresentada neste capítulo, buscou-se investigar em que medida a modalidade epistêmica difere-se das modalidades não epistêmicas com base nos parâmetros apresentados e analisados à luz das hipóteses elaboradas no capítulo metodológico. Pode-se dizer que todos os resultados e reflexões aqui apontados permitem afirmar que tais parâmetros adotados são suficientes para a criação de um contexto de ocorrência para o subtipo modal epistêmico e não epistêmico de *poder*, considerando o córpus analisado, embora alguns tenham sido mais categóricos para a diferenciação entre uma e outra modalidade, como, por exemplo, a dinamicidade, o controle e natureza do EsCo, e outros menos, como o modo verbal.

Conforme atestado na análise, o verbo modal *poder* pode servir como meio de expressão de diferentes modalidades a partir do contexto em que ocorre. Isso implica dizer que, nesta pesquisa, advoga-se a ideia de que o modal *poder* é um verbo polissêmico, cuja significação pode variar a depender da interação entre o modal e outros elementos (intralinguísticos e extralinguísticos).

Por fim, apresenta-se, a seguir, um quadro resumo, em que constam as tendências de emprego do verbo modal *poder* epistêmico e não epistêmico, considerando os elementos contextuais linguísticos mais influentes na determinação de cada subtipo modal:

<i>poder</i> epistêmico	<i>poder</i> não epistêmico
Orientado para o episódio	Orientado para o participante
Com sujeito Sem sujeito	Com sujeito
Sujeito [+humano] Sujeito [-humano; -animado]	Sujeito [+humano]
Predicado [-dinâmico]	Predicado [+dinâmico]
Predicado [-controle]	Predicado [+controle]
EsCo do tipo Estado	EsCo do tipo Ação
3ª pessoa de referência específica Sujeitos de referência genérica Sujeitos de referência indeterminada	3ª pessoa de referência específica 1ª pessoa de referência específica
Tempo presente Tempo futuro	Tempo presente Tempo passado
Modo indicativo Modo subjuntivo	Modo indicativo
Sem negação anteposta	Sem negação anteposta Com negação anteposta

Quadro 7: Tendências dos subtipos modais epistêmico e não epistêmico de *poder*

A partir do Quadro 7, pode-se dizer que, ainda que os valores modais expressos por *poder* apresentem muitas características comuns, alguns traços são mais peculiares a um grupo ou a outro, tais como:

- i. para a modalidade epistêmica, a orientação para o Episódio é um traço característico, conforme previsto no próprio modelo teórico adotado;
- ii. sujeitos indeterminados e orações sem sujeito estão relacionados à modalidade epistêmica;
- iii. sujeitos de 1ª pessoa de referência específica tendem a ser mais frequentes com modalidades não epistêmicas;

- iv. predicados do tipo Estado tendem a ocorrer com mais frequência em sentenças de leitura epistêmica ao passo que os do tipo Ação ocorrem, na maioria dos casos, com as modalidades não epistêmicas;
- v. a referência temporal de futuro é mais frequente quando o verbo expressa modalidade epistêmica e a de passado quando expressa modalidade não epistêmica;
- vi. a presença de negação anteposta ao modal é mais frequente com modalidades não epistêmicas.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa foi realizada sob uma abordagem funcionalista de linguagem, dentro da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), um modelo de gramática tipológico com organização *top down*, que parte da intenção do falante para a codificação das formas linguísticas. Nesse sentido, considera-se que a pragmática tem primazia sobre a semântica e esta sobre a sintaxe.

Partindo do pressuposto de que os verbos modais são altamente polissêmicos, o trabalho aqui realizado descreveu o verbo modal *poder* no idioma espanhol, na condição de verbo auxiliar, a partir dos traços discursivos, semânticos e sintáticos que o envolvem ao expressar a modalidade epistêmica em comparação às modalidades não epistêmicas.

Para alcançar tais objetivos, primeiramente, reanalisou-se a classificação de modalidade proposta inicialmente por Hengeveld (2004) a partir das novas unidades do modelo da Gramática Discursivo-Funcional presentes em Hengeveld e Mackenzie (2008) e em Hengeveld (2011), como por exemplo a camada do Episódio, que não aparece na proposta de 2004. A Evidencialidade deixa de ser entendida como um subtipo modal para ser analisada como uma categoria à parte, a modalidade epistêmica, que antes incidia sobre um evento ou uma proposição, passa a estar orientada para um Episódio ou para uma proposição e se questiona a existência de modalidade volitiva orientada para a proposição.

A relação entre as camadas no NR da Gramática Discursivo-Funcional e os valores semânticos expressos por poder se dá da seguinte maneira: a modalidade epistêmica ocorre atuando na camada do Episódio (modalidade epistêmica orientada para o episódio), enquanto as modalidades não epistêmicas atuam dentro das camadas do EsCo (modalidades não epistêmicas orientadas para o evento) e da Propriedade Configuracional (modalidades não epistêmicas orientadas para o participante).

Em segundo lugar, postularam-se as possibilidades de combinação entre domínio semântico e orientação da avaliação modal que o verbo *poder* possui na língua espanhola e foram expostos os critérios de análise (a presença e os traços [humano] e [animado] do sujeito, a natureza do EsCo, a pessoa gramatical do sujeito, tempo e modo verbal e a negação anteposta ao modal, juntamente com as hipóteses relacionando cada um desses critérios aos valores modais epistêmico e não epistêmicos.

A partir daí, realizou-se uma discussão a respeito da auxiliaridade do verbo *poder* na língua espanhola, com o objetivo de verificar seu estatuto de auxiliar com base nos

pressupostos teóricos da Gramaticalização. Depois da aplicação de dois critérios principais - testes de auxiliaridade e frequência *token* e *type* -, considerou-se que a construção de *poder* + infinitivo com leitura epistêmica é a construção mais gramaticalizada e a que possui, portanto, V1 mais auxiliar em comparação com a construção de *poder* + infinitivo em que o verbo expressa modalidades não epistêmicas.

Das entrevistas selecionadas para comporem o *córpus* da pesquisa, foram identificadas 315 ocorrências em que o verbo *poder* expressa modalidade epistêmica ou não epistêmica.

Dentre os valores modais que o verbo *poder* poderia expressar (epistêmico, facultativo, deôntico e volitivo), a análise identificou ocorrências de três tipos: epistêmico em maior parte, seguido de facultativo, em segundo lugar, e deôntico em último. Esse predomínio da modalidade epistêmica era esperado, tendo em vista a natureza do *córpus* utilizado, isto é, entrevistas jornalísticas, em que há muita descrição de opiniões e pensamentos do entrevistado. A menor frequência da modalidade deôntica deve-se, provavelmente, não somente ao fato de que a natureza do *córpus* não favorece a expressão dessa modalidade, mas também ao fato de que tal modalidade é expressa com mais frequência por meio do verbo *deber* do que pelo verbo *poder*.³⁶ Com referência à modalidade volitiva, embora possível de ser expressa com o verbo *poder* em espanhol, não foi identificada nos dados do *córpus*.

Em relação à orientação da modalidade, pode-se dizer que as ocorrências em que o modal expressa valor epistêmico (com orientação para o Episódio) referem-se à modalização de uma realização potencial do evento. Com relação às modalidades não epistêmicas, a maioria dos casos em que o modal expressa modalidade facultativa e modalidade deôntica são exemplos de modalidade orientada para o participante, que está engajado na realização potencial do evento.

No que concerne aos traços [humano] e [animado] do sujeito, pode-se dizer que a modalidade epistêmica ocorre com qualquer tipo de sujeito, embora seja mais frequente com sujeitos [+humano], e esteja relacionada a sujeitos [-humano] ou a orações sem sujeito. Essa tendência não se verifica com as modalidades não epistêmicas, uma vez que tanto a modalidade facultativa como a modalidade deôntica ocorrem, na maioria das vezes, com sujeito [+humano].

No que diz respeito à natureza do EsCo, os dados mostram que a modalidade epistêmica está estritamente relacionada a predicados do tipo Estado, assim como predicados que envolvem o traço [-dinâmico] ou [-controle]. Em contrapartida, as modalidades não

³⁶ A esse respeito, ver Durigon (2015).

epistêmicas são expressas por *poder* em predicados do tipo Ação, bem como em predicados com o traço [+dinâmico] ou [+controle].

Em se tratando da pessoa gramatical do sujeito, é correto afirmar que ocorrências de modalidade epistêmica tendem a ter sujeito de 3ª pessoa específica, sujeito de referência genérica ou sujeito de referência indeterminada. No que se refere às modalidades não epistêmicas, pode-se dizer que, na maioria dos casos, elas tendem a ser expressas em sentenças cujo sujeito possui referência genérica, de 1ª e 3ª pessoa, no caso da modalidade facultativa, e de 3ª pessoa no caso da modalidade deôntica.

No que se refere à expressão do tempo e do modo verbal, verifica-se que tanto a modalidade epistêmica como as modalidades não epistêmicas são expressas em sentenças cujo verbo possui referência presente no modo indicativo. A referência temporal que se diferencia, aqui, é a de futuro, que tende a ocorrer em sentenças de leitura epistêmica, e a de passado, que se mostra mais frequente em sentenças não epistêmicas (facultativa ou deôntica).

Todas as modalidades podem ser empregadas com o verbo no modo indicativo, visto ser esse o modo mais neutro na língua (menos marcado) e mais frequente com todos os valores modais. A modalidade epistêmica pode ser associada ao modo subjuntivo, uma vez que o valor epistêmico foi o mais expresso por *poder* no modo subjuntivo, dada a natureza desse modo, usado para expressar dúvidas, impossibilidade etc.

No que tange à negação, é possível relacionar as modalidades não epistêmicas à presença de um elemento de polaridade negativa, uma vez que os casos com operador de negação *no* ocorreram com frequência significativa com a modalidade facultativa e com a modalidade deôntica. Tal resultado explica-se em virtude da natureza das modalidades não epistêmicas, pois estão relacionadas ao campo das incapacidades e ao campo das proibições, o que faz com que sejam utilizados mais operadores de negação do que em outros campos da modalidade, como das possibilidades, por exemplo.

Todos os parâmetros apresentados nesta pesquisa foram selecionados com o objetivo de resultar em uma análise que pudesse apontar quais são os elementos contextuais que permitissem classificar o modal *poder* como meio de expressão da modalidade epistêmica e das modalidades não epistêmicas. Nesse sentido, deve-se entender que foi considerado não só o contexto extralinguístico, mas também o contexto intralinguístico, visto que é por meio deste que é possível descrever características pontuais presentes no enunciado.

Defende-se, assim, que o verbo modal *poder*, deve receber uma abordagem polissemântica, pois possui diferentes significados a depender do contexto, intralinguístico e

extralinguístico, em que ocorre. Nesta pesquisa, foram identificadas duas tendências de emprego do verbo:

- i. ***poder epistêmico***: ocorre com orientação para o Episódio, sujeito [+humano], sujeito [-humano], oração sem sujeito, 3ª pessoa com referência específica, sujeito genérico, sujeito indeterminado, EsCo do tipo Estado, verbo no presente ou no futuro do indicativo e verbo no subjuntivo.
- ii. ***poder não epistêmico***: ocorre predominantemente com orientação para o Participante, sujeito [+humano], 1ª ou 3ª pessoa com referência específica, EsCo do tipo Ação, verbo no presente ou no passado do indicativo e muitas vezes antecedido de elemento de negação.

Tendo em vista a discussão aqui realizada sobre os valores modais epistêmicos e não epistêmicos de *poder*, o processo de gramaticalização pelo qual passa e seu estatuto de auxiliar, espera-se ter contribuído com os estudos descritivos do espanhol, em especial os de cunho funcionalista, com a descrição da categoria de modalidade como um todo, com trabalhos sobre o verbo modal *poder* e também com estudos que utilizam o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional.

Como possíveis desdobramentos futuro do trabalho, pode-se pensar na realização de uma análise diacrônica com o objetivo de verificar se esse percurso de gramaticalização apresentado aqui, em que o verbo com valor epistêmico é tido como mais gramatical e mais auxiliar que o não epistêmico, corresponde ao processo do verbo *poder* em espanhol ao longo do tempo. Sugere-se, ainda, uma investigação das modalidades expressas por *poder* em outro tipo de *cópus* e em diferentes gêneros textuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. de. *Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BLANCHÉ, R. *Structures intellectuelles – Essai sur l'organisation systématique des concepts*. 2. ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1969.

BRUNELLI, A. F.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. A qualificação do dever: diálogo entre a análise do discurso e a abordagem funcional. *Revista do GEL*, v. 6, n. 1, p. 179-190, 2009.

BRUNELLI, A. F.; GASPARINI-BASTOS, S. D. Os valores do verbo modal *poder* em português: da língua ao discurso. In: *XV Congreso Internacional de ALFAL*, 2008, Montevideo-Uruguai. *Actas*. Montevideo-Uruguai: ALFAL, 2008.

_____. O comportamento do verbo modal *poder* no discurso de autoajuda: uma investigação no português e no espanhol. *Estudos Linguísticos*, v. 40, n. 1, p. 61-70, 2011.

_____. A manifestação das diferentes modalidades no emprego do verbo auxiliar *poder* em português e em espanhol: análise do discurso de autoajuda. *Signo y seña*, Buenos Aires, v. 1, n. 22, p. 165-180, dez. 2012.

BYBEE, J.; PAGLIUCA, W. Cross-linguistic comparison and the development of grammatical meaning. In: FISIAK, J. (ed.). *Historical semantics, historical word-formation*. Berlim/New York: Mouton de Gruyter, 1985. p. 59-84.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CARRASCOSSI, C. N. de S. *Interpretação dos verbos modais poder e dever na língua portuguesa*. 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa)-Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

CASIMIRO, S. *Um estudo das modalidades deôntica e volitiva nos discursos do Presidente Lula*. São José do Rio Preto, 2007. 107f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T.; MORAES DE CASTILHO, C. M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado*, v. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p. 213 - 260.

CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

COATES, J. *The semantics of the modal auxiliaries*. London and Canberra: Croom Helm, 1983.

COMPARINI, A. M. P. *Uma análise pragmática, semântica e sintática do verbo poder no português do Brasil*. 2013. 131f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: EDUC; Campinas: Pontes, 1991.

COROA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 1995. 163 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.

_____. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et. al. (org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2007. p.103-145

_____. Campos semânticos modais: a modalidade dinâmica. In: ANTONIO, J. D. (org.). *Estudos descritivos do português: história, variação, uso*. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 133-148.

_____. Entre o poder e o dever: fatores intervenientes na expressão da modalidade nos discursos de posse presidencial. *Gragoatá (UFF)*, v. 25, p. 155-168, 2009.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. 2. ed. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1997a [1989].

_____. *The Theory of Functional Grammar - Part II: Complex and derived constructions*. New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

DURIGON, V. Q. *Uma investigação funcional do verbo modal deber no espanhol falado peninsular*. São José do Rio Preto, 2015. 1497f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2015.

FERNÁNDEZ DE CASTRO, F. *Las perífrasis verbales en el español actual*. Madrid: Gredos, 1999.

FONSECA, A. M. H. *A perífrase verbal ir+infinitivo e o futuro do dialeto riopretano*. 2010. 172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

GARCÍA VELASCO, D. *Funcionalismo y lingüística: la gramática funcional de S. C. Dik*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2003.

GASPARINI-BASTOS, S. D. *Os constituintes extrafrasais com valor epistêmico: análise de entrevistas jornalísticas no espanhol e no português*. 2004. 161f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

GILI GAYA, S. *Curso superior de sintaxis española*. 15. ed. Barcelona: Vox, 2002.

GOMÉZ TORREGO, L. Los verbos auxiliares: las perífrasis verbales de infinitivo. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (eds.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. v. 2. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 3323-3390.

GONÇALVES, S. C. L. Auxiliaridade em construções perifrásticas da cadeia TAM e frequência de uso: dois criterios e um problema. In: OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. (org.). *Linguística centrada no uso*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2015. p. 113-128.

GUEDES EVANGELISTA, M. C. *O uso dos verbos modais alemães na produção escrita de aprendizes brasileiros*. 1999. Dissertação (Mestrado em Letras - Língua e Literatura Alemã) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

HEINE, B. Agent oriented vs. epistemic modality: Some observations on German modals. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (eds.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 17-53.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (eds.). *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1201.

_____. The grammaticalization of tense and aspect. In: HEINE, B.; NARROG, H. (eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 580-594.

HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. *Linguistics*. No prelo.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HERNÁNDEZ ALONSO, C. *Perífrasis verbales*. In: _____. *Gramática funcional del español*. Madrid: Gredos, 1996. p. 480-497.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: CASTILHO, A. T. de. (coord.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. p. 163-365.

KIEFER, F. On defining modality. *Folia Linguística*, v. 21, n.1, p. 67-94, 1987.

KLINGE, A. The impact of context on modal meaning in English and Danish. *Nordic journal of linguistics*, v. 19, p. 35-54, 1996.

KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem. In: _____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 74-88.

LOBATO, L. M. P. et. al. Os verbos auxiliares em português contemporâneo. Critérios de auxiliaridade. In: _____. *Análises linguísticas*. Tradução de Maria Ângela Botelho Pereira. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 27-91.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v. 2.

MAGNI, E. Mood and modality. In: BALDI, P.; CUZZOLIN, P. (eds.). *New perspectives on historical latin syntax II*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2010. p. 193-275.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MIRA MATEUS, M, H. et al. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. 2. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

MIRANDA, N. S. Modalidade: o gerenciamento da interação. In: _____. NAME, M. C. (org.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2005. p. 171-195.

NARROG, H. Modality, mood, and change of modal meanings: a new perspective. *Cognitive linguistics*, v. 16, n. 4, p. 677-731, 2005.

_____. *Modality, subjectivity and semantic change: a cross-linguistic perspective*. Oxford: Oxford UP, 2012.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado 6: Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. p. 163-200.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. *Alfa*, v. 44, p. 115-145, 2000.

_____. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In: _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 152-221.

NUYTS, J. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of pragmatics*, Amsterdam, v. 33, p. 383-400, 2001.

_____. Modality: overview and linguistic issues. In: FRAWLEY, W. (ed.) *The expression of modality*. New York: Mouton de Gruyter, 2006. p. 1-26.

OLBERTZ, H. *Verbal periphrases in a functional grammar of Spanish*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1998.

OLBERTZ, H.; GASPARINI-BASTOS, S. D. Objective and subjective deontic modal necessity in FDG evidence from Spanish auxiliary expressions. In: MACKENZIE, L.; OLBERTZ, H. (eds.). *Casebook in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2013. p. 277-300.

PALMER, F. R. *Modality and the English modals*. New York: Longman, 1979.

_____. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PERKINS, M. R. *Modal expressions in English*. London: Pinter, 1983.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165-173.

PONTES, E. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

QUIRK, R. et al. *A comprehensive grammar of the English language*. 2. ed. London: Longman, 1985.

RINALDI, N. O verbo modal *poder* em dados do espanhol falado. Relatório de pesquisa de iniciação científica. São José do Rio Preto/SP: FAPESP; 2012.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S, A.; SMITH, E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Departmente of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SILVA-CORVALÁN, C. Contextual conditions for the interpretation of *poder* and *deber* in Spanish. In: BYBEE, J., FLEISCHMAN, S. (eds.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 67-106.

SKOTAREK, B. Categoría de la modalidad en español. *Studia romanica posnaniensia*, v. 21, p. 91-114, 1996.

STEPHANY, U. Function and form of modality in first and second language acquisition. In: GIACALONE KAMAT, A.; GALEÁS, G. C. *From pragmatics to syntax modality in second language acquisition*. Tübingen: Gunter Narr, 1995. p. 105-120.

CÓRPUS DO ESPANHOL

El País n. 1230, 23 de abril de 2000.

El País n. 1232, 7 de maio de 2000.

El País n. 1235, 28 de maio de 2000.

El País n. 1236, 4 de junho de 2000.

El País n. 1238, 18 de junho de 2000.

El País n. 1246, 13 de agosto de 2000.

El País n. 1249, 3 de setembro de 2000.

El País n. 1250, 10 de setembro de 2000.

El País n. 1250, 10 de setembro de 2000.

El País n. 1258, 05 de novembro de 2000.

El País n. 1275, 04 de março de 2001.

El País n. 1280, 8 de abril de 2001.

El País n. 1282, 22 de abril de 2001.

El País n. 1291, 24 de junho de 2001.

El País n. 1293, 8 de julho de 2001.

El País n. 1306, 7 de outubro de 2001.

El País n. 1311, 11 de novembro de 2001.

El País n. 1313, 25 de novembro de 2001.

El País n. 1316, 16 de dezembro de 2001.

El País n. 1318, 30 de dezembro de 2001.

Autorizo a reprodução xerográfica para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 4 de setembro de 2015.

NATÁLIA RINALDI